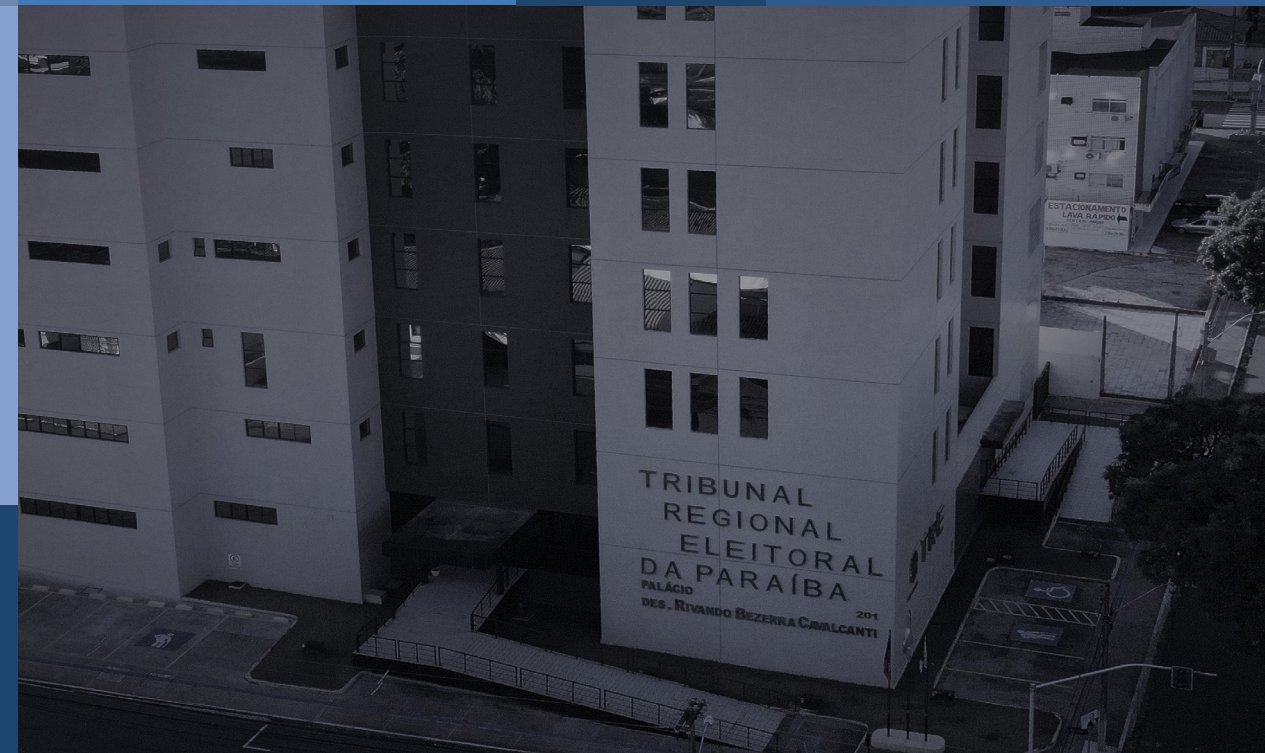


Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Relatório de Gestão 2020



TRIBUNAL
REGIONAL
ELEITORAL
DA PARAÍBA
PALÁCIO
DES. RIVANDO BEZERRA CAVALCANTI 201

Relatório de Gestão 2020



Sumário

Mensagem do dirigente máximo da unidade	4
---	---

 Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	5
--	---

Referencial Estratégico.....	06
Estrutura Organizacional.....	07
Estrutura de Governança.....	08
Modelo de Negócio.....	09
Cadeia de Valor.....	10
Relacionamento com a Sociedade.....	11
Ambiente Externo.....	15
Determinação da Materialidade das Informações.....	16

 Riscos, Oportunidades, Desafios e perspectivas	17
---	----

Gestão de Riscos e Controles Internos.....	18
Oportunidades, Desafios e Perspectivas.....	21

 Governança, Estratégia e Desempenho	23
--	----

Planejamento Estratégico.....	24
Apoio da estrutura de Governança à capacidade do TRE-PB de gerar valor.....	26
Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão.....	27
Resultados das principais áreas de atuação.....	34

 Demonstrações Contábeis	55
---	----

Demonstrações Contábeis.....	56
Declaração anual do contador.....	57
Notas Explicativas.....	60

 Outras informações relevantes	61
---	----

Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	62
Auditorias e consultorias Internas.....	63

Anexos e Apêndices	66
--------------------	----

Lista de siglas e abreviações.....	67
Lista de Tabelas, Quadros, Gráficos e Figuras.....	68

O presente relatório sintetiza a atuação do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, (TRE/PB) no exercício de 2020, expondo à sociedade, os resultados das ações empreendidas, no cumprimento de sua missão institucional que é “garantir a legitimidade do processo eleitoral, a fim de fortalecer a democracia”.

O ano de 2020, marcado pela pandemia da COVID-19, foi de dificuldades e pesar nunca antes experimentado por esta geração, mas foi também um período de resiliência, força e superação para que pudéssemos atingir nossos objetivos, tendo sempre como horizonte, nossa missão de futuro: “fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança”

Neste contexto, com a colaboração e comprometimento de toda a sociedade e dos que fazem o TRE/PB (eleitores, mesários, partidos políticos, candidatos, juízes, servidores e colaboradores), foi possível entregar uma eleição segura e transparente que permitiu que nossa democracia seguisse seu rumo regular, apesar de a execução orçamentária e financeira deste TRE/PB ter sofrido severo impacto da pandemia.

Para a consecução desse objetivo e diante do isolamento social decorrente da pandemia, a Justiça Eleitoral precisou inovar em todos os seus eixos, desde a adoção do atendimento remoto ao eleitor, passando pela capacitação virtual dos colaboradores e pela realização de sessões virtuais da Corte.

Sob a perspectiva de resultados, obtivemos uma expressiva evolução no Índice de acesso à informação e transparência institucional das atividades desenvolvidas e publicadas nos portais da Internet e Intranet, que permitiu atingirmos a 15ª colocação dentre os 92 Tribunais submetidos à pesquisa do Ranking de Transparência do CNJ e foi iniciada a digitalização e migração dos processos físicos ainda em tramitação no TRE/PB para o PJE, processo que se encerrará este ano.

Sozinho ou em parceria, o TRE/PB realizou “lives” para fomentar a participação feminina e para disseminar o conhecimento sobre o processo eleitoral, além de ter promovido, com sucesso, o 1º Congresso Virtual de Direito Eleitoral da Paraíba. Já a capacitação dos servidores passou a ser realizada de forma remota, o que permitiu a redução do custo per capita dos cursos e o aumento do número de servidores capacitados, com ênfase nos servidores de primeiro grau.

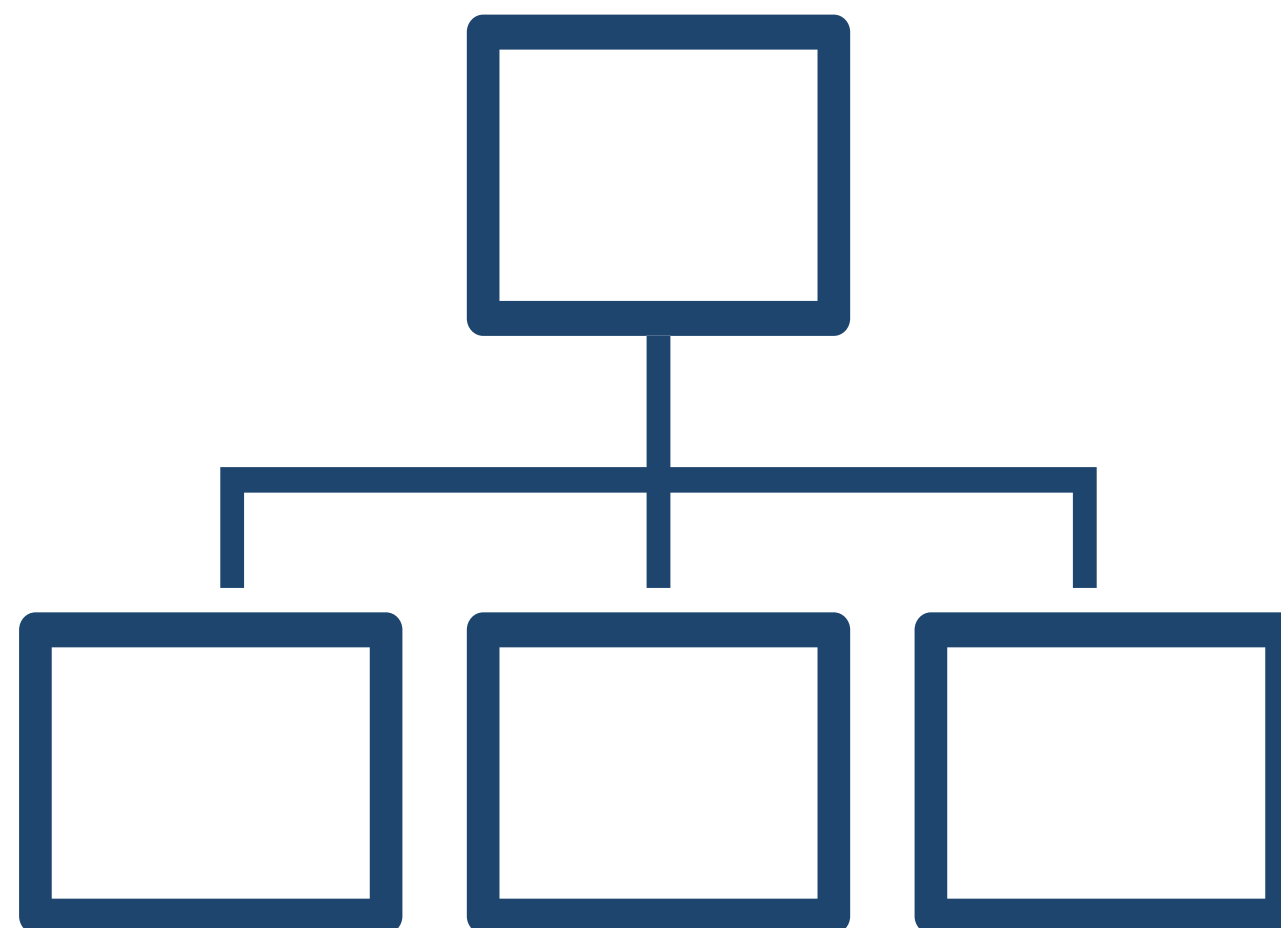
No eixo sustentabilidade, foi publicado o Guia de inclusão de critérios sustentáveis para compras e contratações do TRE-PB e conseguiu-se redução relevante no consumo água, energia e material de consumo, bem como na emissão de resíduos poluentes.

Asseguro, como Presidente do TRE/PB e responsável pela governança deste Órgão, a integridade deste relatório, destacando que é fruto do pensamento coletivo em sua preparação e apresentação e reconheço o compromisso deste Tribunal com a conformidade exigida nos termos estabelecidos pela Estrutura Internacional para Relato Integrado.

Com esta breve apresentação, renovo os compromissos de trabalho e dedicação na busca por soluções inovadoras e criativas para enfrentar o cenário de restrições que se antevê em 2021. Os obstáculos hão de ser superados, com esforço e responsabilidade.




DES. JOÁS DE BRITO PEREIRA FILHO
PRESIDENTE DO TRE-PB



Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é um órgão da Justiça Eleitoral, conforme previsão do art. 118, inciso II, da Constituição Federal. Suas competências estão elencadas nos arts. 29 e 30 da Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral) e arts. 23 a 25 do seu [Regimento Interno](#) (Resolução TRE/PB nº 09/2015, atualizado em outubro/2020 com a Resolução nº 31/2020, publicada no DJE em 01/10/2020).

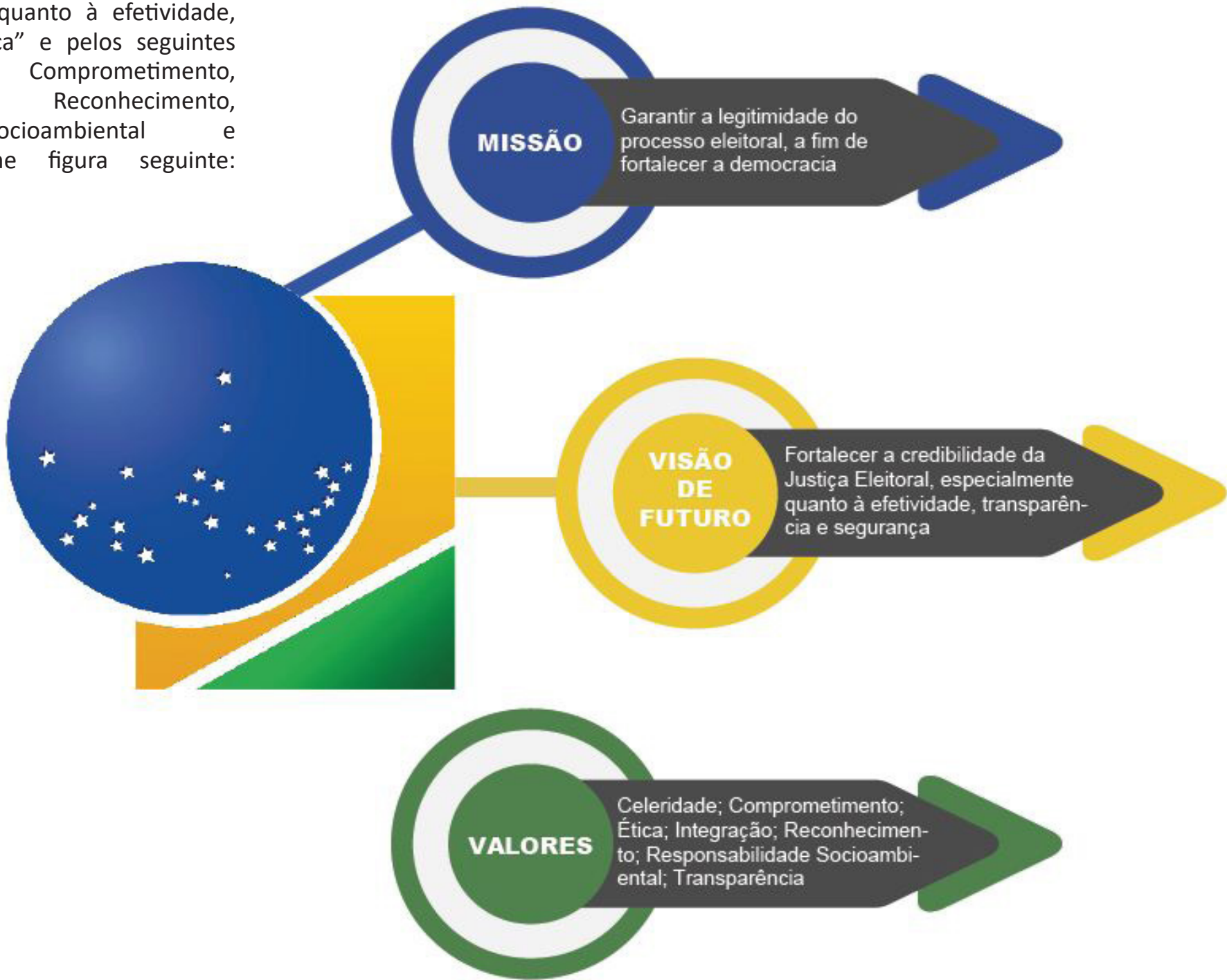
A missão do TRE/PB consiste em “garantir a legitimidade do processo eleitoral, a fim de fortalecer a democracia”, assegurando a plena manifestação da vontade do cidadão pelo exercício do direito de votar e de ser votado. Assim, realiza, no âmbito do Estado da Paraíba, o planejamento, a execução e a apuração das eleições federais, estaduais e municipais, a administração do Cadastro Nacional de Eleitores e o desenvolvimento de campanhas educativas junto à sociedade, investindo em tecnologia, infraestrutura e treinamento de servidores e colaboradores.

Compete, também, ao Tribunal, julgar os recursos interpostos das decisões dos Juízes e Juntas Eleitorais do Estado, bem como os processos originários e administrativos do próprio Tribunal; registrar os partidos e candidatos a cargos eletivos de Governador, Senador, Deputado Federal e Estadual, assim como receber e analisar a prestação de contas dos mesmos, prestadas ao final de cada campanha estadual; analisar as prestações de contas anuais dos órgãos regionais dos partidos políticos; elaborar e fiscalizar o calendário estadual de propaganda eleitoral; proceder à anotação e cancelamento

dos diretórios estaduais e municipais dos partidos políticos; julgar as impugnações relativas aos pedidos de registros de candidaturas e as arguições de inelegibilidade e designar os Juízes Titulares das Zonas Eleitorais do Estado da Paraíba.

O referencial estratégico do TRE-PB está previsto no seu Plano Estratégico Institucional. Além da missão do órgão, ele é composto pela visão de futuro de “Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança” e pelos seguintes valores: “Celeridade, Comprometimento, Ética, Integração, Reconhecimento, Responsabilidade Socioambiental e Transparência”, conforme figura seguinte:

Figura 1: Referencial Estratégico



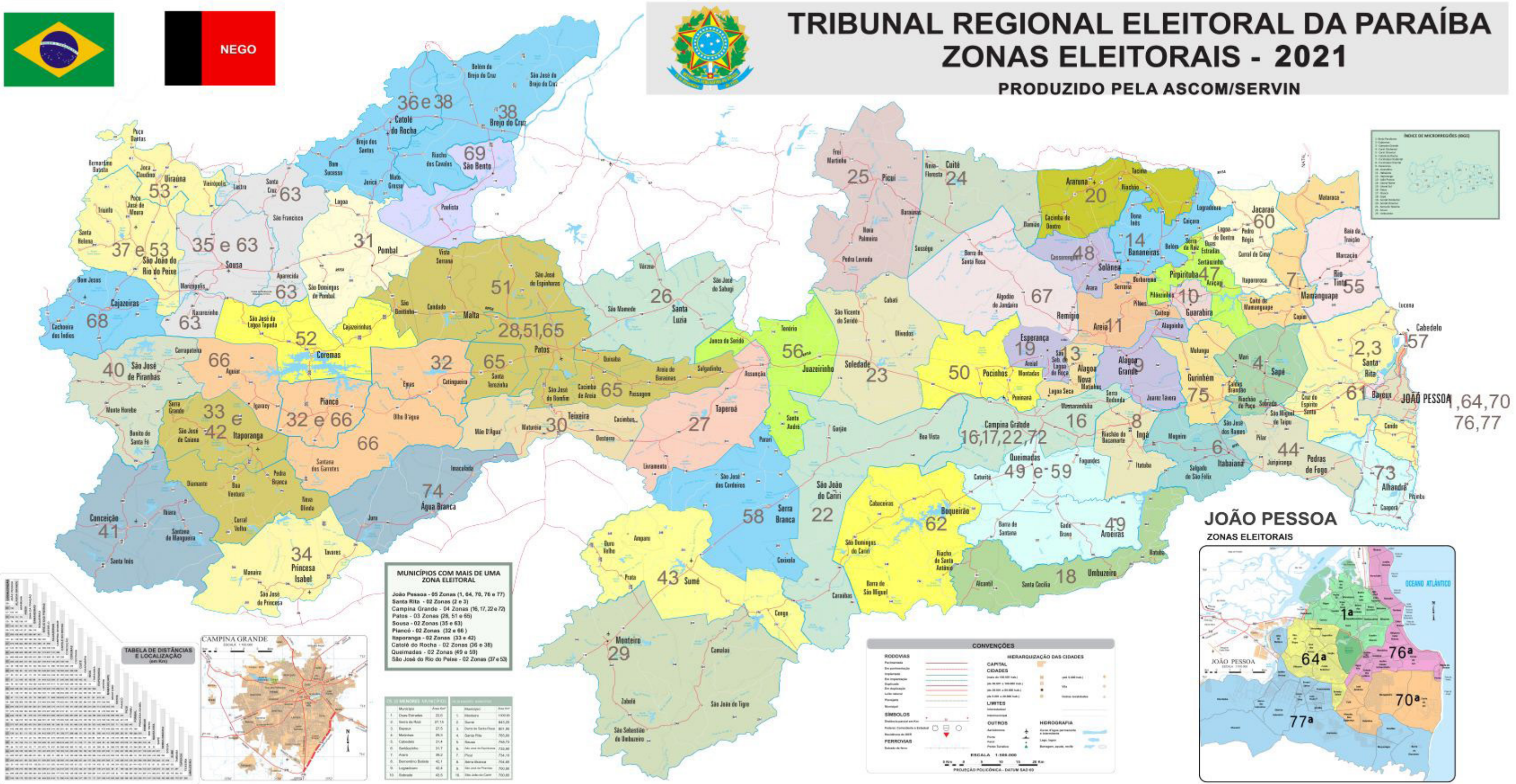
O [Regulamento Interno](#) da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba foi aprovado por meio da Resolução TRE/PB nº 14/2019. Dispõe sobre a organização administrativa, a competência das unidades

integrantes, as atribuições dos titulares dos cargos em comissão e funções comissionadas, dos cargos efetivos que constituem seu quadro de pessoal, normatiza seus institutos e princípios disciplinares e determina o regime jurídico de

seus servidores. A estrutura organizacional da Secretaria do TRE-PB poderá ser conhecida através do link [Estrutura Organizacional do TRE-PB](#). Além das unidades administrativas da Secretaria, o TRE-PB compõe-se de 68 (sessenta

e oito) Zonas Eleitorais, através das quais exerce a sua jurisdição em todo o Estado da Paraíba, conforme distribuição no mapa abaixo:

Figura 2: Mapa das Zonas Eleitorais

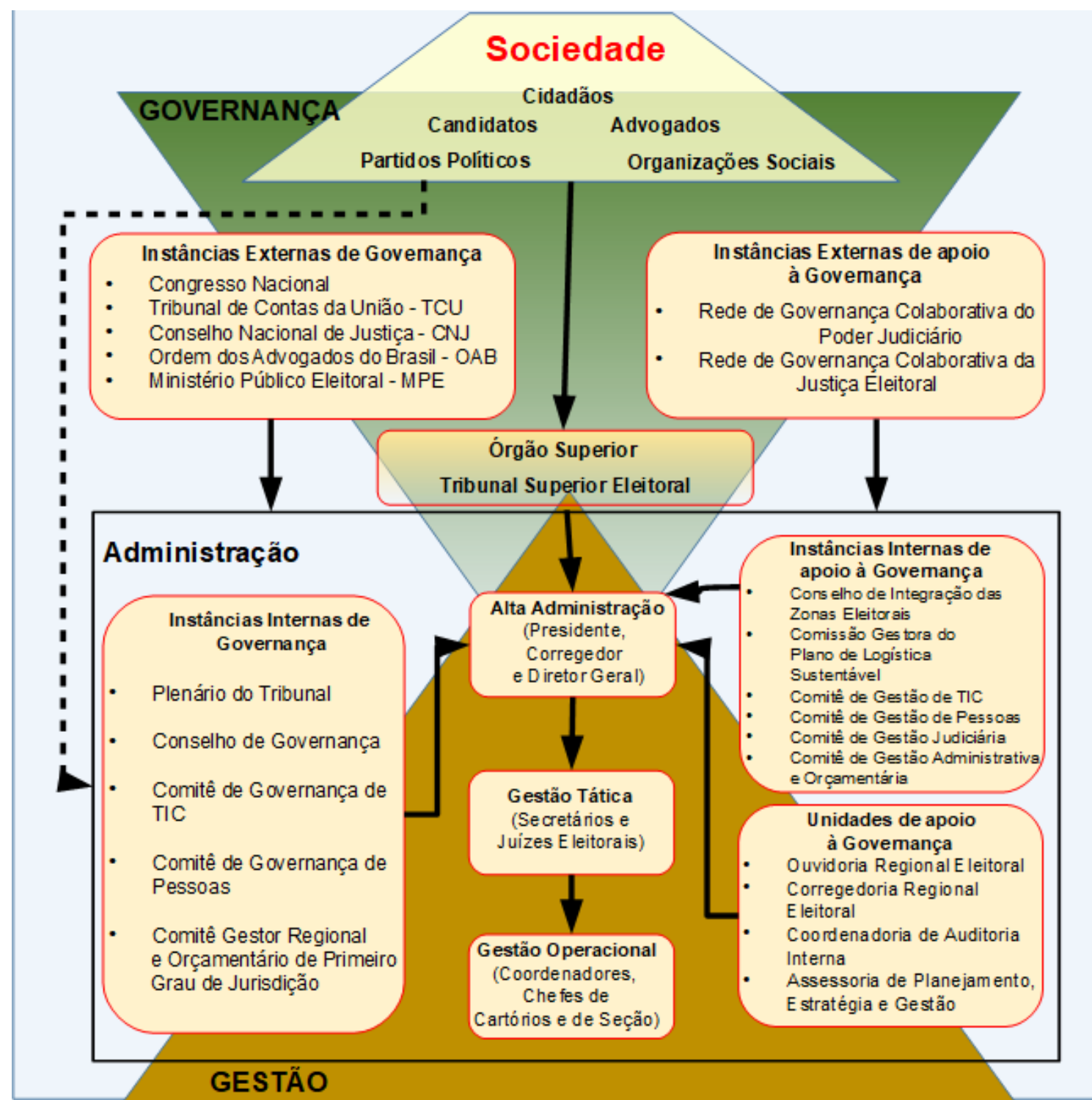


O Sistema de Governança e Gestão da Justiça Eleitoral da Paraíba está normatizado na [Resolução nº 10/2017 - TRE/PB](#). Compreende o conjunto de práticas gerenciais, em especial planos institucionais, voltadas para a obtenção de resultados, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento de metas, iniciativas e ações que impulsionem o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro da Justiça Eleitoral da Paraíba. Oportuniza maior alinhamento entre as políticas institucionais, o planejamento e a sistemática de aferição dos resultados.

Busca proporcionar a melhoria do atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas. Foi elaborado com base nos princípios de governança pública, disseminados pelo Tribunal de Contas da União: legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e accountability. Estabelece mecanismos que favorecem a transparência, a efetividade e o alinhamento permanente das ações necessárias ao cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico Institucional.

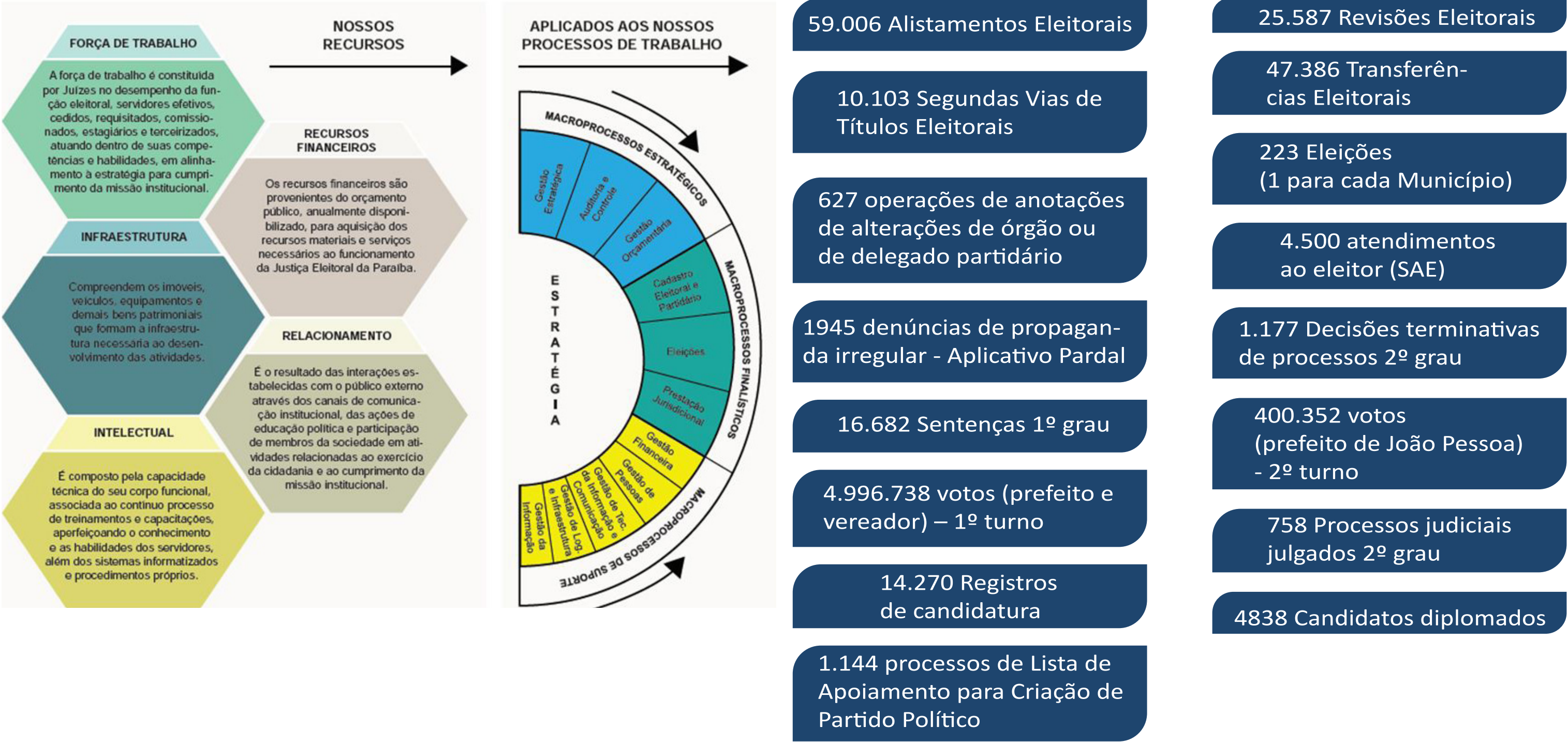
A representação gráfica ao lado apresenta as principais instâncias de governança do TRE-PB demonstrando, de forma estruturada, os diversos atores que exercem funções de governança e gestão do órgão e como se relacionam para a realização de sua Missão e alcance de sua Visão.

Figura 3: Sistema de Governança



O modelo de negócio do TRE-PB representa o sistema de transformação de recursos, através dos seus processos de trabalho, em produtos e serviços para a sociedade, gerando valor e cumprindo sua missão institucional.

Figura 4: Modelo de Negócio



A **Cadeia de Valor** do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (Portaria nº 1003/2015 – PTRE/ASPLAN) representa a visualização ordenada e integrada do funcionamento do conjunto dos principais processos de trabalho (Macroprocessos), reunidos por categoria, interdependentes, que são executados para satisfação das necessidades dos clientes dos produtos e serviços do Tribunal, agregando valor.

Os Macroprocessos que formam a Cadeia de Valor do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba apresentam a seguinte classificação: Estratégicos, Finalísticos e de Suporte.

Os Macroprocessos Estratégicos compreendem os processos de trabalho ligados à estratégia, ao direcionamento e ao monitoramento da gestão da organização, necessários à formulação de políticas e diretrizes para o estabelecimento e consecução de metas institucionais. São Macroprocessos Estratégicos: Gestão Estratégica, Auditoria e Controle e Gestão Orçamentária.

O conjunto de processos indispensáveis à gestão efetiva do Tribunal, que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos diversos subsistemas, garantindo o suporte operacional adequado aos processos finalísticos formam os Macroprocessos de Suporte. São eles: Gestão Financeira, Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, Gestão de Logística e Infraestrutura e Gestão da Informação.

Os Macroprocessos Finalísticos compreendem os processos de trabalho que geram valor público através da entrega de produtos e serviços à sociedade. São Macroprocessos Finalísticos: Cadastro Eleitoral e Partidário, Eleições e Prestação Jurisdicional.

O TRE-PB possui, ainda, um relatório, resultado de um estudo sobre a classificação dos seus processos de negócio em relação aos níveis de criticidade e sistemas informatizados que os sustentam, disponível no endereço [Relatório - processos críticos](#).

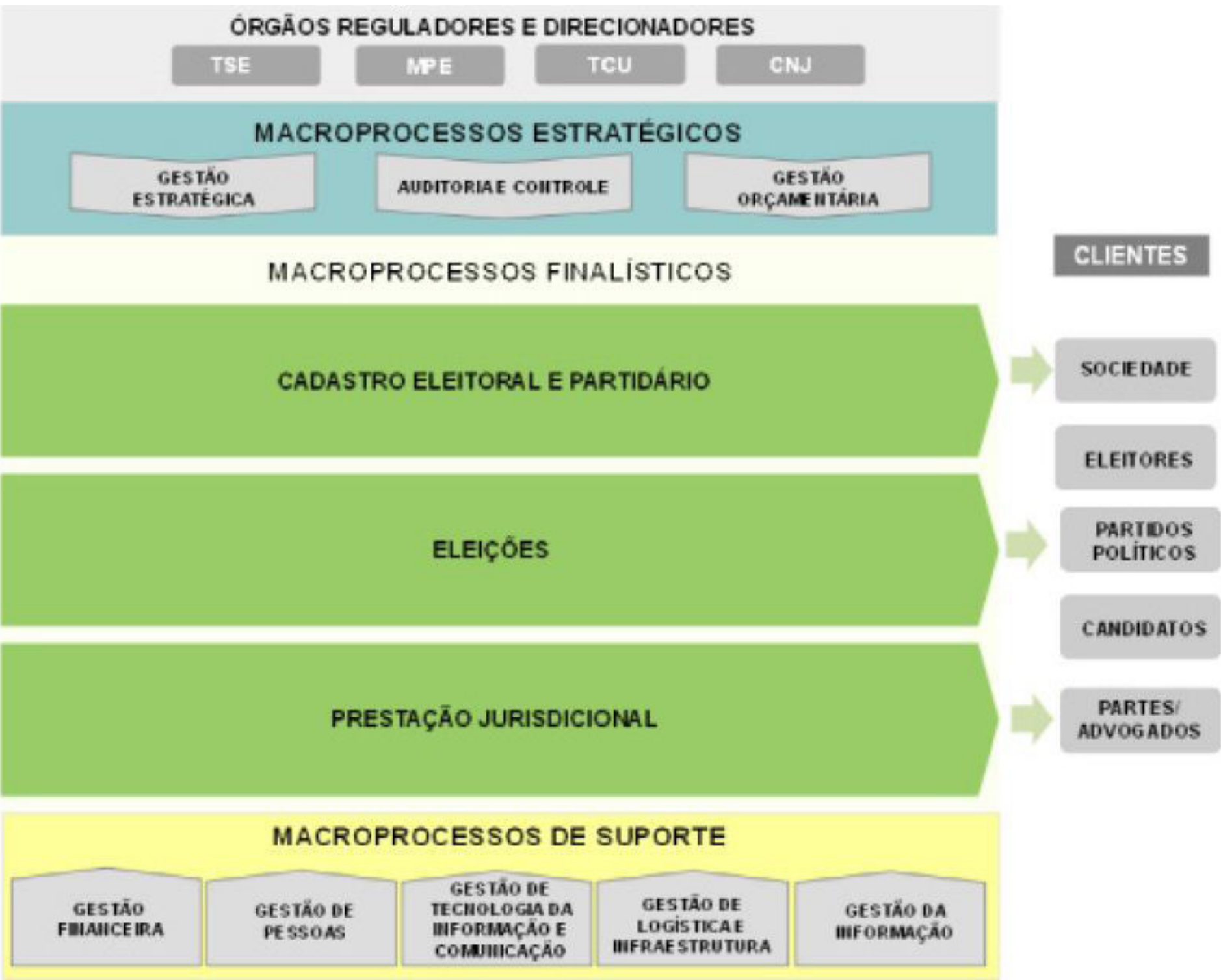


Figura 5: Cadeia de Valor

Canais de Comunicação

ASCOM

No exercício 2020, a Assessoria de Comunicação Institucional e Cerimonial (ASCOM), em conformidade com o Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (Resolução nº 14/2019/TRE-PB), desenvolveu inúmeras atividades, destacando-se os seguintes pontos:



Elaboração e encaminhamento do Relatório de Atividades da Gestão;



Planejamento, organização e execução das solenidades de escolha e posse de membros da mesa diretora e demais posses dos juízes membros da Corte Eleitoral;



Colaboração em projetos de ações sociais da Justiça Eleitoral;



Acompanhamento das sessões presenciais e virtuais do Tribunal, com transmissão ao vivo por canal no Youtube, fornecendo informações à imprensa dos resultados de interesse público dos julgados da Corte Eleitoral, em caráter meramente informativo;



Produção, edição e publicação de matérias, com imagens estáticas e dinâmicas voltadas à instituição, dispostas no sítio eletrônico do TRE-PB e nas mídias sociais da instituição (Youtube/Facebook/Instagram/Twitter);



Registro, através de fotografias e vídeo, de eventos e ações de relevante interesse, produzidos pela Justiça Eleitoral paraibana com a participação da Ouvidoria Eleitoral e da Escola Judiciária Eleitoral, relativamente a dar publicidade aos eventos, projetos e ações; e efetiva participação no Planejamento das Eleições 2020, inclusive sediando a Comissão Permanente de Aquisição de Materiais Gráficos para as Eleições;



Assessoramento nos trabalhos institucionais destinados a promover o planejamento, desenvolvimento e execução das ações relativas ao aprimoramento da política de comunicação social do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba;



Intermediando, viabilizando e produzindo entrevistas individuais e/ou coletivas, envolvendo a participação do Presidente, do Corregedor, dos Juízes Membros, da Diretora-Geral, dos Secretários, dos Chefes de Cartórios Eleitorais, dos Assessores, dos Coordenadores, com acompanhamento das repercussões nos veículos de imprensa (rádio, televisão e na rede mundial de computadores) relacionadas à Justiça Eleitoral e interesse público; e produção de vídeos, que estão hospedados no Youtube, todos de utilidade pública.

Em termos quantitativos, podemos destacar a publicação de 339 matérias no site www.tre-pb.jus.br; 299 matérias publicadas na intranet do TRE-PB; 685 postagens no perfil do TRE-PB no Instagram; 645 postagens no perfil do TRE-PB no Facebook; e 504 postagens no perfil do TRE-PB no Twitter.

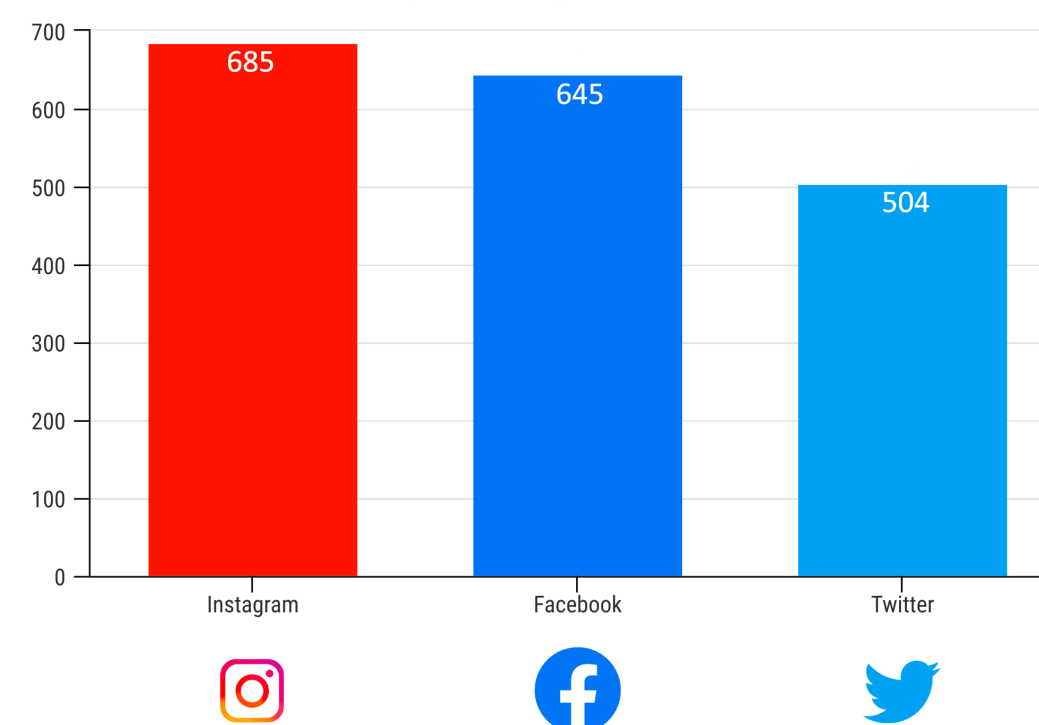


339 matérias veiculadas no site www.tre-pb.jus.br



299 matérias veiculadas na intranet do TRE-PB

Gráfico 1: Postagens nas redes sociais



Ouvidoria Eleitoral

A Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba foi criada pela Resolução TRE/PB n.º 08/2010 e regulamentada pela Resolução TRE/PB n.º 13/2011, com as alterações da Resolução TRE/PB 27/2020. O cidadão pode demandar suas denúncias, reclamações, sugestões e solicitações a este Regional de

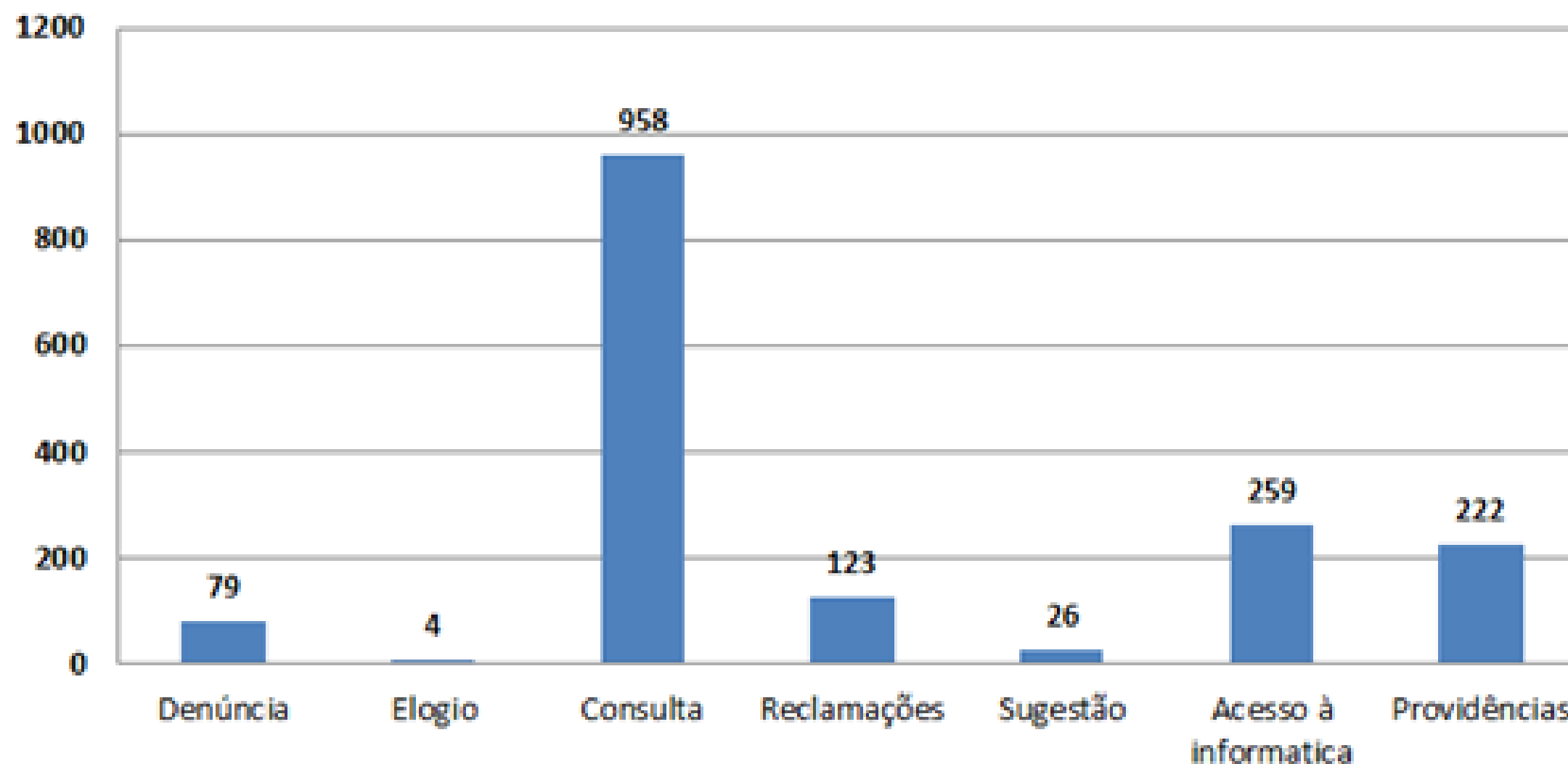
Justiça Especializada através da rede mundial de computadores por meio do link: (<https://www.tre-pb.jus.br/o-tre/ouvidoria-eleitoral/ouvidoria-eleitoral-do-estado-da-paraiba>). O demandante também pode encaminhar comunicação para o e-mail (ouvidoria@tre-pb.jus.br), acessar a conta da Ouvidoria no Instagram (@ouvidoria_

tre_pb) ou pelos telefones (83) 3512.1381, 3512.1450 e 3512.14.51. A demanda também pode ser recebida pessoalmente na Ouvidoria Eleitoral ou pelos correios (Av. Princesa Isabel, 201, Tambiá, João Pessoa PB). Em todos os casos, serão lançadas no sistema de Ouvidoria, que a partir do dia 01.06.2020 adotou o sistema SEI-Ouvidoria.

No gráfico abaixo, encontra-se detalhado o quantitativo de atendimentos realizados pela unidade, no ano de 2020 – 1.671 atendimentos:

Gráfico 2: Quantitativos de atendimentos

SISTEMA DE OUVIDORIA – 01/01/2020 a 31/12/2020



Quantitativo por situação de atendimento

Categoria	Ano	Nº de Chamadas
Denúncia	2020	79
Elogio	2020	4
Consulta	2020	958
Reclamação	2020	123
Sugestão	2020	26
Acesso à Informação	2020	259
Providências	2020	222

Quadro 1: Quantitativo por atendimento

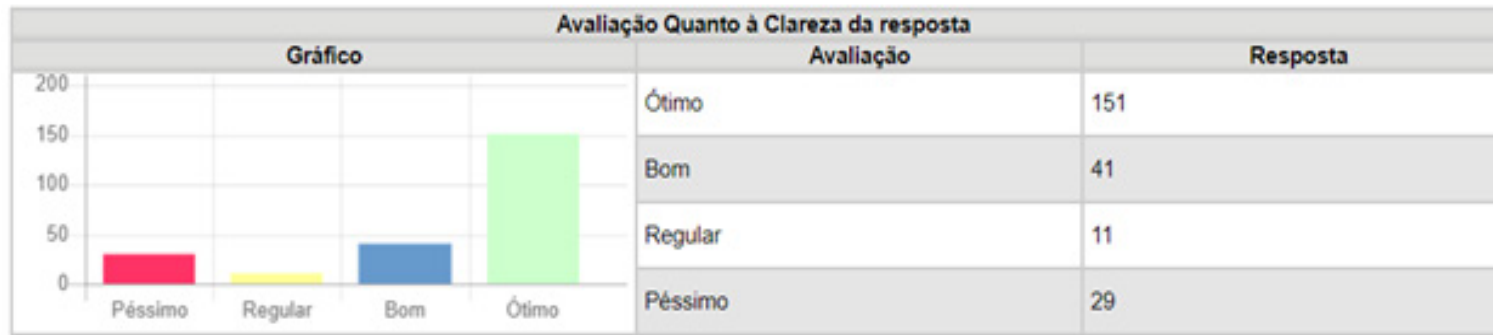
Entre 27 de setembro e 29 de novembro de 2020, a Ouvidoria Eleitoral foi encarregada da administração do Sistema Pardal, voltado para o controle e fiscalização da propaganda eleitoral nas Eleições 2020 – aplicativo que possibilita o cidadão encaminhar denúncias, respaldadas por fotos, vídeos e áudios. Referentes ao aplicativo, a Ouvidoria Eleitoral atendeu 1.945 demandas.

Pesquisa de satisfação do Usuário

Na pesquisa de satisfação o usuário emite opinião acerca do atendimento recebido em qualquer unidade do TRE-PB. Quadrimestralmente, a Ouvidoria encaminha ao Conselho Nacional de Justiça, através da Assessoria de Planejamento - ASPLAN. Os resultados podem ser consultados no link “transparência” do Tribunal <https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/ouvidoria-informacoes-ao-cidadao>.

Em face da pandemia do coronavírus, a partir de março/2020, o Tribunal adotou o atendimento remoto, exclusivamente. Nas Zonas Eleitorais, a pesquisa é feita através de cédulas em papel, que são depositadas pelos usuários, para a avaliação do serviço que lhes foi prestado, totalizada pelo Chefe da unidade e encaminhada à Ouvidoria, através do formulário google.docs, para consolidação dos dados. Assim e a título ilustrativo, temos abaixo apenas os dados da Ouvidoria Eleitoral daqueles usuários que, tendo recebido a cédula on line (disponibilizada pelo sistema SEI-OUVIDORIA, a partir de 01.06.2020) fizeram o preenchimento e o encaminhamento de sua opinião.

Total de Avaliações: 232



Fonte: Sistema SEI-Ouvidoria.

Tabela 1: Quantitativo quanto à clareza de resposta

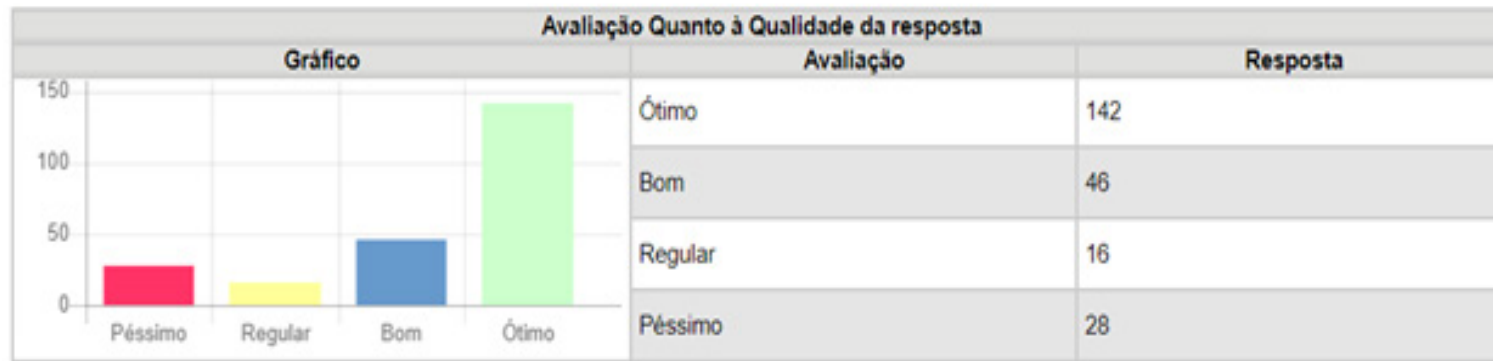
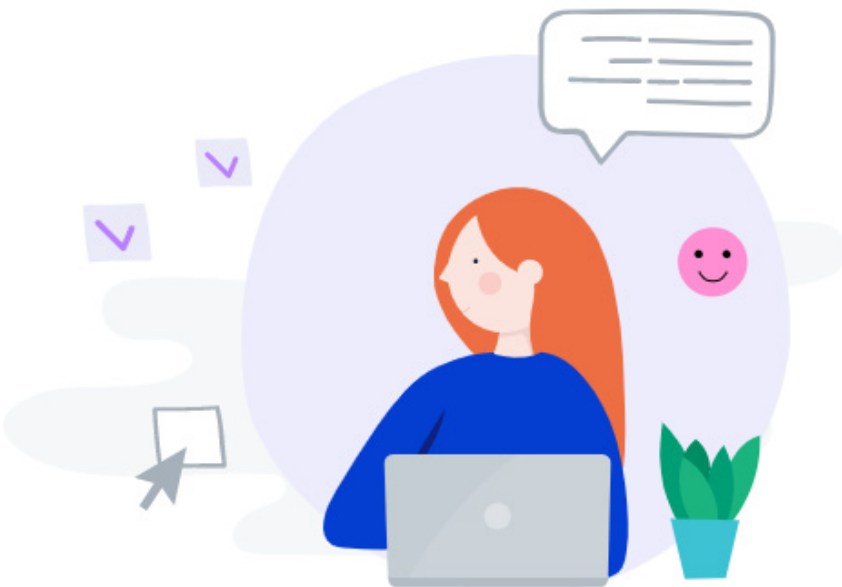


Tabela 2: Quantitativo quanto à qualidade da resposta



Carta de Serviços ao cidadão

A carta de serviços ao cidadão traz em seu conteúdo informações referentes às atividades desenvolvidas para o cidadão, antecipando-se e respondendo as suas possíveis dúvidas quanto aos serviços prestados no âmbito desta Justiça Especializada e à forma de acesso a eles. Em 2020, a Corregedoria Regional Eleitoral promoveu a atualização e revisão da carta de serviços dirigida ao 1º Grau de Jurisdição para que, ao buscar a Justiça Eleitoral, o cidadão dispusesse de informações fidedignas, claras e de fácil acesso. O acesso poderá ser realizado através do seguinte link: Carta de Serviços ao Cidadão Zonas Eleitorais

Transparência

Em 2020, foi realizado o aprimoramento da área correspondente à “Transparência e Prestação de Contas” no Portal do TRE-PB na Internet, disponível no endereço <https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>. Impulsionados pela iniciativa estratégica de “Monitoramento do cumprimento das demandas dos órgãos de controle externo junto às unidades gestoras responsáveis pela informação”, foram criadas, atualizadas e aprimoradas páginas com informações referentes às gestões orçamentária, financeira, estratégica, patrimonial, socioambiental, documental, administrativa, quadro de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias, informações contábeis, ouvidoria, auditoria, produtividade de serventias e magistrados, dentre outras.

Ética

O TRE-PB dispõe de **Código de Ética** (Resolução nº 21/2014) com princípios e normas de conduta aplicáveis aos seus servidores, bem como o Código de Ética aplicável aos seus auditores internos (**Resolução nº 27/2018**). A Comissão de Ética, com atribuições consultiva e investigativa, tem sido vigilante aos princípios éticos e valores fundamentais estabelecidos no Código de Ética, observando a integridade e a lisura das ações administrativas e dos processos decisórios internos, permanecendo, ainda, disponível para a apuração das violações das normas éticas dispostas.

Acessibilidade

Apresentam-se, abaixo, as principais informações relacionadas à acessibilidade no exercício 2020, com fundamento na Resolução nº 23.381/2012 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Res. CNJ nº 230/2016:

Nas eleições 2020, estavam aptos 2.966.759 eleitores no Estado da Paraíba, distribuídos em um universo de 8.452 seções eleitorais funcionando em 1.751 locais de votação. Deste total, 1.293 locais de votação (73,8%) e 4.788 (56,6%) seções foram indicadas no Cadastro Nacional de Eleitores (Sistema ELO) como sendo acessíveis, contemplando um total de 1.343.116 eleitores atendidos por seções com acessibilidade, apesar de apenas 16.885 (0,6%) estarem cadastrados como eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida no Sistema ELO. Garantiu-se, também, um mínimo de um fone de ouvido para cada local de votação na Paraíba.

55 prédios utilizados pela Justiça Eleitoral da Paraíba, com um percentual de 55% que atendem aos mínimos requisitos de acessibilidade (ao menos 01 banheiro acessível, entrada do prédio, rampa e corrimão).

Quanto ao estacionamento externo, o edifício-sede do TRE-PB dispõe de 27 (vinte e sete) vagas rotativas para automóveis e 13 (treze) vagas rotativas para motocicletas, ficando reservadas 2 (duas) vagas rotativas para idosos (art. 41 da Lei nº 10.741/2003 – 5%) e 1 (uma) vaga rotativa para pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade (art. 47, § 1º, da Lei nº 13.146/2015 – 2%).

- O Portal da internet do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba alcançou o percentual de 95,27% de acessibilidade, em razão dos softwares livres e gratuitos de leitura de tela para pessoa com deficiência visual (tecnologia assistiva).

- Indicação de três servidores da Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade para apresentação de projeto acerca da implantação do Programa “Coordenadores de Acessibilidade nos locais de Votação”, considerando os locais de votação com maior concentração de eleitores com deficiência no Estado da Paraíba. Entretanto, considerando as dificuldades enfrentadas pelas Zonas Eleitorais em razão da pandemia, a implantação do projeto foi adiada para o próximo pleito, Eleições Gerais 2022.

Cultura e Memória

Atividades do Memorial da Justiça Eleitoral:

- Produção e divulgação de vídeo promocional do Memorial Virtual em comemoração ao Dia da Memória do Poder Judiciário e 18ª Semana Nacional do Museu.

Atividades da Biblioteca Procurador João Jurema, Literárias e Culturais:

- Projeto Eleitoras – Edição Março/2020 com o tema ‘Poesia ao pé do ouvido’, em 13.03.2020; Oficina com a professora Simone Sol para 20 participantes.

- Conclusão do processo de descarte de 890 itens inservíveis (livros, periódicos, arquivos digitais tombados).

- Gestão e circulação do acervo bibliográfico.

- Projeto Eleitoras na Rede (Maio/2020) - A primeira edição do projeto apresentou uma livre adaptação dos poemas de Sérgio Nascimento pelas atrizes do grupo Cenário Eleitoral, Beth Lins e Nara Santos. O vídeo publicado no canal oficial do TRE-PB no YouTube, conta com 240 visualizações, em 08/02/2020.

- Realização de um projeto Eleitoras na Rede, em 29/06/2020, destinado aos participantes do grupo Cenário Eleitoral, com tema junino.

- Reapresentação da peça ‘Bolha de sabão’, no evento Café.com, em 27/03/2020, pelo Grupo Cenário Eleitoral.

Ações solidárias:

- Mediação na doação de livros (43 unidades) ao Castelo de Histórias, em março/2020, remanescentes da campanha do Núcleo Sócio Ambiental.

- Divulgação da Campanha Papai Noel dos Correios, em novembro/2020.



Pandemia da Covid-19

No ano de 2020, a pandemia da Covid-19 foi o maior e principal fator externo a impactar a gestão do TRE-PB. O primeiro caso pelo novo coronavírus, SARS-CoV2, foi identificado em Wuhan, na China, em dezembro de 2019. Desde então, os casos começaram a se espalhar rapidamente pelo mundo.

Em fevereiro de 2020, a transmissão da Covid-19 no Irã e na Itália chamaram a atenção pelo crescimento rápido de novos casos e mortes, fazendo com que o Ministério da Saúde alterasse a definição de caso suspeito para incluir pacientes que estiveram em outros países. No mesmo dia, o primeiro caso do Brasil foi identificado, em São Paulo.

Em março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o surto da doença como pandemia. Poucos dias depois, foi confirmada a primeira morte no Brasil, em São Paulo.

A necessidade de distanciamento e isolamento a que todos foram submetidos causou, de maneira brusca e inesperada, grandes mudanças nos processos de trabalho da Instituição.

Foi necessário o desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas atividades que o Tribunal precisaria desenvolver ao longo do exercício, notadamente por se tratar de ano eleitoral. Nesse sentido, destacou-se a adequação da infraestrutura tecnológica para viabilizar o trabalho e a disponibilização de serviços informatizados pela Internet necessários ao atendimento virtual dos usuários da Justiça Eleitoral.

A forma de trabalho dos servidores, que antes era integralmente presencial, passou a ser realizada de forma remota ou híbrida. Aquelas unidades que, pela natureza do serviço, necessitaram permanecer em trabalho presencial, precisaram adotar o sistema de rodízio, mantendo o menor número possível de servidores em trabalho presencial simultâneo. As reuniões passaram a acontecer através de plataformas de videoconferências.

Outro ponto impactado com a situação da pandemia foram os processos estratégicos de implantação de gestão por competências e dimensionamento da força de trabalho, que tiveram seus andamentos comprometidos, sendo suspensos para retomada no ano seguinte.

A evolução da pandemia do Coronavírus e os protocolos de isolamento de casos suspeitos demandou a seleção e alocação de equipes de apoio para dar suporte às unidades que tiveram servidores acometidos da doença, consistindo em atuação complexa, tendo em vista a imprevisibilidade do tempo e da amplitude dos afastamentos dos servidores, inobstante a exiguidade do quadro efetivo em diversas unidades do tribunal e cartórios eleitorais.

Todas as capacitações que haviam sido previstas dev forma presencial precisaram ser convertidas para apresentação virtual. Por outro lado, o custo de capacitação per capita no ano de 2020 reduziu-se 50% em relação ao ano anterior, enquanto o número de participantes aumentou 111%, demonstrando a economicidade das modalidades de capacitação à distância.

No âmbito externo, o atendimento remoto aos cidadãos para realização das operações de cadastramento e de regularização de situação eleitoral foi realizado por meio do aplicativo WhatsApp Business e do Título Net. Também foi eliminada a necessidade de comparecimento presencial ao cartório para agendamento de eventos de propaganda de rua. Da mesma forma, foram dispensadas as cerimônias presenciais de diplomação, sendo possível a emissão e validação online de diploma em qualquer hora ou local.

A fim de evitar a interrupção dos serviços de processamento dos feitos, atendimento das demandas dos partidos políticos, advogados e cidadãos em geral, houve criação de e-mail institucional e o redirecionamento das ligações dos ramais telefônicos para os celulares dos servidores. Assim, o comparecimento do servidor somente era realizado quando o atendimento da demanda não podia ser feito de forma remota.

Por fim, cumpre destacar que, por meio dos seus canais de comunicação e redes sociais, o TRE atuou de forma ágil e eficaz na prestação de informações quanto às decisões do Tribunal junto aos eleitores, candidatos e imprensa, especialmente em se tratando de ano eleitoral, quando as demandas afetas às eleições é muito alta.

Ataques Cibernéticos

Em 2020, assim como outros órgãos governamentais e do Poder Judiciário, o TRE-PB continuou a ser alvo de investidas cibernéticas com a finalidade de expor, alterar, desativar, destruir, roubar ou obter acesso não autorizado as suas redes de computadores. Essas invasões foram combatidas com vigilância e observância constante dos protocolos de segurança da informação. Nesse contexto, foram realizadas, ainda, as seguintes ações com vistas ao aprimoramento da sua segurança tecnológica:

- Implantação de ferramentas para gestão de vulnerabilidades e monitoramento de segurança da infraestrutura de TIC;
- Implantação da autenticação em dois fatores no serviço de correio eletrônico e no acesso remoto VPN; e,
- Instituição de normativos com regras de acesso à Internet pelos usuários da rede corporativa, sobre o uso de

recursos de tecnologia da informação e comunicação e dispondo sobre a política de utilização do serviço de correio eletrônico

Combate à desinformação (Fake News)

A exemplo dos exercícios anteriores, as disseminações de notícias falsas em relação à legitimidade e segurança do processo eleitoral continuaram a ocorrer em toda a Justiça Eleitoral em 2020.

Nesse sentido, o TRE-PB desenvolveu ações importantes com foco no combate à desinformação (fake news) e na segurança do processo eletrônico de votação, trazendo a sociedade para discutir importantes temas com impacto nas Eleições 2020.

Registre-se, ainda, que o combate à desinformação foi o tema trabalhado na Meta Específica do CNJ 2020, qual seja, “Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral.

Restrição de provimento de cargos efetivos vagos

A restrição de provimento de cargos efetivos vagos, imposta pela Portaria TSE n.º 671/2017, também é uma circunstância que continua a afetar a gestão do Tribunal, especialmente tendo em vista a evasão importante de servidores em decorrência de aposentadoria.

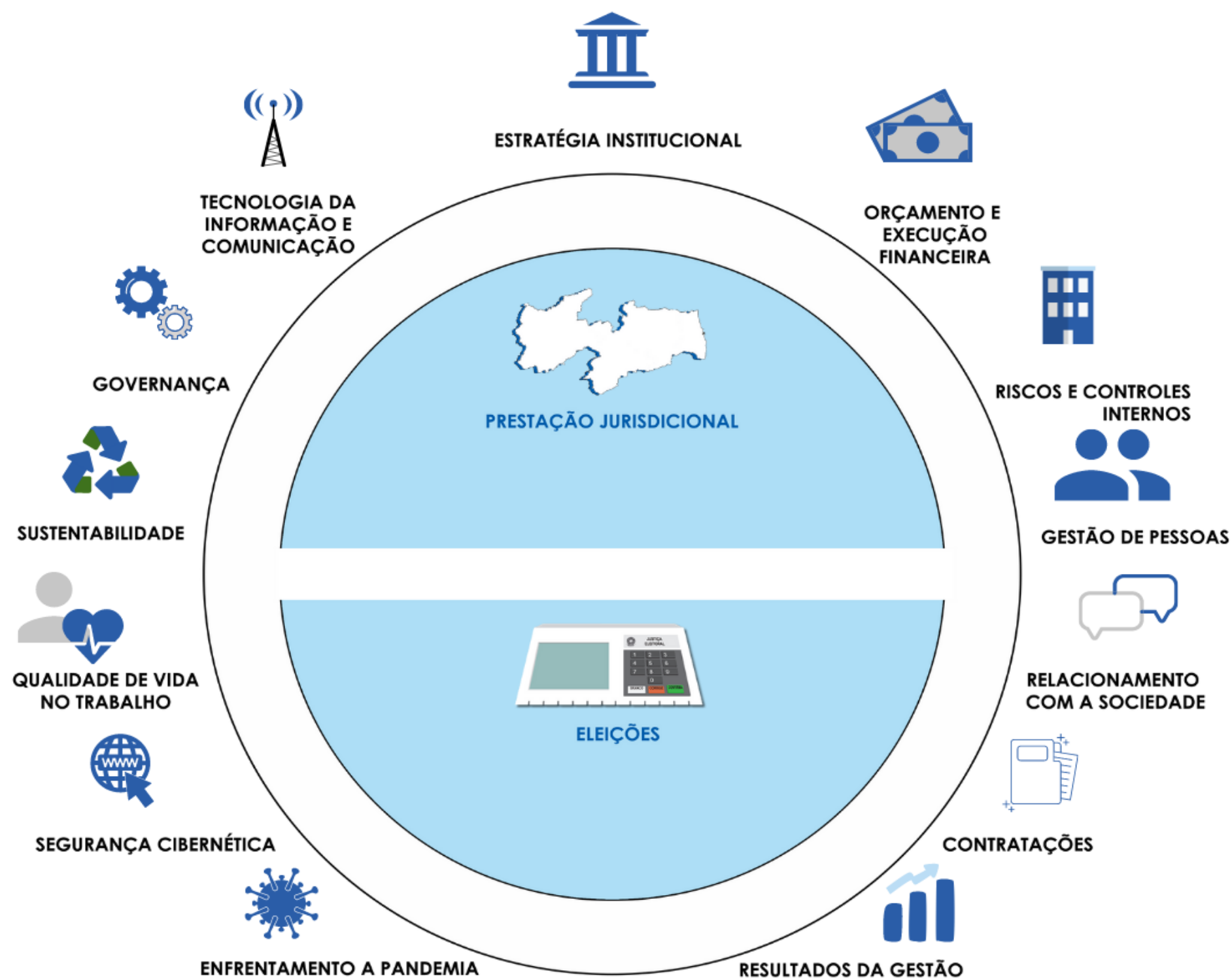
Limitação Orçamentária

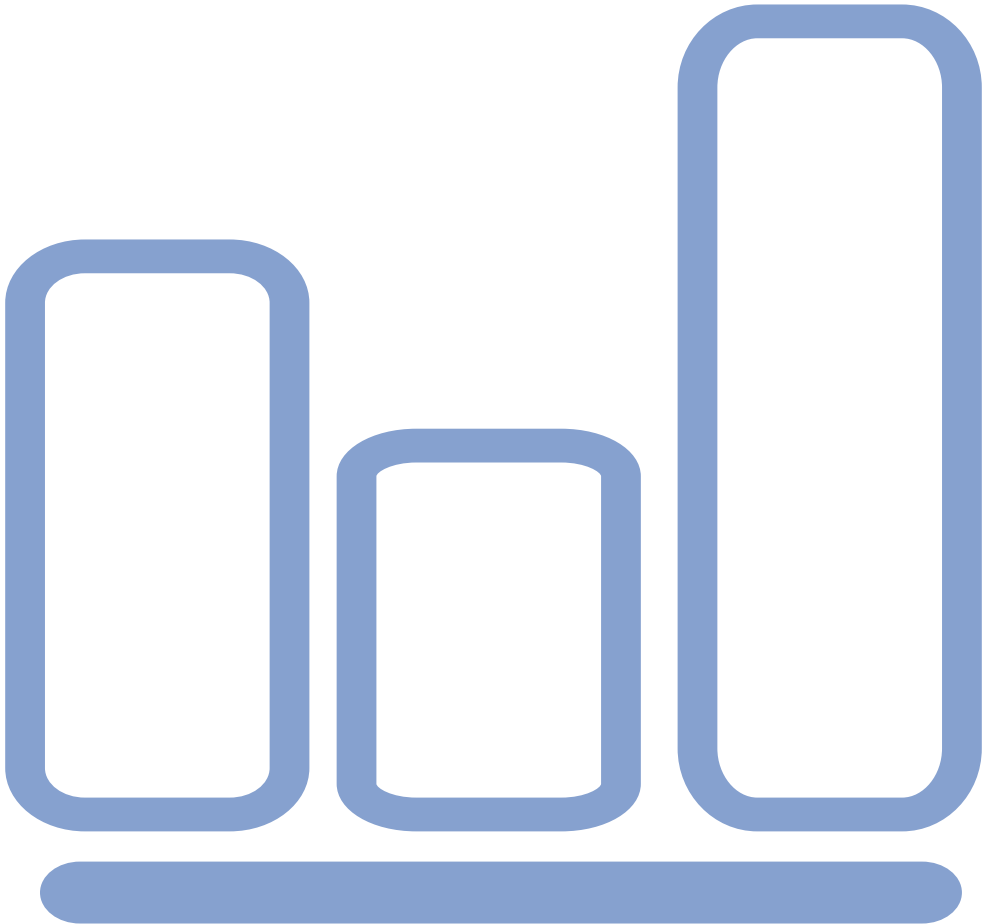
O cenário de restrição orçamentária, agravado pela promulgação da Emenda Constitucional n.º 95/2016, que impôs teto de gastos ao setor público, continua a desafiar a gestão do TRE-PB, assim como a todo gestor público, a gerir as mesmas ou maiores demandas com cada vez menos recursos.



A identificação, avaliação e priorização dos temas relevantes apresentados no Relatório Integrado do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba foi originado de um processo de trabalho que envolveu a alta gestão. Os temas foram determinados adotando o modelo de negócios do TRE/PB como diretriz, buscando demonstrar como transformamos nossos recursos e geramos valor para a sociedade. Registra-se que a estratégia utilizada para determinar a materialidade e definir os limites deste relatório teve como foco a integração entre as unidades, a participação da alta gestão e a conectividade das informações consideradas significativas para o cidadão, formalizadas em processo próprio, debatidas e avaliadas em reunião.

Quanto aos limites do relatório, ressalta-se que foi adotada uma abordagem ampla, primando pela transparência dos atos de gestão à sociedade e aos órgãos de controle. Buscou-se unificar informações financeiras e não financeiras, de maneira concisa, apresentando como a estratégia, a governança, o desempenho e a visão de futuro da Justiça Eleitoral da Paraíba, no contexto do seu ambiente externo, levam à criação de valor em curto, médio e longo prazos. Como resultado desse processo, destacaram-se os seguintes temas:





Riscos, Oportunidades, Desafios e Perspectivas

A Política de Gestão de Riscos da Justiça Eleitoral da Paraíba é regulamentada pela Resolução TRE/PB nº 11/2017, cujo processo é conduzido de forma descentralizada pelos responsáveis das unidades administrativas, em seus respectivos escopos de atuação, durante a execução dos processos de trabalho, projetos e ações desenvolvidos nos níveis estratégicos, táticos ou operacionais.

O manual de gestão de riscos definiu quatro categorias de riscos: estratégicos, operacionais, de comunicação e de conformidade. Link para o manual:

<https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-e-gestao/gestao-de-riscos/gestao-de-riscos>

As unidades organizacionais identificam, avaliam e tratam os riscos que podem comprometer a eficiência dos processos, o alcance dos objetivos estratégicos e a entrega de valor ao cidadão. Identificados os riscos, estes são analisados em termos de probabilidade versus impacto, conforme a matriz de “apetite a riscos”. Depois de avaliados, é verificada a existência de controles implementados que possam mitigá-los, bem como a

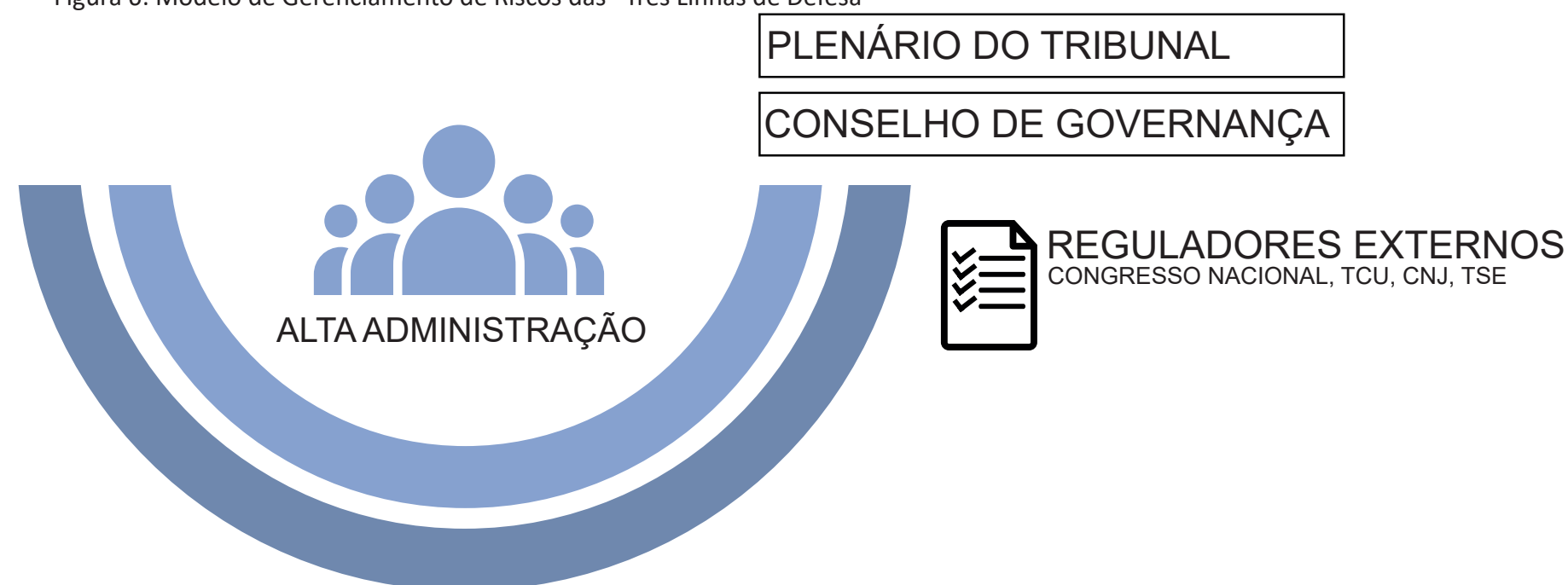
sua eficácia. Com isso, obtém-se o risco residual, impulsionando o planejamento de ações preventivas ou de mitigação. Em seguida, é feito o monitoramento, análise crítica e comunicação.

O Tribunal adota o modelo de gerenciamento de riscos das “Três Linhas de Defesa”, que consiste na atuação coordenada de três camadas do órgão.



EFEITO DA INCERTEZA SOBRE OS OBJETIVOS ESTABELECIDOS PELA INSTITUIÇÃO

Figura 6: Modelo de Gerenciamento de Riscos das “Três Linhas de Defesa”



PRIMEIRA LINHA DE DEFESA

É responsável por:

- a. instituir, implementar e manter controles internos eficientes;
- b. implementar ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles internos; e
- c. identificar, mensurar, avaliar e mitigar riscos.

SEGUNDA LINHA DE DEFESA

É responsável por:

- a. intervir, caso necessário, diretamente na primeira linha de defesa de modo a modificar e desenvolver os controles internos estabelecidos e os sistemas de riscos; e
- b. estabelecer diversas funções, como fornecer orientações e treinamento sobre processos de gerenciamento de riscos, facilitar e monitorar a implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos e a conformidade para ajudar a desenvolver e/ou monitorar controles da primeira linha de defesa.

TERCEIRA LINHA DE DEFESA

É responsável por:

avaliar a eficácia da governança do gerenciamento de riscos e dos controles, incluindo a forma com a primeira e segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle.

Com esse modelo, fortalece-se o sistema de controle interno da organização, pois cada grupo de gestores que compõe as linhas de defesa desempenha um papel distinto no sistema, de acordo com a estrutura organizacional.

No exercício 2020, os riscos mais significativos foram identificados e tratados no âmbito dos projetos estratégicos, em especial os de eleições. Os planos de riscos foram monitorados e comunicados ao Conselho de Governança, subsidiando as

decisões, as medidas preventivas e proativas necessárias. Os principais riscos relacionados à estratégia organizacional e as medidas de mitigação correlatas são demonstrados na tabela abaixo:

Tabela 3: Riscos

DESCRIÇÃO DO RISCO	IMPACTO NA ESTRATÉGIA	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Exploração de vulnerabilidades na infraestrutura de TIC.	OE3 - Fortalecimento da segurança e da transparência dos processos institucionais; OE7 - Fortalecimento da governança.	Implementação de soluções de monitoramento e gestão de vulnerabilidades; Adoção de políticas mais rígidas de controle de acesso e uso de recursos tecnológicos.
Descontinuidade nos processos finalísticos do TRE em razão da pandemia da COVID-19.	OE1 - Garantia dos direitos de cidadania.	Disponibilização de infraestrutura tecnológica para viabilizar o trabalho remoto dos colaboradores e o atendimento virtual dos usuário da Justiça Eleitoral.
Afastamento de integrantes das equipes de trabalho das eleições, em razão de adoecimento pelo novo coronavírus.	OE1 – Garantia dos direitos da cidadania; OE5 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas, com ênfase no primeiro grau.	Recrutamento e seleção de equipes de apoio remoto para auxiliar equipes de trabalho desfalçadas; Recrutamento e seleção de equipes de apoio direto para substituir servidores afastados nos momentos críticos da eleição.
Indicador Estratégico 4 (Plano Estratégico Institucional 2016-2021) não ser cumprido, em virtude do distanciamento social imposto pela pandemia.	OE1 – Garantia dos direitos da cidadania.	Realinhamento das iniciativas sócio-educativas, previstas inicialmente na forma presencial, para execução no plano virtual, bem como, aquisição de conhecimento das plataformas virtuais para possibilitar a execução. Indicador cumprido em 2020.
Não atingimento da Meta Específica 1 do CNJ, em virtude do distanciamento social imposto pela pandemia, bem como, pouca familiaridade com as plataformas virtuais.	OE1 – Garantia dos direitos da cidadania.	Realinhamento das iniciativas para promover participação das mulheres no processo eleitoral, previstas inicialmente na forma presencial, para o plano virtual, bem como, aquisição de conhecimento das plataformas virtuais para possibilitar a execução. Meta alcançada em 2020.

Tabela 3: Riscos

DESCRIÇÃO DO RISCO	IMPACTO NA ESTRATÉGIA	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Não atingimento da Meta Específica 2 do CNJ em virtude do distanciamento social imposto pela pandemia, bem como, pouca familiaridade com as plataformas virtuais.	OE1 – Garantia dos direitos da cidadania.	Realinhamento das iniciativas para promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral, previstas inicialmente na forma presencial, para o plano virtual, bem como, aquisição de conhecimento das plataformas virtuais para possibilitar a execução. Meta atingida em 2020.
Suspensão dos prazos processuais referentes aos processos e procedimentos físicos.	OE4 – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.	Migração dos processos físicos para o PJe.
Suspensão de atendimento presencial nas Zonas Eleitorais.	OE1 – Garantia dos direitos da cidadania; OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência dos processos institucionais.	Adoção de atendimento remoto no âmbito da Zonas Eleitorais.
Interrupção dos serviços de processamento dos feitos, atendimento das demandas dos partidos políticos, advogados e cidadãos em geral, por conta da pandemia Covid	OE1 – Garantia dos direitos da cidadania; OE4 – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.	Criação de e-mail institucional para compensar a dificuldade de atendimento presencial. Redirecionamento das ligações dos ramais telefônicos para os celulares dos servidores. Comunicação interna por meio de grupos de Whatsapp, videoconferências e ligações telefônicas. Comparecimento de servidor, quando o atendimento da demanda não podia ser feita por teletrabalho.
Sobrecarga de acessos ao Sistema de Processos Eletrônicos (PJe), que provocasse a indisponibilidade da aplicação	OE1 – Garantia dos direitos da cidadania; OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência dos processos institucionais; OE4 – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.	Escala nacional para utilização do Sistema PJe, de forma que a quantidade de usuários internos concomitantes fosse reduzida. Reforço da capacidade de TIC dedicada ao PJe. Continuidade dos atos cartorários que não dependiam do sistema, durante a indisponibilidade do PJe.
Dificuldade no treinamento e suporte ao público interno correspondente à operação dos sistemas Cand e Candex, por conta da impossibilidade de trabalho presencial	OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência dos processos institucionais.	Criação de curso EAD, com ênfase no suporte operacional e grupo de Whatsapp específico para o suporte nos sistemas Cand e Candex. Realização de reuniões diárias por videoconferência. Plantão da equipe de suporte da SJI permanente para atendimento individual por ligações telefônicas.

Na conjuntura atual por que passa o mundo e na qual nosso país encontra-se inserido, em que uma pandemia desconstruiu os processos de trabalho e as formas de realizar as atividades do cotidiano laboral, deparamo-nos com uma nova realidade a qual tivemos que nos adaptar. Essa acomodação à nova situação fez emergir novos processos de trabalho que se mostraram tão eficazes quanto os tradicionalmente utilizados e, em alguns casos, até mais efetivo e célere.

Em contrapartida, a mudança drástica na forma de trabalhar e se inter-relacionar, expôs situações de estresse e sobrecarga em razão da falta de preparação prévia, demandando a atuação da área de saúde ocupacional com atendimentos individualizados e a realização de ações de qualidade de vida no trabalho, considerando a realidade de pandemia.

A execução das atividades laborais de forma remota exigiu a adequação da infraestrutura de TIC para propiciar a continuidade na prestação de serviços ao cidadão e o acesso remoto seguro aos serviços da rede interna do TRE-PB. As principais medidas adotadas foram:

Adoção do sistema de pré-atendimento eleitoral TítuloNet, em conjunto com serviço de mensagem instantânea possibilitando o atendimento remoto de forma segura e com possibilidades de identificação inequívoca do eleitor;

Aquisição de 12 licenças de software de videoconferência;

Programação da central telefônica para possibilitar redirecionamento de chamadas de modo a garantir a comunicação do eleitor com as unidades da Justiça Eleitoral;

Aquisição de 250 licenças de SSL VPN para acesso remoto;

Disponibilização de 80 notebooks a servidores e magistrados para o desenvolvimento do trabalho remoto;

Implementação do Escritório Virtual, que garantiu acesso remoto seguro aos serviços da rede interna do TRE-PB;

Atualização dos servidores de aplicação, webconferência e transmissão das sessões e eventos do TRE-PB na Internet

Nesse contexto, um dos principais desafios para os próximos exercícios será promover a transformação digital garantindo a necessária proteção de dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018).

Diante desse novo cenário, as principais oportunidades e ameaças advindas do ambiente externo da instituição estão representadas no quadro abaixo:

OPORTUNIDADES
Trabalho remoto
Ferramentas tecnológicas
Aumento de mesários voluntários
Parcerias com entes públicos
Inclusão digital
AMEAÇAS
Pandemia
Adiamento das Eleições
Disseminação de notícias falsas sobre a segurança do processo eleitoral.
Impossibilidade da utilização do leitor biométrico para identificação do eleitor nas eleições
Ameaças de ataques cibernéticos
Restrição legal para provimento de cargos vagos

Como mencionado, a nova realidade ocasionada pela pandemia do Covid-19 impôs a necessidade de adaptações aos processos de trabalho, para não comprometer a realização da missão institucional “Garantir a legitimidade do processo eleitoral, a fim de fortalecer a democracia”, ainda mais em um ano de eleições municipais.

Desse modo, a infraestrutura tecnológica, o comprometimento dos servidores e as parcerias firmadas possibilitaram a continuidade dos serviços essenciais prestados pela Justiça Eleitoral, dentre eles o cadastro dos eleitores e a realização das eleições.

Para o próximo ano, acredita-se que ainda será necessário conviver com as restrições impostas pelos efeitos da pandemia. Para tanto, o Tribunal implementou ações que visam assegurar a permanência dos serviços e a saúde dos seus servidores e colaboradores.

Dentre elas, destacam-se:

A edição de normas de atendimento remoto para o público em geral, respeitando os preceitos de biossegurança;

A regulamentação do teletrabalho;

Aquisição de software de videoconferência;

Treinamentos na modalidade à distância;

Oferta de mais serviços no formato digital.

Quadro 2: Oportunidades e Ameaças

A médio prazo, a expectativa é de permanência do enxugamento dos gastos públicos, aumento de demandas por parte dos Órgãos de Controle, necessidade de aprimoramento dos mecanismos de segurança da informação, investimentos tecnológicos e combate à desinformação.

O caminho a ser percorrido para atender a estes desafios passa pela utilização de novas tecnologias, pelo aproveitamento da inclusão digital e a intensificação de ações educativas de prevenção e esclarecimento da segurança do processo eleitoral.

Diante disso, as perspectivas para 2021 correspondem à necessidade de adaptação das rotinas funcionais à nova realidade advinda do alerta de ondas pandêmicas, a demandar alternância entre os modelos de trabalho presencial e remoto, bem como um maior esforço quanto à elaboração de alternativas para a execução dos objetivos estratégicos do Tribunal, diante do desafio central de superar o distanciamento social através do incremento da aproximação digital em todos os processos de trabalho.

PERSPECTIVAS

Enfrentamento da pandemia

Restrição orçamentária

Restrição de provimento de cargos

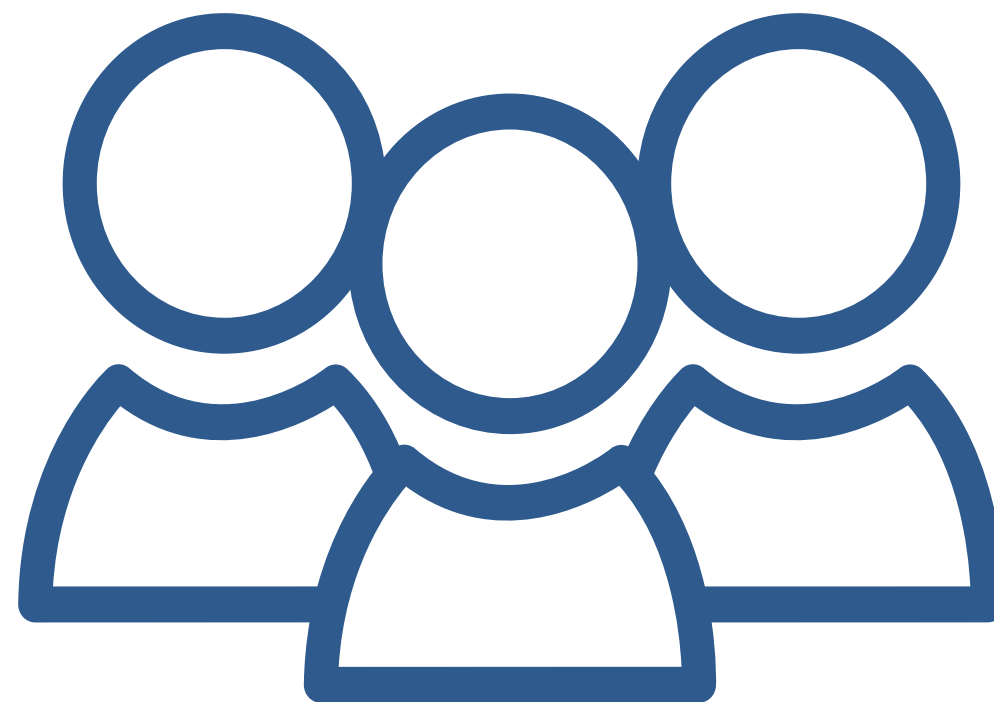
Teletrabalho

Aperfeiçoamento das rotinas de trabalho

Aumento de serviços no formato digital

Novos mecanismos de segurança da informação





Governança, Estratégia e Desempenho

O **Plano Estratégico Institucional** - PEI (Resolução TRE-PB nº 13/2015) possui vigência para o período de 2016 a 2021. Está alinhado às diretrizes gerais, metas e iniciativas da Estratégia Nacional do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral, com vistas à melhoria do desempenho institucional e à excelência da gestão do processo eleitoral.

Ele direciona o desenvolvimento de programas de qualidade, produtividade e modernização, além de avaliações periódicas dos serviços prestados, de modo a oferecer respostas cada vez mais adequadas às demandas apresentadas pela sociedade. Ainda, orienta a elaboração da proposta orçamentária, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, dos planos anuais de capacitação e desenvolvimento e do plano de contratações, harmonizando-os às iniciativas estratégicas e aos indicadores de desempenho do órgão.

O Plano Estratégico Institucional contempla 08 (oito) objetivos estratégicos e 25 (vinte e cinco) indicadores de desempenho, além das iniciativas estratégicas. Juntos, possibilitam que o TRE/PB cumpra a sua missão e alcance a sua visão de futuro.

Com o intuito de acompanhar e avaliar os resultados do Plano Estratégico Institucional, o Tribunal promove, quadrimestralmente, Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), conforme previsto no art. 9º da Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no art. 6º da Resolução 13/2015 TRE/PB. Nelas, poderão ser apresentadas propostas de ajustes ao Planejamento Estratégico e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional.

Em 2020, foi designado um grupo de trabalho formado por servidores das diversas unidades do TRE-PB para fins de elaboração do novo Plano Estratégico. Essa demanda será realizada no 1º semestre de 2021, através da execução de um Projeto Institucional.

Figura7: Mapa Estratégico



Além do Plano Institucional, fazem parte da Estratégia do TRE/PB os seguintes planos:

Quadro 3: Principais planos do TRE/PB

Plano	Assunto	Norma
<u>Plano de Logística Sustentável</u>	Instrumento vinculado ao Plano Estratégico Institucional, objetivando assegurar um controle mais efetivo sobre as ações e um maior direcionamento de esforços na área socioambiental para o alcance dos objetivos pretendidos. É composto por dezoito indicadores, agrupados em onze temas.	Resolução TRE-PB nº 17/2017
<u>Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação 2016/2021</u>	Contém o referencial estratégico da unidade, cuja missão é “Prover e manter soluções efetivas de TIC e procedimentos de eleição para o fortalecimento da democracia”, a visão, os valores, objetivos, indicadores de desempenho e iniciativas, visando ao alcance dos objetivos e metas estratégicas institucionais.	Resolução TRE-PB nº 13/2016
<u>Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – 2020/2021</u>	Apresenta as ações de TIC a serem empreendidas no TRE-PB, compreendendo todos os projetos planejados para esse biênio. Tais ações visam contribuir para a realização dos objetivos expressos no Planejamento Estratégico de TIC 2016-2021.	Portaria TRE-PB nº 875/2019
<u>Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação</u>	Contém a relação das contratações de bens e/ou serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação previstas para 2020 e concebido em harmonia com os demais Planos Institucionais.	Portaria TRE-PB nº 875/2019
<u>Planos Diretores e Setoriais</u>	Contêm objetivos, indicadores e iniciativas que direcionam a atuação das unidades para o alcance das metas estratégicas. Os planos diretores realizam a intermediação entre o nível estratégico e o operacional, a partir da identificação das atividades necessárias à realização dos objetivos estratégicos. Tem por finalidade especificar de que modo a unidade, seus processos e projetos ajudarão no alcance da estratégia do Tribunal. Já os planos setoriais correspondem ao desdobramento dos planos diretores em nível operacional, com a identificação das tarefas, prazos e responsáveis por sua execução.	Portaria TRE-PB nº 54/2020

A estrutura de Governança do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é composta por instâncias internas e instâncias de apoio. As instâncias internas de governança são responsáveis por definir e avaliar a estratégia e as políticas da Justiça Eleitoral da Paraíba, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas. São elas:

Plenário do Tribunal

Conselho de Governança

Comitê de Governança de TIC

Comitê de Governança de Pessoas

Comitê Gestor Regional
e Orçamentário de
Primeiro Grau de
Jurisdição

O Plenário do Tribunal é composto por Juizes Membros e, além das competências legais e regimentais estabelecidas, é responsável pela aprovação dos Planos Estratégicos Institucional, de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Gestão de Pessoas, além das políticas adotadas pelo Tribunal. Segue abaixo a composição do Tribunal Pleno no final do exercício 2020, o Procurador Regional Eleitoral e a Diretora-Geral:

COMPOSIÇÃO DA CORTE DO TRE-PB



Joás de Brito Pereira Filho
Presidente
12/11/2020 a 08/03/2022



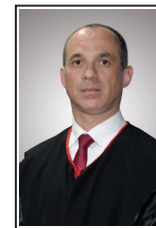
Leandro dos Santos
Vice-Presidente e Corregedor
13/11/2020 a 08/03/2022



José Ferreira Ramos Júnior
Juiz-Membro Titular (Juiz de Direito)
08/06/2020 a 07/06/2022



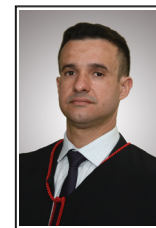
Micheline de Oliveira Dantas Jatoba
Juiza-Membro Titular (Juiza de Direito)
2º Biênio de 20/03/2019 a 19/03/2021



Rogério Roberto Gonçalves de Abreu
Juiz-Membro Titular (Juiz Federal)
08/06/2020 a 07/06/2022



Márcio Maranhão Brasilino da Silva
Juiz-Membro Titular (Jurista)
Biênio de 27/11/2019 a 26/11/2021



Arthur Monteiro Lins Fialho
Jurista Titular
2º Biênio de 19/10/2020 a 18/10/2022



Rodolfo Alves Silva
Procurador Titular



Alexandra Maria Soares Cordeiro
Diretora-Geral

O Conselho de Governança define as diretrizes gerais de gestão, acompanha e avalia os resultados da execução do Planejamento Estratégico Institucional, por meio das Reuniões de Análise da Estratégia, aprova o Orçamento Geral do Tribunal, os Planos de Contratações, o Planejamento Integrado de Eleições e exerce atividades de direcionamento e controle dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral da Paraíba.

As instâncias internas de apoio à governança são responsáveis por implementar, revisar e reportar o progresso de ações, garantir a eficiência administrativa e a conformidade com as regulamentações.

Conselho de Integração das Zonas Eleitorais

Comitê de Gestão Judiciária

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável

Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas

Comitê de Gestão de Pessoas

Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

*Comitê de Gestão
Administrativa e Orçamentária*

As instâncias externas são responsáveis pela fiscalização, controle e regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes.

Em relação às instâncias externas de apoio à governança, ressalta-se que são responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.

A composição e as atribuições de cada instância de governança poderá ser consultada na Resolução TRE-PB 10/2017, através do link: <https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-e-gestao/governanca-e-gestao-estrategica>

Execução da Estratégia

O Plano Estratégico Institucional da Justiça Eleitoral da Paraíba define objetivos, indicadores de desempenho, metas e estratégias com vistas à melhoria do desempenho e à excelência da gestão do processo eleitoral. A persecução do cumprimento dos objetivos estratégicos se dá através do estabelecimento de indicadores de desempenho e suas respectivas metas. Para o alcance das metas, as unidades executam iniciativas estratégicas, que consistem em conjuntos de projetos e planos de ação destinados a ajudar a organização a alcançar os resultados almejados. O Portfólio das iniciativas está disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-e-gestao/planejamento-estrategico>

Com o intuito de acompanhar e avaliar os resultados do Plano Estratégico, o Tribunal promove Reuniões de Análise da Estratégia (RAE). As atas e apresentações podem ser acessadas no portal do TRE/PB, através do link: <http://www.tre-pb.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao/planejamento-estrategico>.

O desempenho da estratégia no ano de 2020 está demonstrado nos gráficos a seguir:

Gráfico 3: Objetivos estratégicos

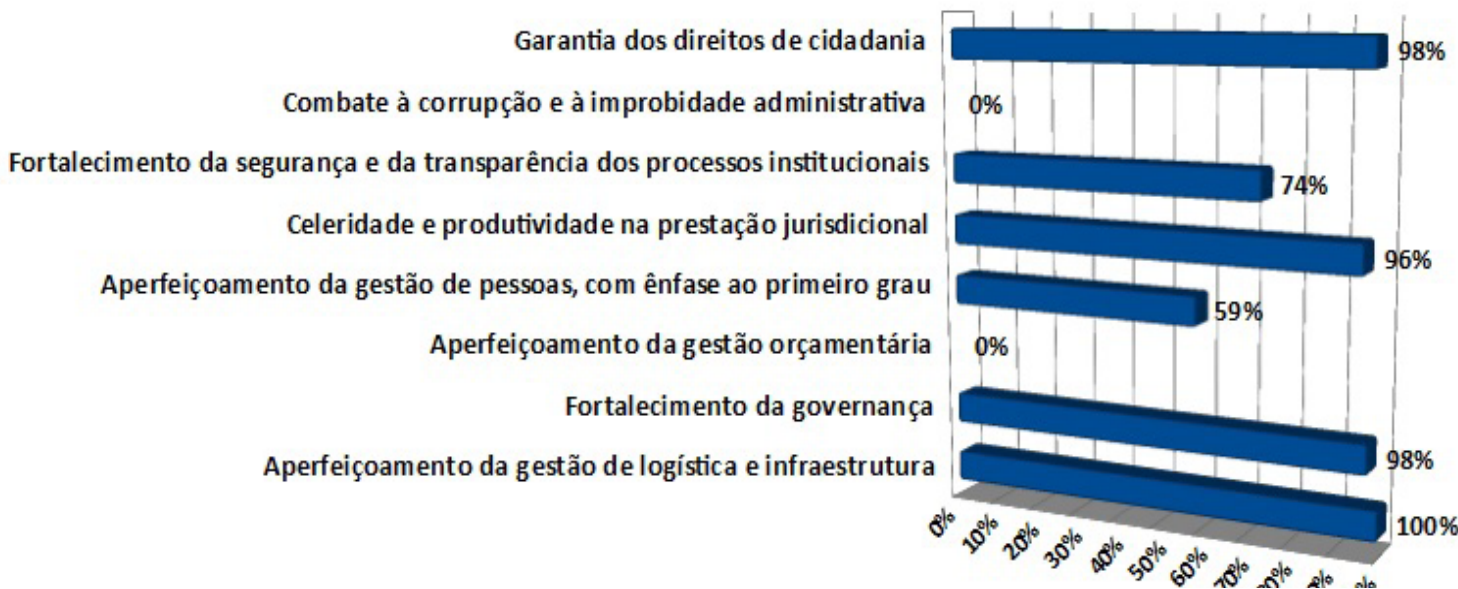
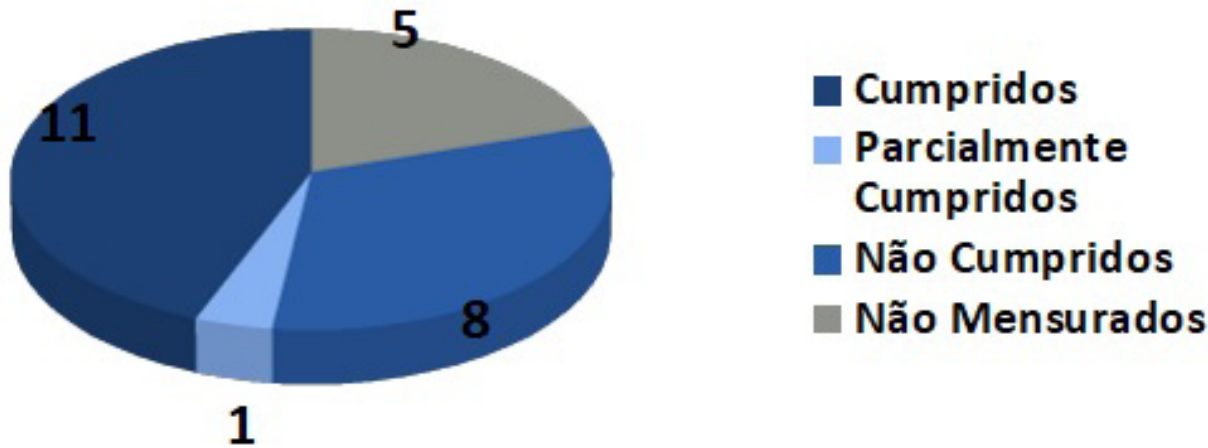


Gráfico 4: Resultado geral dos indicadores estratégicos 2020



Como se observa, os melhores desempenhos foram alcançados pelos objetivos “Garantia dos direitos de cidadania”, “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”, “Fortalecimento da Governança” e “Aperfeiçoamento da gestão de logística e infraestrutura”, cujos resultados foram de 98%, 96%, 98% e 100%, respectivamente. O detalhamento dos indicadores e metas relacionadas, está disponível nos gráficos a seguir:

Gráfico 5: Perspectiva sociedade

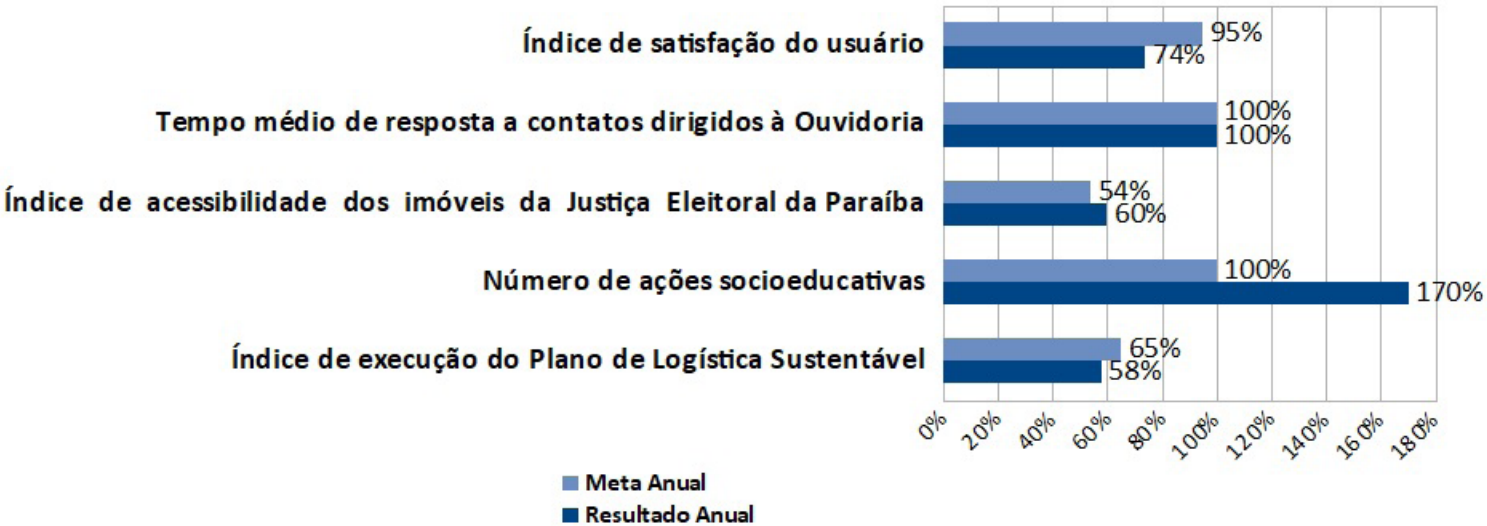


Gráfico 6: Processos internos

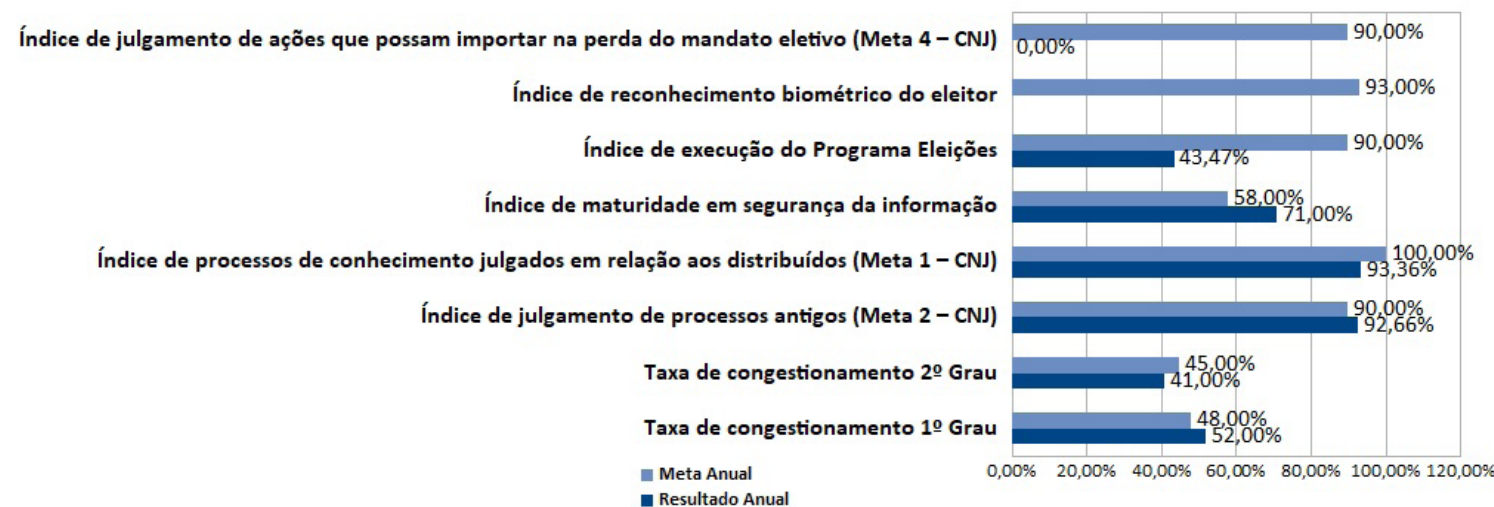
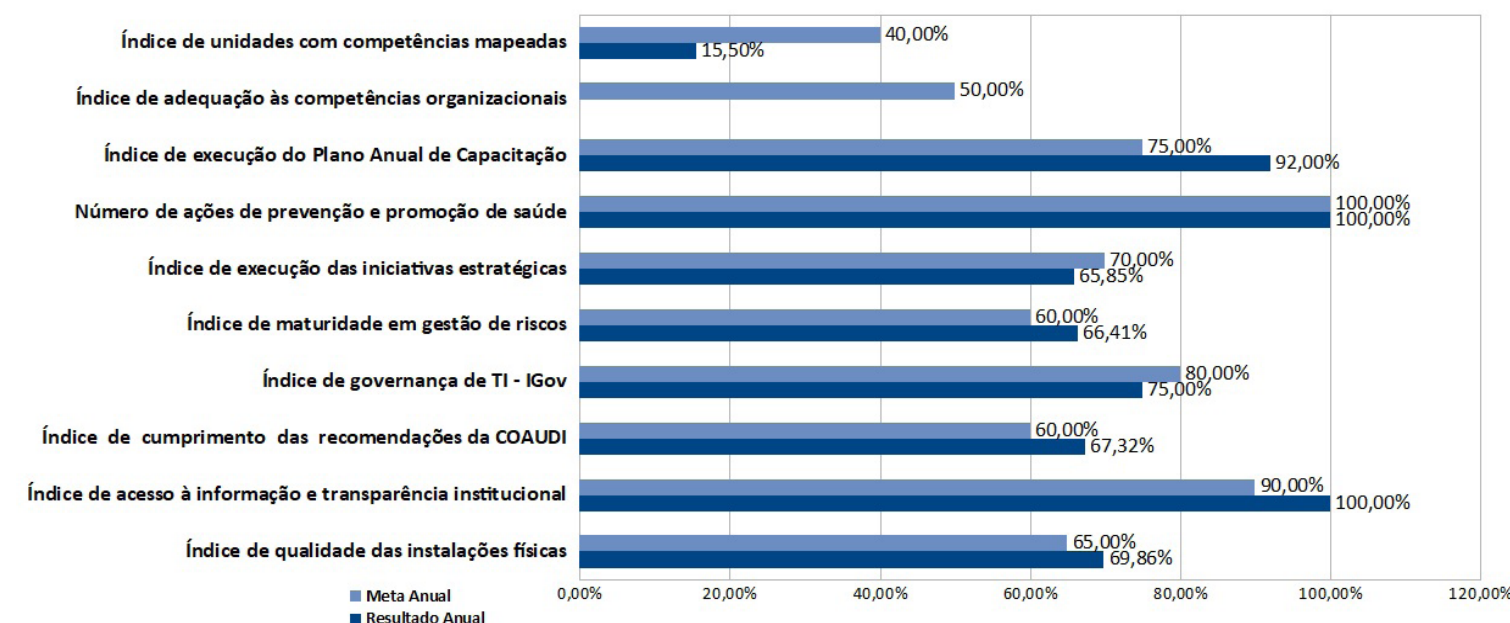
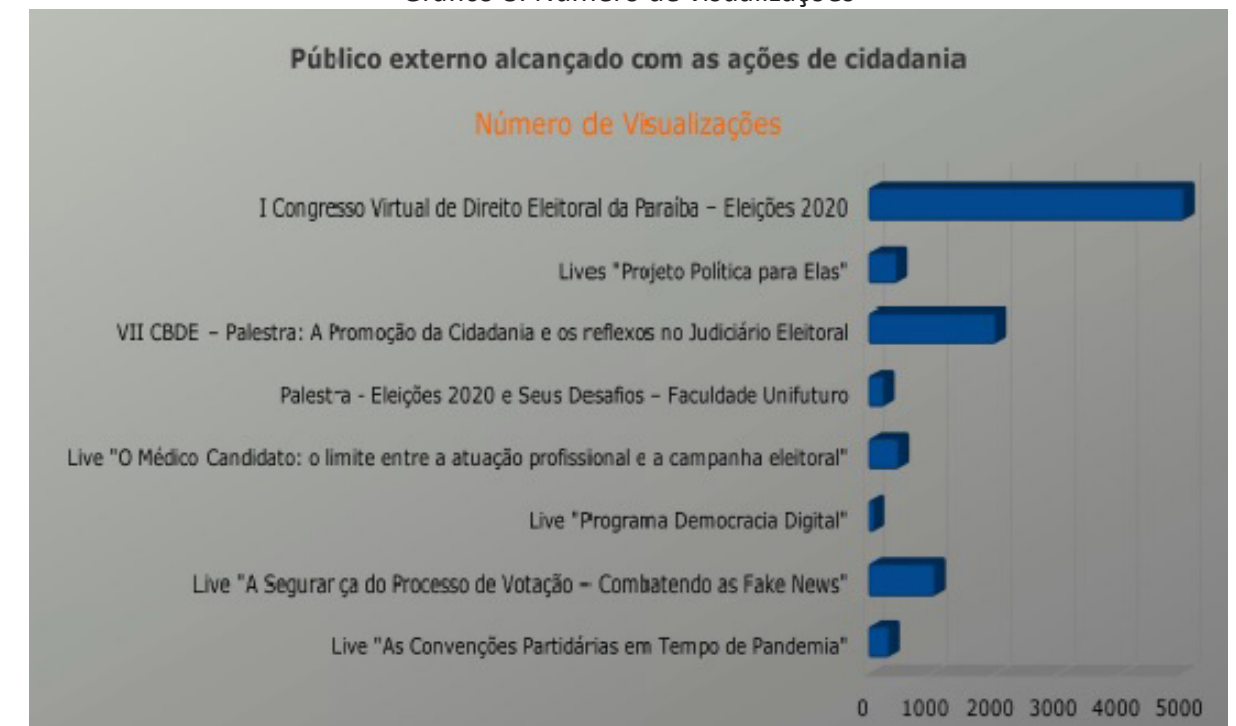


Gráfico 7: Pessoas e recursos



Em razão da pandemia do COVID-19, foi necessário adotar novas estratégias para realizar ações de cidadania, em especial aquelas desenvolvidas com foco no combate a desinformação (fake news) e segurança do processo eletrônico de votação, cujo alcance do público externo está demonstrado no gráfico:

Gráfico 8: Número de visualizações



Para assegurar a continuidade dos serviços eleitorais e o julgamento dos processos, face a suspensão dos atendimentos presenciais e a necessidade do trabalho remoto, o TRE/PB passou a adotar ferramentas virtuais que permitiram atender as demandas do cidadão, candidatos, partidos, advogados e demais partes interessadas.

A utilização do PJe (Processo Judicial Eletrônico) no 1º e no 2º grau, garantiu a tramitação dos processos, refletindo no desempenho dos indicadores estratégicos 10, 11 e 12. Por consequência, foi necessário iniciar o trabalho de digitalização, para migração dos processos físicos do sistema SADP para o PJe, nos termos da [Res. TRE/PB n.º 28/2020](#).

Destaca-se que as iniciativas estratégicas “Mapear os processos pendentes de julgamento e apresentação das informações à Gestão”, “Tramitar com celeridade os autos físicos e eletrônicos” e “Analisar e criticar os dados, quando extraídos do sistema de estatística processual ATENA”, também foram relevantes para os resultados alcançados.

Importante registrar que os objetivos estratégicos finalísticos estão alinhados às metas nacionais fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assumidas como passos importantes à oferta de uma prestação jurisdicional mais efetiva, célere e de qualidade para a sociedade, direcionando ações que impactaram nos resultados dos indicadores estratégicos relacionados.

O quadro a seguir apresenta as metas estabelecidas para a Justiça Eleitoral no ano de 2020:

Quadro 4: Metas para 2020

Metas CNJ	Indicador Estratégico	Meta Estabelecida	Resultado
Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos.	IE10 - Índice de processos de conhecimento julgados em relação aos distribuídos	100%	93,36%
Meta 2 - Julgar processos mais antigos	IE11 - Índice de julgamento de processos antigos	90%	92,70%
Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	IE8 - Índice de julgamento de ações que possam importar na perda do mandato eletivo	90%	0
Meta Específica 1 – Ações para a educação eleitoral	IE4-Número de ações socioeducativas	10 ações	17 ações
Meta Específica 2 – Fomentar a participação feminina no processo eleitoral	-	100%	100%

A realização da Meta 4 – CNJ continua sendo um desafio, tendo em vista que pela própria natureza dos tipos processuais contemplados, cujas instruções probatórias caracterizam-se pelo elevado número de requisições de diligências e perícias, as quais, não raro, necessitam ser realizadas por outras entidades, demandando muito tempo e impossibilitando a prolatação da decisão dentro do prazo estabelecido na meta. Registra-se que em relação às Eleições 2018, o Tribunal tem tão somente dois processos pendentes de julgamento para atingir o percentual de cumprimento, porém ambos se encontram tramitando na fase de instrução, com audiências para oitiva de testemunhas. Contribuíram para o alcance das Metas Específicas 1 e 2 as seguintes ações:

Meta Específica 1	Meta Específica 2
Live: As Convenções Partidárias em Tempo de Pandemia .	Projeto “As Mulheres da Justiça Eleitoral da Paraíba: Rumo às Eleições 2020”, participação numa série de 03lives realizadas em parceria com a mentoria Política para Elas, tendo a participação de servidoras que abordaram os desafios e estratégias adotadas pelo Tribunal, rumo às Eleições, no cenário da pandemia.
Live: A Segurança do Processo de Votação - Combatendo as Fake News, realizado em parceria com o TSE.	Projeto “Na Quarentena Com Elas” uma série de 03vídeos, produzidos por assessoras de ministros do TSE, trazendo estímulo às mulheres que desejem ingressar na vida política do país destacando a importância da participação feminina na política, disponíveis no canal youtube do TRE-PB.
Programa Democracia Digital e Talk Show, realizado em parceria com o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Agência Lupae IT&E (Instituto de Tecnologias Equidade), que buscou conscientizar, educar e combater os processos de desinformação em massa com vistas as Eleições 2020.	idem
Live o Médico Candidato: o limite entre a atuação profissional e a campanha eleitoral, com o lançamento da Cartilha Eleitoral para médicos candidatos nas eleições 2020.	idem
Congresso Virtual de Direito Eleitoral da Paraíba –Eleições 2020.	idem

Quadro 5: Metas específicas

Prêmio CNJ de qualidade

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba recebeu o Prêmio CNJ de Qualidade 2020, Categoria Ouro, em cerimônia promovida no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário. O desempenho dos órgãos da Justiça foi avaliado seguindo os critérios sistematizados em quatro eixos temáticos – Governança; Produtividade; Transparência; e Dados e Tecnologia. Para cada um dos requisitos, foi atribuído um valor de pontuação e os tribunais que alcançaram melhor colocação entre aqueles do mesmo ramo foram reconhecidos pelo Prêmio CNJ de Qualidade. O resultado foi fruto de um trabalho integrado entre servidores e magistrados, direcionado e monitorado pelo Conselho de Governança.



Figura 8: Prêmio CNJ de Qualidade

Eleições

Em 2020 ocorreram eleições municipais para os cargos de prefeito e vereador em todo o Brasil. Para realizar a sua missão institucional de “garantir a legitimidade do processo eleitoral, a fim de fortalecer a democracia”, o TRE-PB iniciou, ainda em 2019, o “Planejamento Integrado das Eleições 2020”. O referido Planejamento propôs-se a alcançar os seguintes benefícios:

Prover a Administração de uma visão clara do planejamento das eleições

Promover transparência e facilitar a comunicação das ações relativas ao planejamento das eleições

Atribuir responsabilidades e resultados a serem gerados por cada unidade, durante os trabalhos de preparação de execução das eleições

Fornecer aos gestores instrumentos para acompanhar as atividades de planejamento necessárias

Como resultado desse trabalho, foi entregue o Programa Eleições 2020, contemplando 18 (dezoito) projetos e 5(cinco) planos de ação, além de todas as informações relevantes ao desenvolvimento dos trabalhos, como gerente responsável, objetivos, benefícios, premissas, restrições, cronograma, custos, riscos e áreas/unidades impactadas. Elaborou-se, ainda, o modelo de gestão, definindo o formato de comunicação, o monitoramento e a avaliação do Programa.



PROGRAMA ELEIÇÕES 2020 RELAÇÃO DE PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO

Atos Preparatórios	Plano de Ação Transportes para as Eleições	Plano de Ação Treinamento de Multiplicadores de Mesários	Projeto Geração de Mídias
Projeto Preparação de Urnas	Projeto Segurança	Projeto Dia E	Plano de Ação Divulgação de Resultados
Plano de Ação Serviço de Atendimento ao Eleitor	Projeto Apoio Logístico à Preparação de Urnas, à Votação e à Transmissão de Resultados	Projeto Auditoria de Urnas Eletrônicas	Projeto Suporte de TIC
Projeto Totalização de Resultados	Projeto Transmissão de Resultados	Projeto Final do Alistamento	Projeto Propaganda Eleitoral
Plano de Ação Eleições nas Zonas Eleitorais	Projeto Suporte ao Registro de Candidaturas	Projeto Prestação de Contas	Projeto Aquisições
Projeto Infraestrutura de TIC	Projeto Avaliação das Eleições	Projeto Pessoas	



Uma novidade em comparação aos pleitos anteriores foi a utilização da ferramenta de gestão de projetos chamada Project Builder, que auxiliou os trabalhos de planejamento, execução, monitoramento, comunicação e gestão de riscos dos projetos. Importante destacar, ainda, o cenário causado pela pandemia do COVID-19, que impactou diretamente no Pleito, com a necessidade de adiamento do calendário eleitoral e, por consequência, replanejamento de todas as atividades, não só quanto aos prazos, mas também quanto à forma de execução. Nesse contexto, uma grande dificuldade enfrentada durante as campanhas eleitorais nos diversos municípios foi o contingente reduzido de policiais frente à necessidade constante de cumprir as decisões sobre proibição de eventos para evitar aglomerações de pessoas. Além disso, o elevado número de substituições de mesários e demais colaboradores para atuarem nas eleições, em virtude da pandemia. Apesar de todas as adversidades, o empenho do seu corpo funcional, o apoio dos cidadãos e o sucesso nas parcerias firmadas com os diversos setores da sociedade participantes do processo, fizeram com que a Justiça Eleitoral da Paraíba realizasse com êxito as Eleições 2020, inclusive se destacando no cenário nacional com o maior número de mesários voluntários e o primeiro a totalizar as eleições no segundo turno.

ELEIÇÕES EM NÚMEROS
ESTATÍSTICAS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

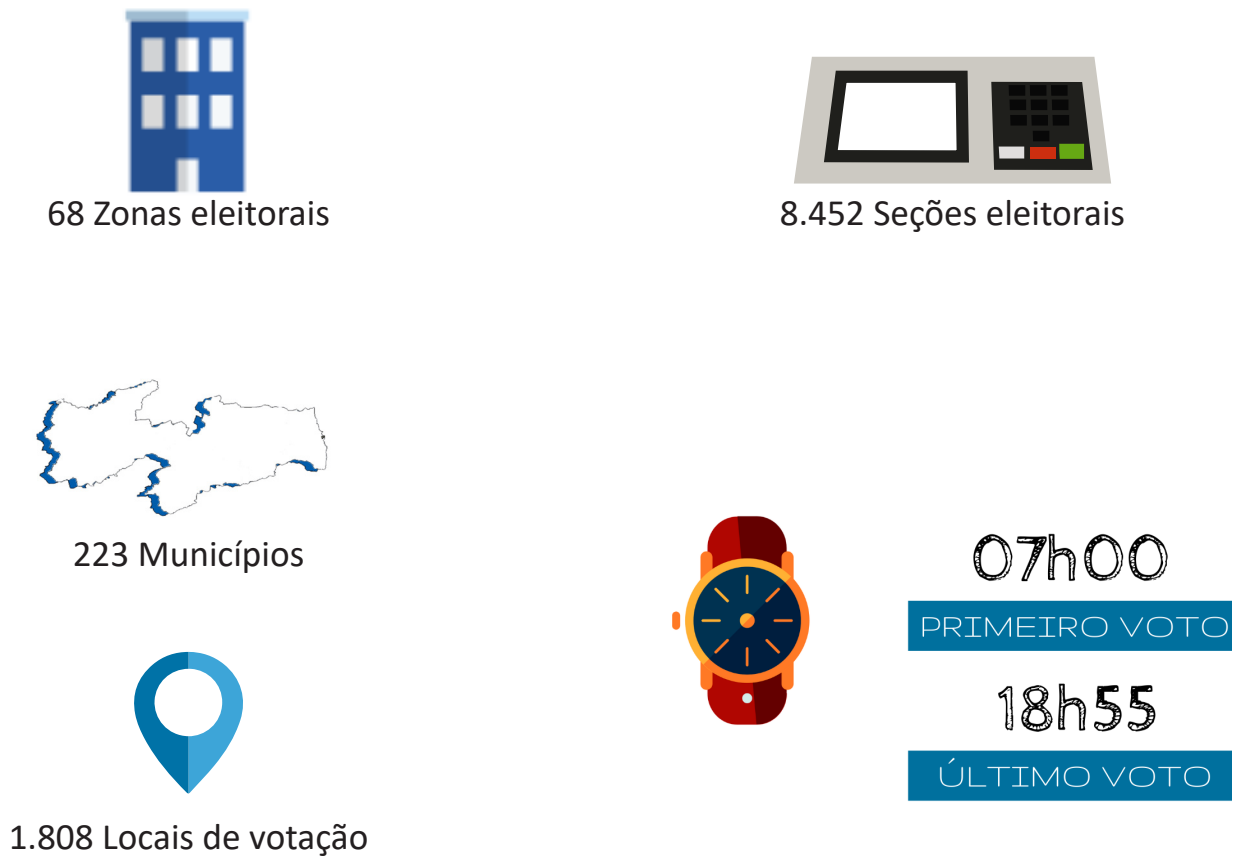


Gráfico 9: Eleitorado e comparecimento

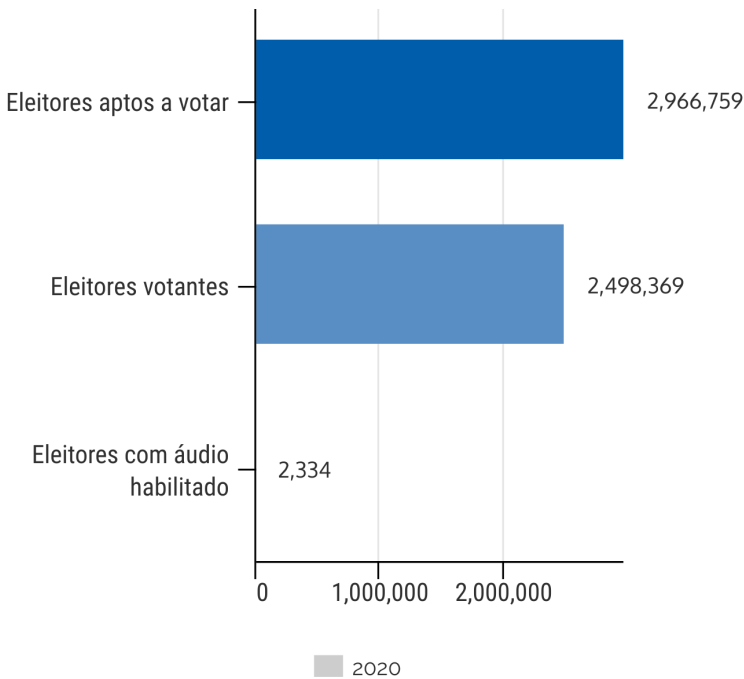


Gráfico 10: Zonas eleitorais, municípios, locais de votação e seções eleitorais

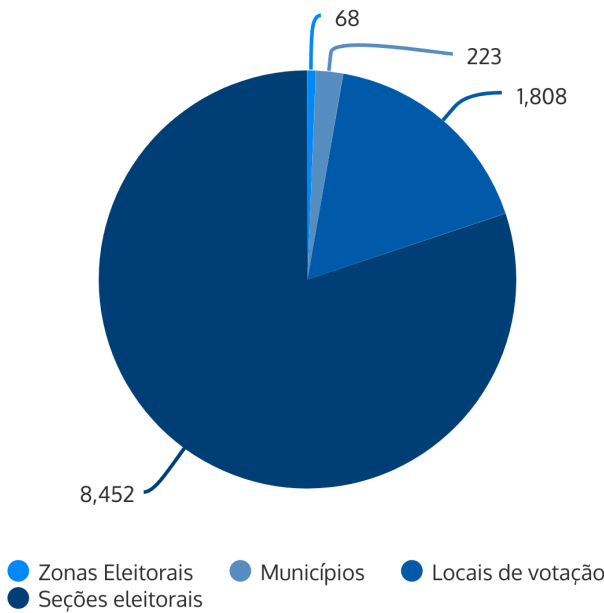


Gráfico 11: Voluntários

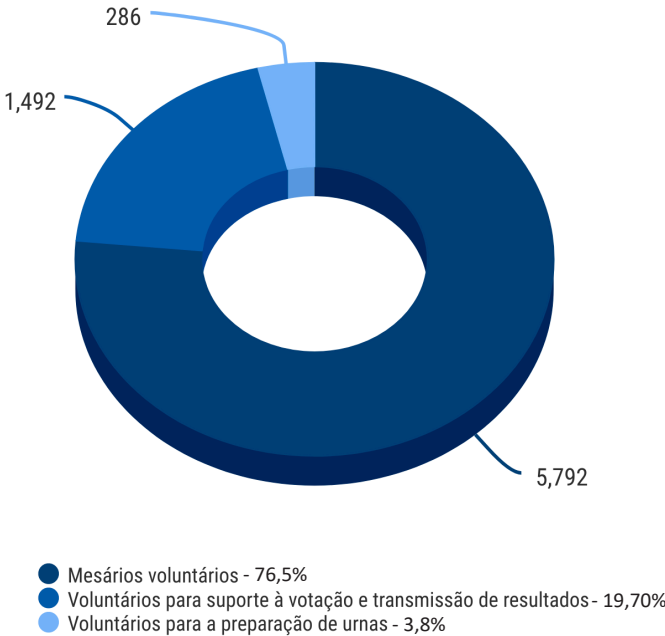


Gráfico 13: Mídias

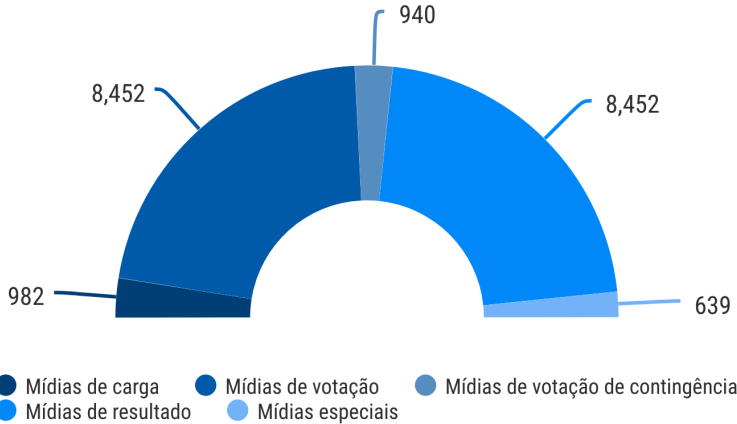


Gráfico 12: Mesários

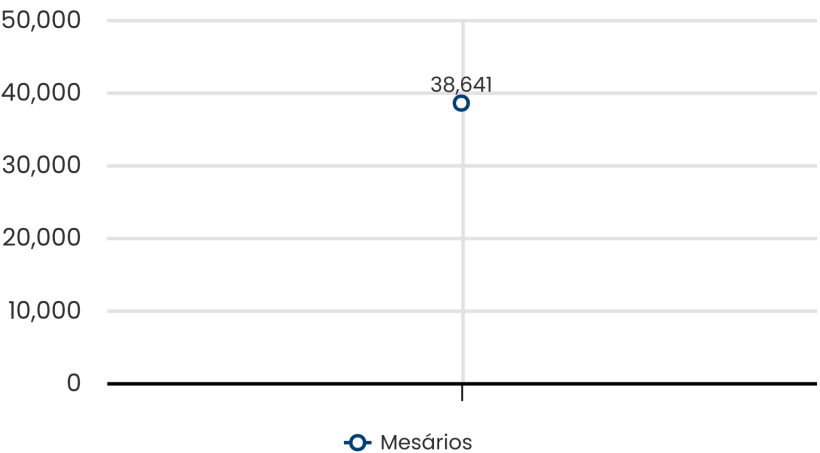
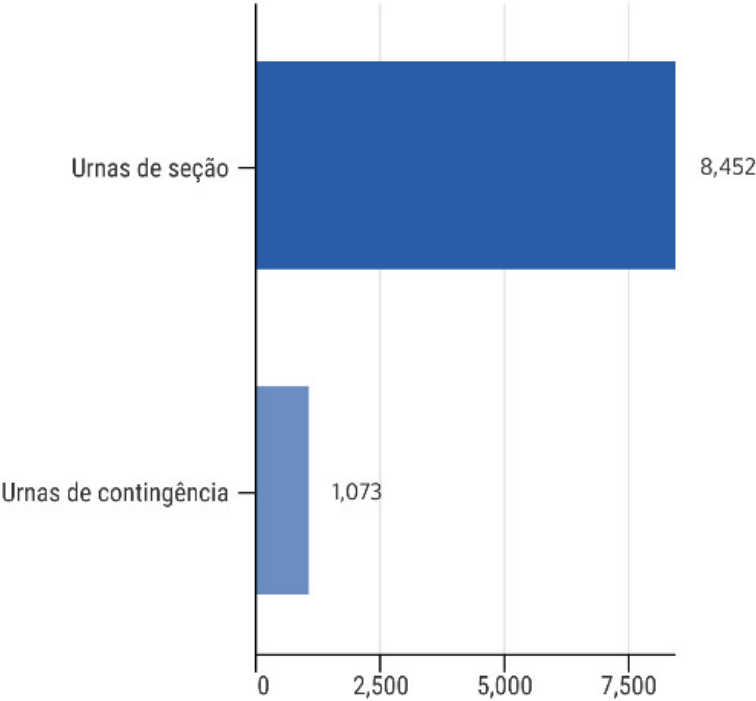


Gráfico 14: Urnas



Horário de início da votação

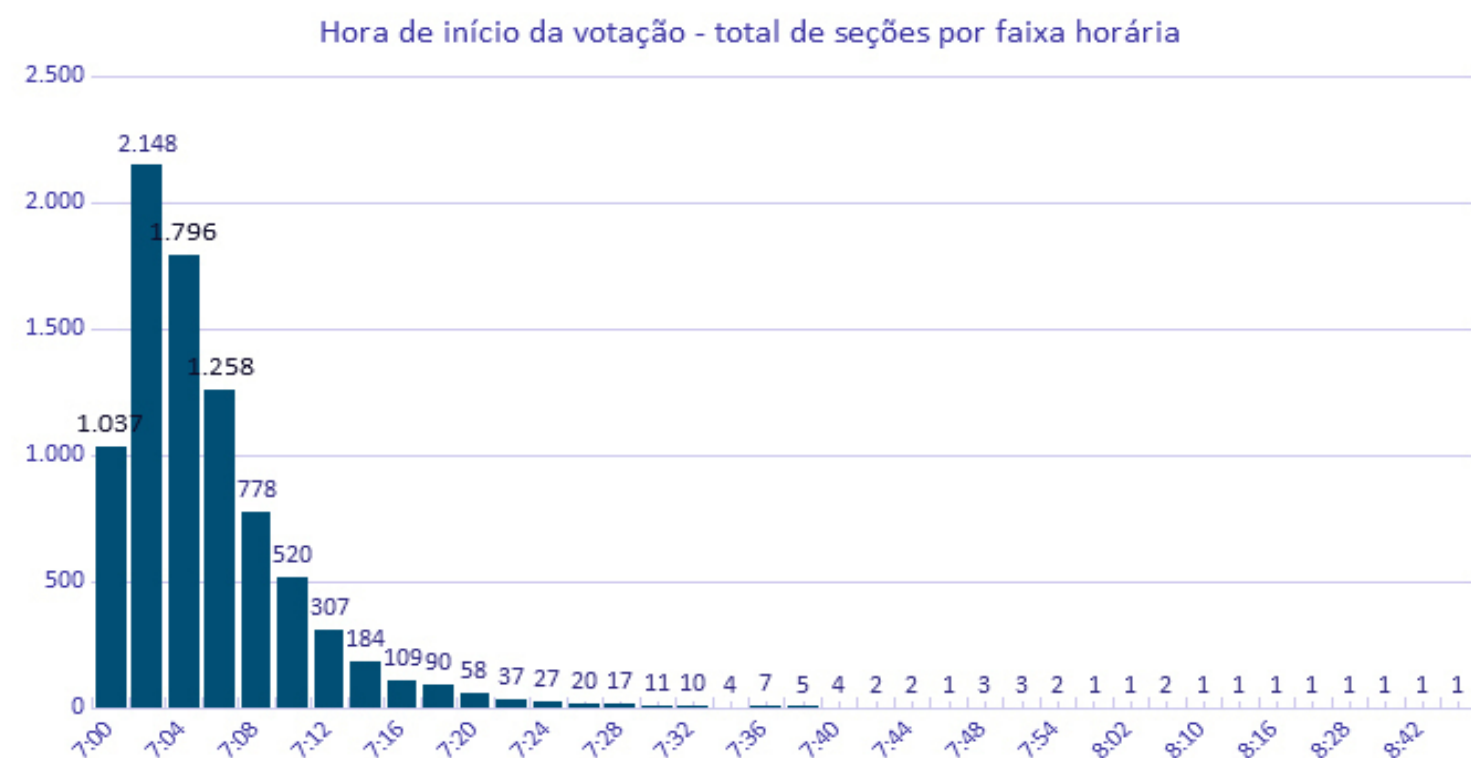


Gráfico 15: Horário de votação

Urnas substituídas por faixa de horário

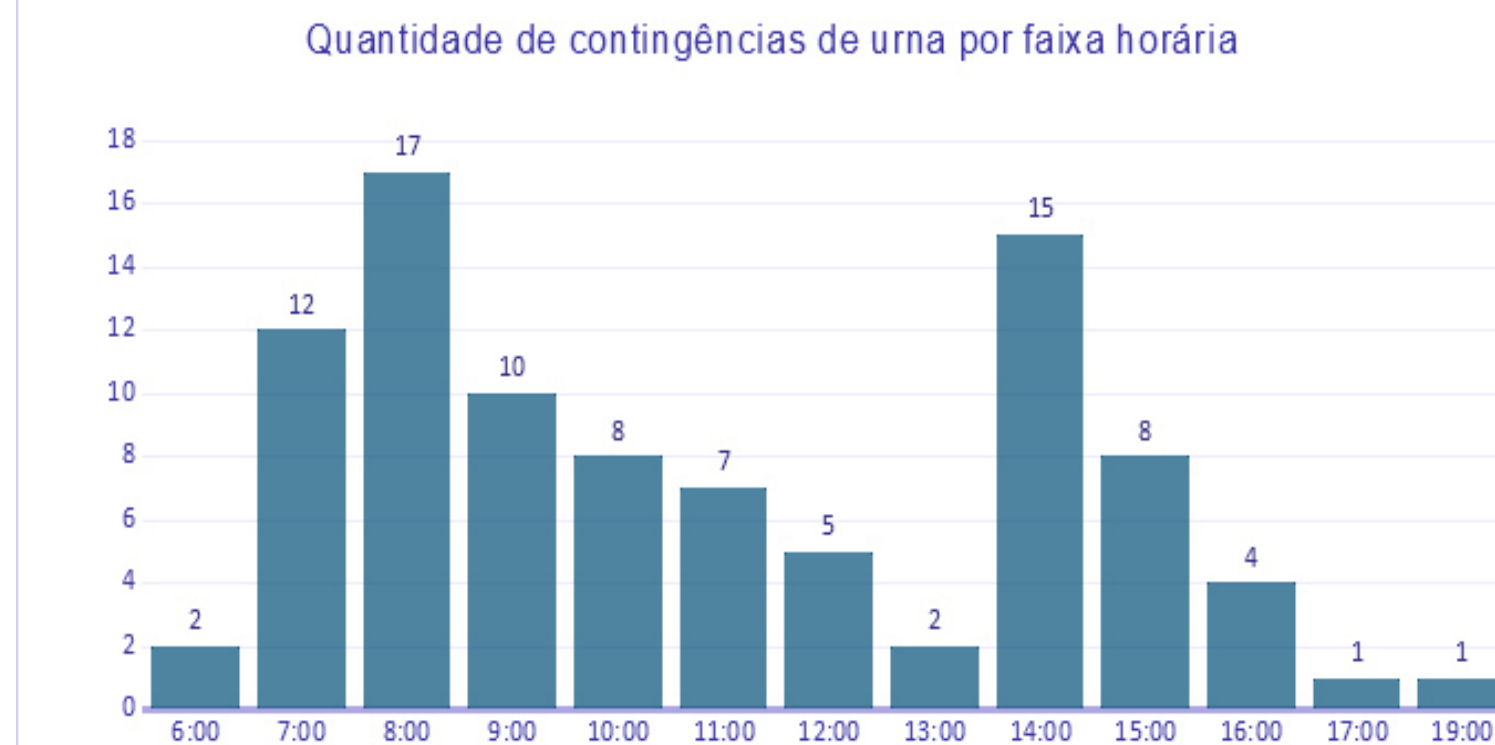


Gráfico 17: Quantidade de contingências

Comparecimento dos eleitores por faixa de horário

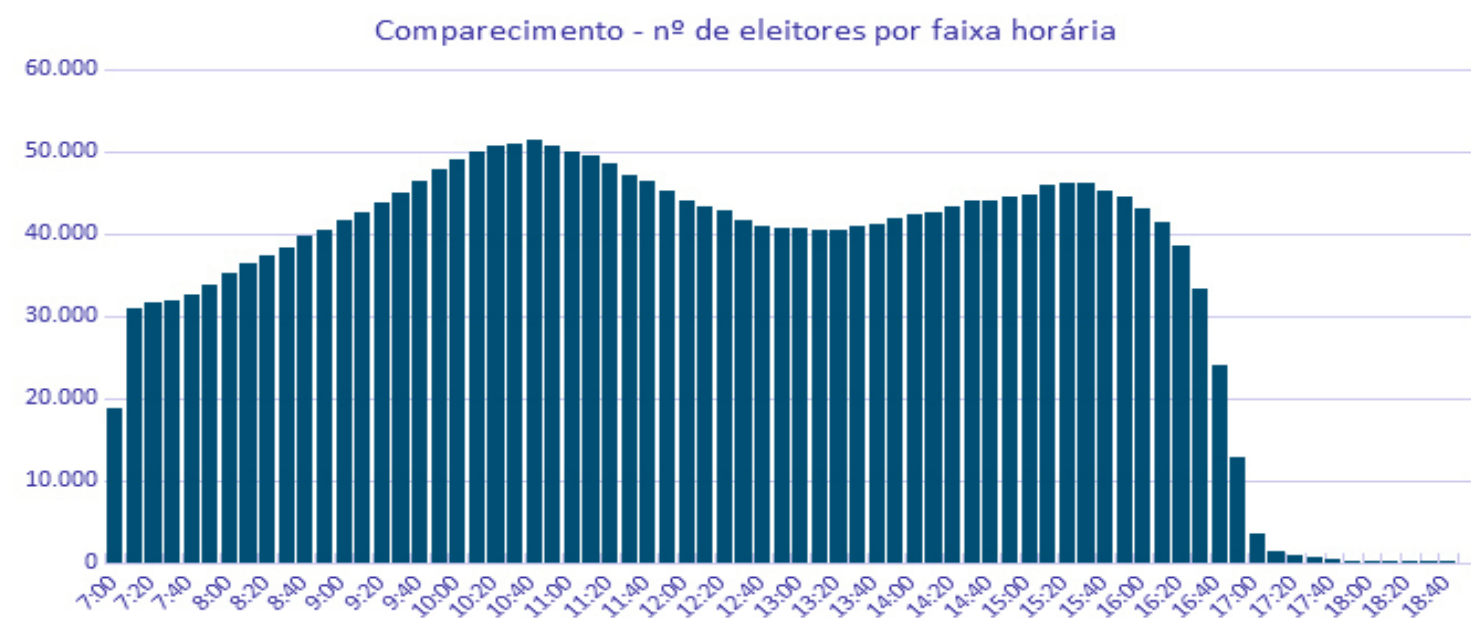


Gráfico 16: Comparecimento de eleitores

Encerramento da votação por faixa de horário



Gráfico 18: Horário de encerramento de votação

Gestão de Pessoas

Conformidade Legal

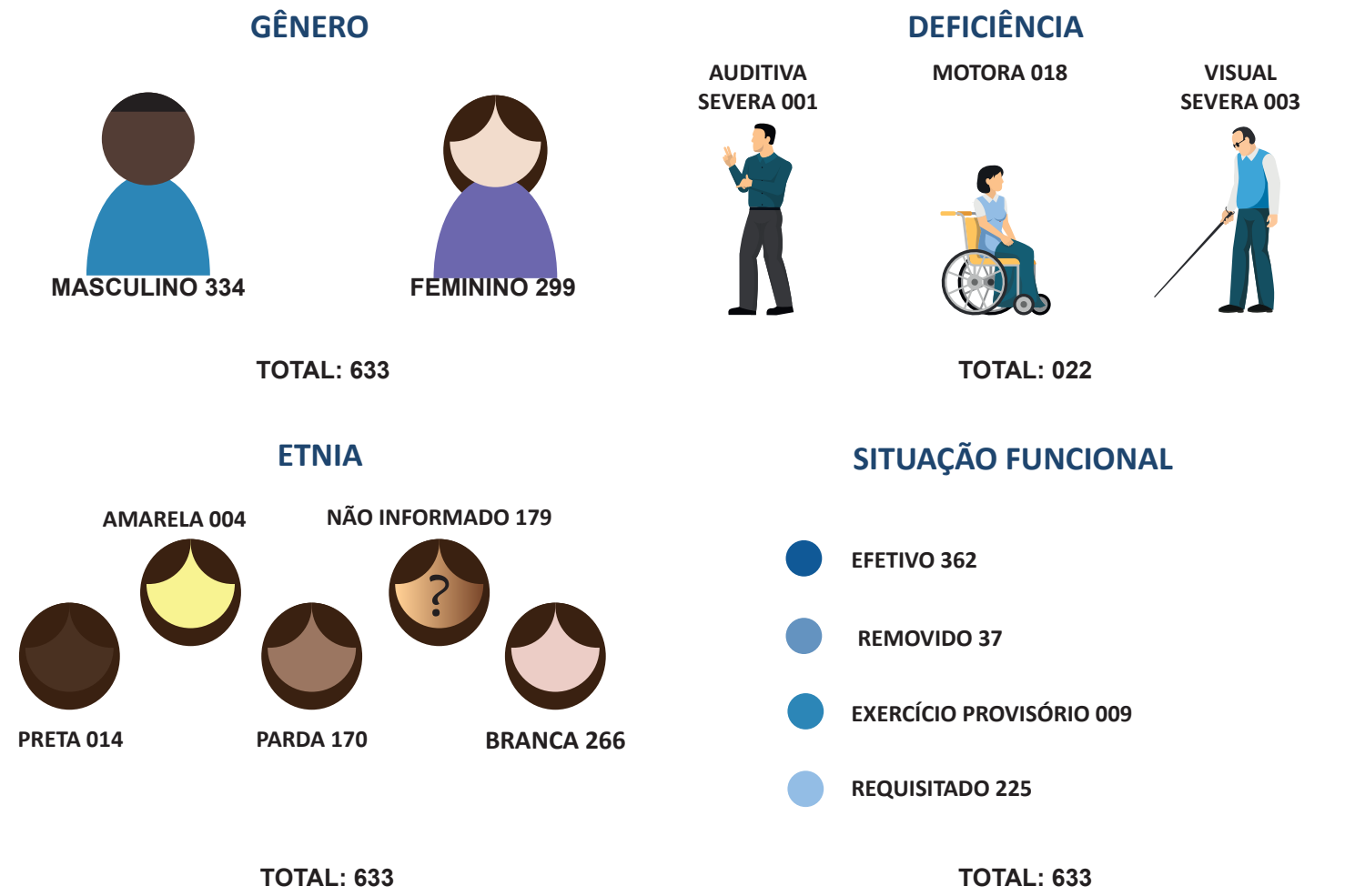
Para assegurar a conformidade com a lei 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba observa as normas oriundas do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça. Há também o acompanhamento da jurisprudência do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal Federal nas questões de pessoal que impactem no seu quadro de servidores.

Avaliação da força de trabalho

Para assegurar a conformidade com a lei 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba observa as normas oriundas do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça. Há também o acompanhamento da jurisprudência do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal Federal nas questões de pessoal que impactem no seu quadro de servidores.

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE
Acima de 60 anos	41
51 a 60 anos	168
41 a 50 anos	226
31 a 40 anos	159
Até 30 anos	39
TOTAL	633

Quadro 6: Faixa etária força de trabalho



OCUPAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS		
	Cargos em Comissão	Funções Comissionadas
Eftivos	96,6%	78,9%
Exercício Provisório	0,0%	1,4%
Removido para este Tribunal	3,4%	8,7%
Requisitado/Cedidos	0,0%	11,1%
TOTAL	100%	100%

Quadro 7: Ocupação de cargos em comissão e funções comissionadas

Estratégias de seleção e alocamento de pessoas

No tocante ao impacto referente às aposentadorias dos servidores do quadro efetivo, verificam-se 51 servidores em condições de aposentadoria, tendo como base o mês de dezembro de 2020, o que representa 12,78% da força de trabalho do tribunal, considerado o universo de 399 servidores do quadro efetivo e removidos para este tribunal. As vacâncias decorrentes de aposentadorias não são imediatamente providas, tendo em vista a suspensão do provimento dos cargos efetivos na Justiça Eleitoral, mas vêm sendo autorizadas anualmente, de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Foram providos cargos do quadro efetivo do Tribunal até o mês de abril/2020, época em que houve a expiração da validade do concurso público até então vigente.

Os processos estratégicos de implantação de gestão por competências e dimensionamento da força de trabalho tiveram seus andamentos comprometidos em razão da pandemia do Coronavírus, que perdurou durante todo o processo eleitoral, sendo suspensos para retomada no ano seguinte. Por esta razão, as metas planejadas nesses processo para o ano de 2020 não foram alcançadas.

A evolução da pandemia do Coronavírus e os protocolos de isolamento de casos suspeitos demandou a seleção e alocamento de equipes de apoio para dar suporte às unidades que tiveram servidores acometidos da doença, consistindo em atuação complexa, tendo em vista a imprevisibilidade do tempo e da amplitude dos afastamentos dos servidores, inobstante a exiguidade do quadro efetivo em diversas unidades do tribunal e cartórios eleitorais. Por outro lado, foram realizadas diversas ações de qualidade de vida no sentido de apoiar e orientar os servidores em situação de confinamento imposto pela pandemia. Registre-se, por fim, o total de 52 casos de pessoas acometidas pela Covid-19 no ano de 2020, confirmados por, pelo menos, um teste diagnóstico.



Detalhamento das despesas de pessoal e justificativas quanto ao seu aumento/diminuição

Quadro 8: Gasto com pessoal em 2020

GASTOS COM PESSOAL EM 2020 (PROPORÇÃO)		
Ativos	R\$ 102.814.353,56	66,81%
Obrigações Patronal	R\$ 19.347.783,76	12,57%
Inativos	R\$ 14.339.137,51	9,36%
Autoridades	R\$ 9.685.501,66	6,29%
Pensionistas	R\$ 7.099.938,60	4,61%
Diárias	R\$ 541.889,17	0,35%

TIPO DE REMUNERAÇÃO PARA OS SERVIDORES ATIVOS E AUTORIDADES RECEBIDOS NO ANO DE 2020	
TIPO DE REMUNERAÇÃO	PERCENTUAL
Vantagens Fixas	22,64%
Gratificações Fixas	28,18%
Gratificações Natalinas	5,09%
Adicionais	10,94%
Abonos	0,79%
Benefícios	6,60%
Serviço Extraordinário	3,43%
Obrigações Patronal	14,61%
Diárias	0,41%
Gratificação Autoridades	7,31%

Tabela 4: Tipo de remuneração para servidores ativos

TIPO DE REMUNERAÇÃO PARA OS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS RECEBIDOS NO ANO DE 2020		
TIPO DE REMUNERAÇÃO	PERCENTUAL INATIVOS	PERCENTUAL PENSIONISTAS
Vantagens Fixas	89,78%	91,19%
Gratificações Natalinas	7,37%	7,61%
Benefícios	2,83%	0,59%
Idenizações	0,02%	0,00%

Tabela 5: Remuneração para servidores inativos e pensionistas

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL			
ITEM	2019	2020	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Ativos	R\$ 97.746717,76	R\$ 98.227.575,57	+0,54%
Inativos	R\$ 14.121.429,02	R\$ 14.399.137,51	+1,97%
Pensionistas	R\$ 6.963.610,69	R\$ 7.099.938,60	+1,96%
Gratificações das Autoridades	R\$ 9.760.005,46	R\$ 9.685.501,66	-0,76%
Diária	R\$ 873.436,27	R\$ 541.889,17	-37,96%
Serviço Extraordinário	R\$ 126.795,03	R\$ 4.536.777,99	+3.478,04%

Tabela 6: Gastos com pessoal

Justificativas: Os gastos com ativos, inativos, pensionistas e autoridades não apresentaram variações significativas. Em relação aos gastos com diárias, houve diminuição, em razão da limitação dos deslocamentos de servidores durante as fases iniciais da pandemia. Quanto ao aumento significativo dos gastos com serviço extraordinário, tem-se como natural, por se tratar de ano eleitoral, onde há previsão orçamentária para despesa dessa natureza, comparado com ano não eleitoral, onde só ocorre pagamento de serviço extraordinário decorrente de reconhecimento de dívida de exercícios anteriores.

Avaliação de Desempenho e Remuneração

Tabela 7: Estágio probatório

AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO					
TIPO DE AVALIAÇÃO	PERÍODO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO				TOTAL
MÊS	6º mês	12º mês	24º mês	32º mês	
Janeiro	-	-	-	01	01
Fevereiro	-	-	-	-	-
Março	01	-	-	-	01
Abril	02	-	-	03	05
Mai	-	-	-	02	02
Junho	-	-	-	06	06
Julho	-	-	-	01	01
Agosto	-	-	-	-	-
Setembro	07	01	-	-	08
Outubro	02	02	-	-	04
Novembro	01	-	-	-	01
Dezembro	-	-	01	-	01
TOTAL	13	03	01	13	30

Tabela 8: Progressão/Promoção Funcional

PROGRESSÃO / PROMOÇÃO FUNCIONAL				
Mês	Cargo	Quantidade	Classe/Padrão a progredir	TOTAL
janeiro	TJ AJ	-	-	-
fevereiro	TJ AJ	02 01	A4 A4	03
março	TJ TJ AJ	01 01 01	B7 C12 C10	03
abril	TJ AJ AJ	01 01 01	C13 C11 C13	03
maio	TJ TJ TJ AJ	01 04 01 02	A4 B10 C12 B10	08

PROGRESSÃO / PROMOÇÃO FUNCIONAL				
Mês	Cargo	Quantidade	Classe/Padrão a progredir	TOTAL
junho	TJ	16	A5	24
	TJ	01	B10	
	TJ	01	C13	
	AJ	04	A5	
	AJ	02	B10	
julho	TJ	01	C11	03
	AJ	01	A5	
	AJ	01	C11	
agosto	TJ	01	A4	05
	TJ	01	A5	
	AJ	02	A4	
	AJ	01	C11	
setembro	TJ	01	A2	07
	TJ	01	A4	
	TJ	01	A5	
	TJ	01	B10	
	AJ	01	A4	
	AJ	01	C12	
	AJ	01	C13	
outubro	TJ	06	A4	09
	AJ	01	C12	
	AJ	02	A2	
novembro	TJ	02	C13	05
	AJ	01	A4	
	AJ	01	C11	
	AJ	01	C12	
dezembro	TJ	01	B6	04
	TJ	01	C11	
	AJ	01	A3	
	AJ	01	C12	
total	TJ	46	-	74
	AJ	28	-	

Tabela 9: Progressão/Promoção Funcional

Quadro 9: Faixas salariais

FAIXAS SALARIAIS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Até R\$ 1.200,00	63	12,09%
De 1.200,01 a R\$ 3.600,00	63	12,09%
De R\$ 3.600,01 a R\$ 7.200,00	4	0,77%
De 7.200,01 a R\$ 12.000,00	21	4,03
De 12.000,01 a R\$ 18.000,00	161	30,90%
De 18.000,01 a R\$ 24.000,00	140	26,87%
Acima de R\$ 24.000,00	69	13,24%

* Folha de Ativos de dezembro de 2020.

Capacitação, Estratégia e Números

Com a realidade da pandemia do Coronavírus, surgiu a necessidade de adaptação à estrutura de capacitação dos servidores do Tribunal, buscando-se a realização de eventos de capacitação à distância nas diversas áreas de atuação. Os números relativos à capacitação da área meio são os seguintes:

CAPACITAÇÕES		
ITEM	2019	2020
Cursos promovidos pela área de Capacitação	31	39
Orçamento executado	R\$ 434.169,92	R\$ 356.233,93
Servidores participantes dos eventos de capacitação	372	787
Custo capacitação/servidor	R\$ 904,52	R\$ 452,64

Tabela 10: Capacitações

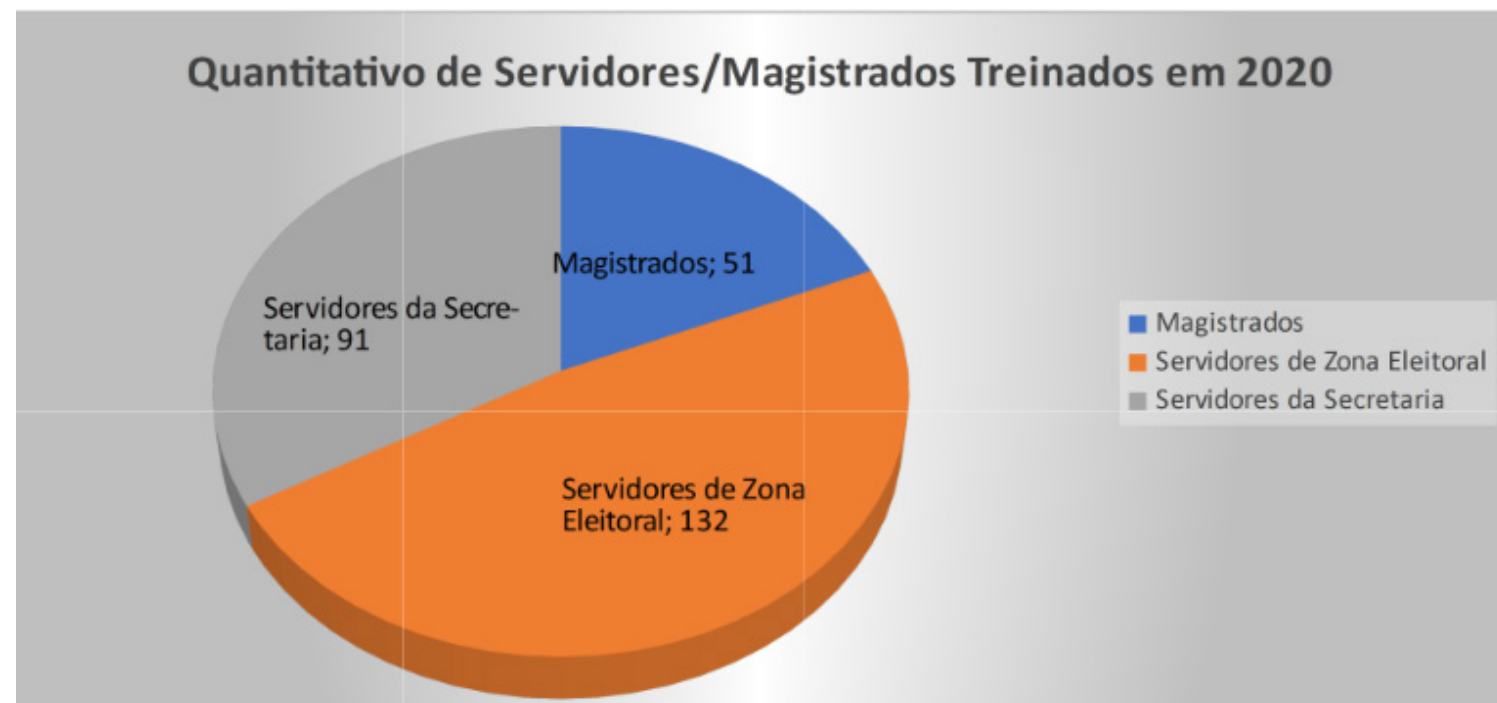
Registre-se que o custo de capacitação per capita no ano de 2020 reduziu-se 50% em relação ao ano anterior, enquanto o número de participantes de eventos de capacitação aumentou 111%, demonstrando a economicidade das modalidades de capacitação à distância.

A Escola Judiciária Eleitoral - EJE, responsável pela difusão do Direito Eleitoral e a realização de atividades de caráter socioeducativo para o público externo, também buscou adequar-se ao novo cenário de isolamento social, alterando totalmente a sua estratégia de trabalho de forma a levar o conhecimento das matérias jurídicas necessárias às diversas áreas do Tribunal, mormente temas afetos ao processo eleitoral, de forma segura, célere, econômica e alcançando maior número de servidores, magistrados e sociedade em geral.

Venceu-se o desafio, face a utilização de novas tecnologias, para disseminar o conhecimento jurídico de temas relacionados ao Processo Eleitoral, remotamente, utilizando-se plataformas virtuais na promoção de cursos telepresenciais e em EAD. Desta forma, cumpriu-se integralmente seu Plano de Capacitação 2020, oferecendo mais oportunidades de treinamentos para servidores e magistrados. Nesse contexto, foi possível contratar os profissionais mais especializados, nacionalmente, em temas como: Propaganda Política Eleitoral, Registro de Candidaturas e Prestação de Contas Eleitorais, inclusive com realização de Salas de Bate Papo Virtuais para esclarecimento de dúvidas dos participantes.

O gráfico a seguir apresenta o quantitativo de servidores e magistrados que participaram dos eventos promovidos pela EJE:

Gráfico 19: Quantitativo de treinamento de servidores/magistrados



As iniciativas desenvolvidas pela Escola Judiciária Eleitoral em 2020, encontram-se disponíveis através no portal do TRE-PB: link: <https://www.tre-pb.jus.br/o-tre/escola-judiciaria-eleitoral/2020>

Gestão de Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2020, Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, o dispositivo é apresentado no art. 16, II e Parágrafo Único.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de sistemática de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base os imóveis como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em aproximadamente 2.300 municípios. Optou-se, portanto, por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Em sendo assim, a apuração de custos é realizada por meio do sistema denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com a coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) por todos os Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e a partir daí são calculados os valores das atividades desenvolvidas na instituição.

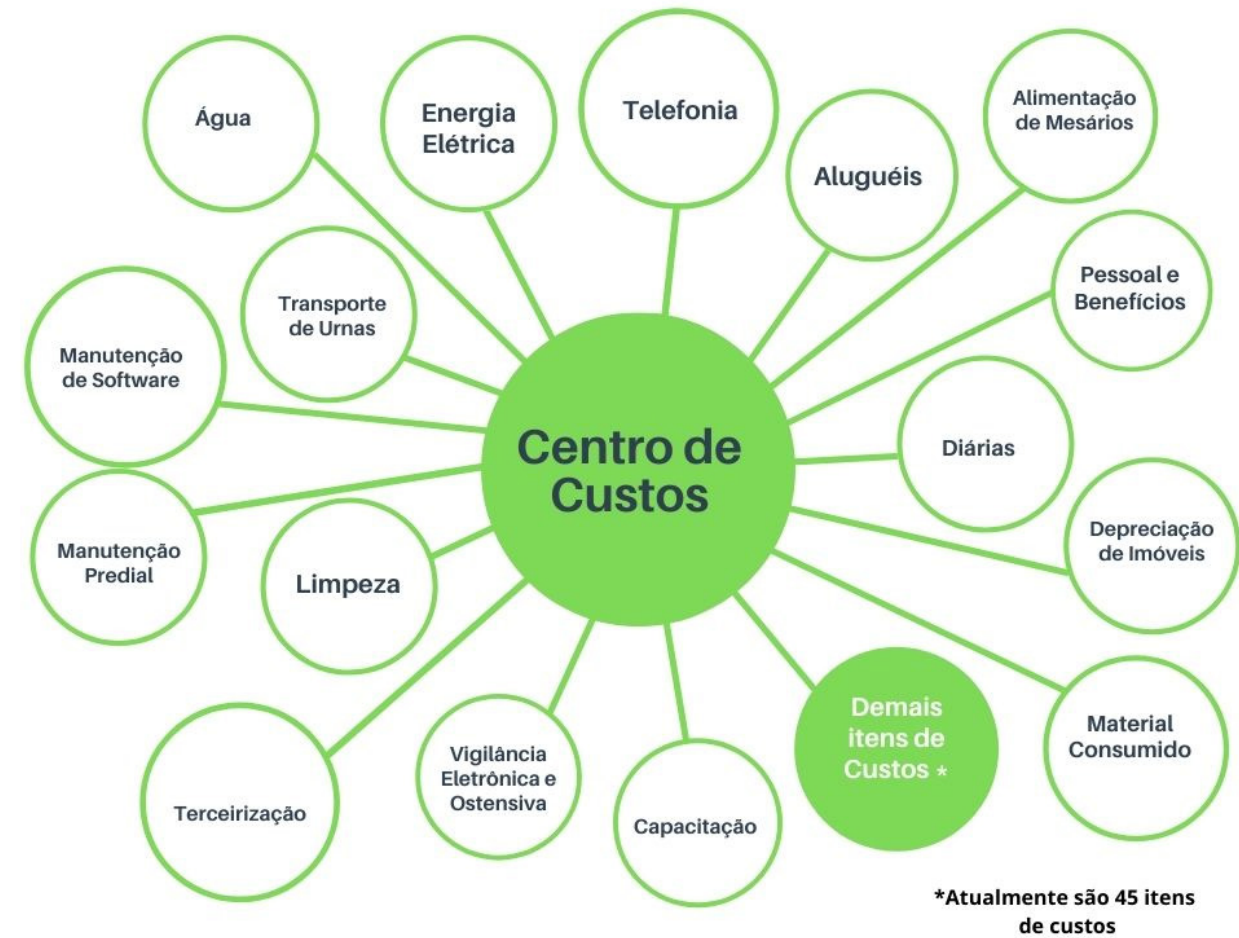
Importante destacar que no levantamento dos custos apresentados pelo SIGEC, não consta o valor das despesas com DIÁRIAS, pois o TRE-PB possui um sistema próprio para diárias e esse sistema ainda não está integrado ao SGRH do TSE, outro sistema estruturante, razão pela qual, os valores de diárias não foram capturados pelo SIGEC, entretanto, registre-se que o custo total com diárias foi de R\$600.598,07, sendo: R\$264.444,07 vinculados ao orçamento ordinário (diárias para servidores e juizes); R\$7.602,00 (diárias para capacitação) e R\$328.552,00 (diárias para ações relacionadas ao Pleito - 2020). O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:

Figura 9: Fluxo do Processo



A destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral:

Figura 10: Destino dos Recursos



O que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:

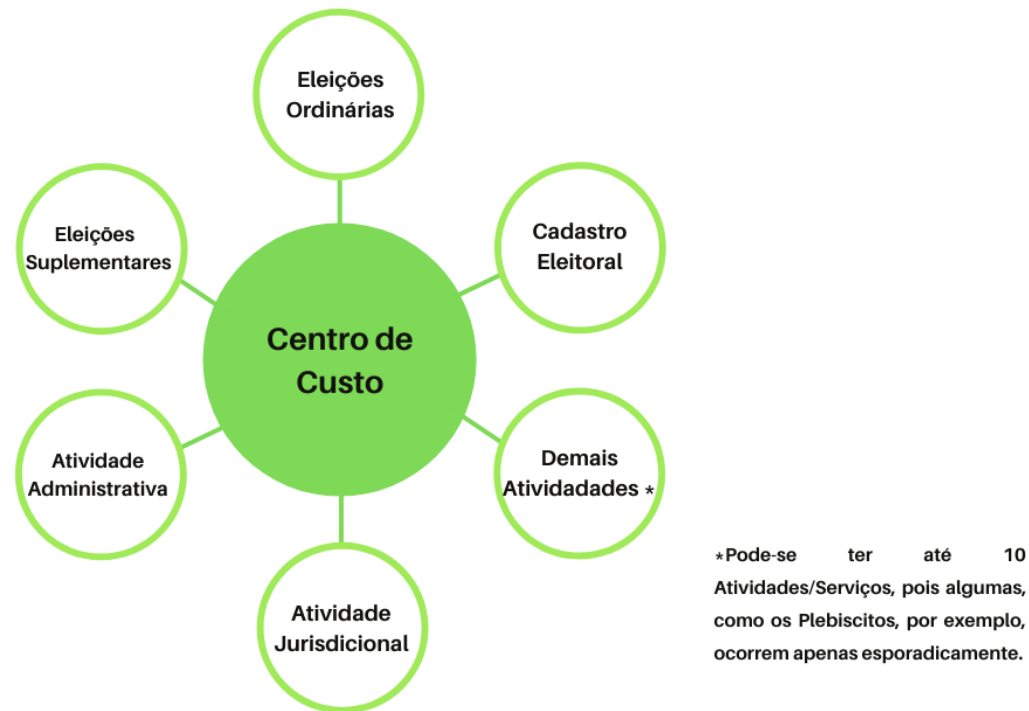
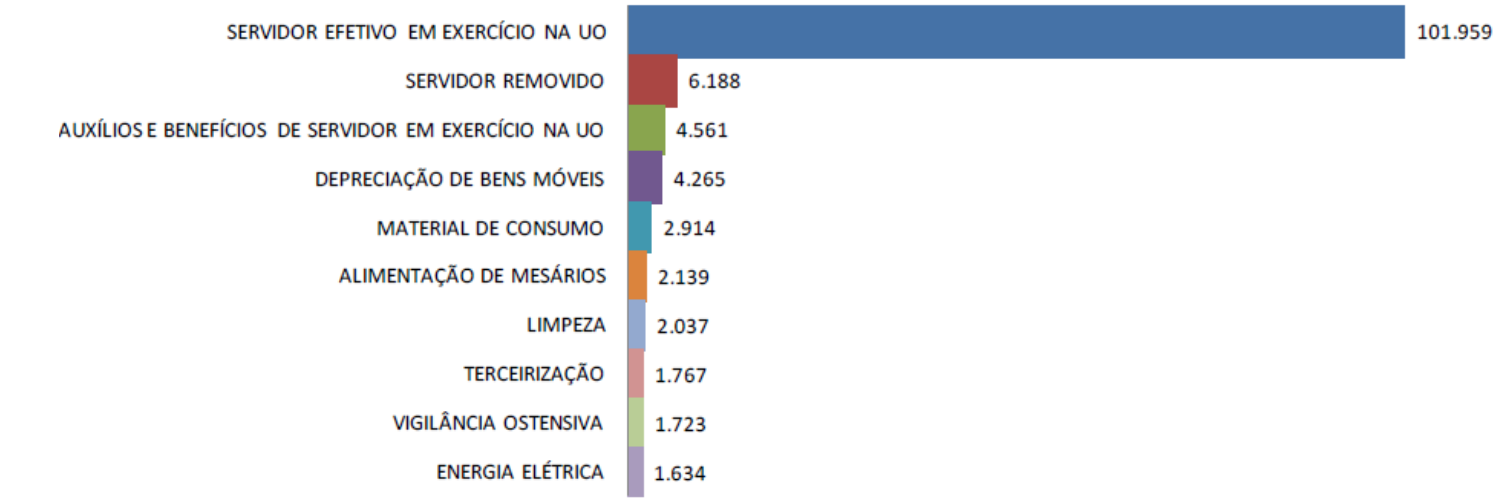


Figura 11: Retorno à Sociedade

Os 10 maiores custos, em 2020, na Justiça Eleitoral da Paraíba:

Gráfico 20: Maiores custos em 2020 (em R\$ mil)



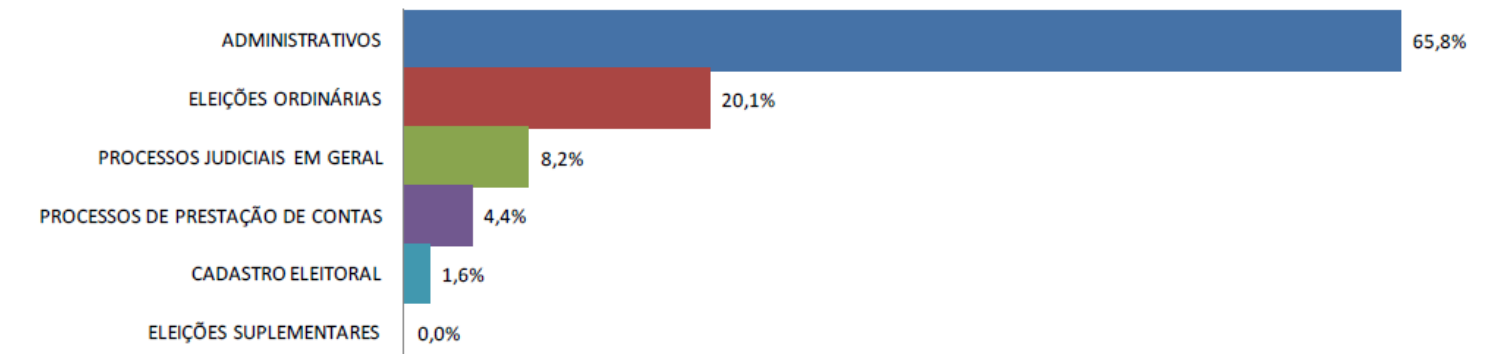
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

Gráfico 21: Custos por subgrupos (%)



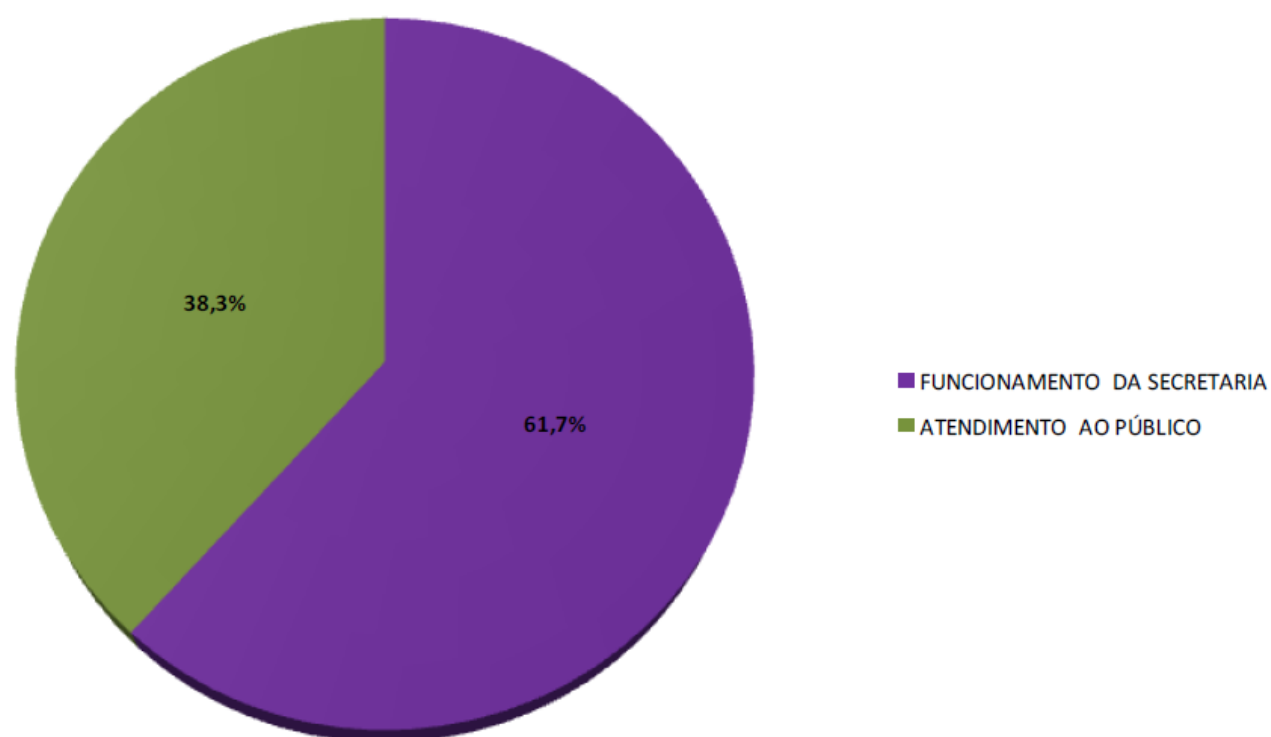
Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:

Gráfico 22: Custos por atividades/serviços (em %)



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

Gráfico 23: Funcionamento da secretaria x atendimento ao público (em %)

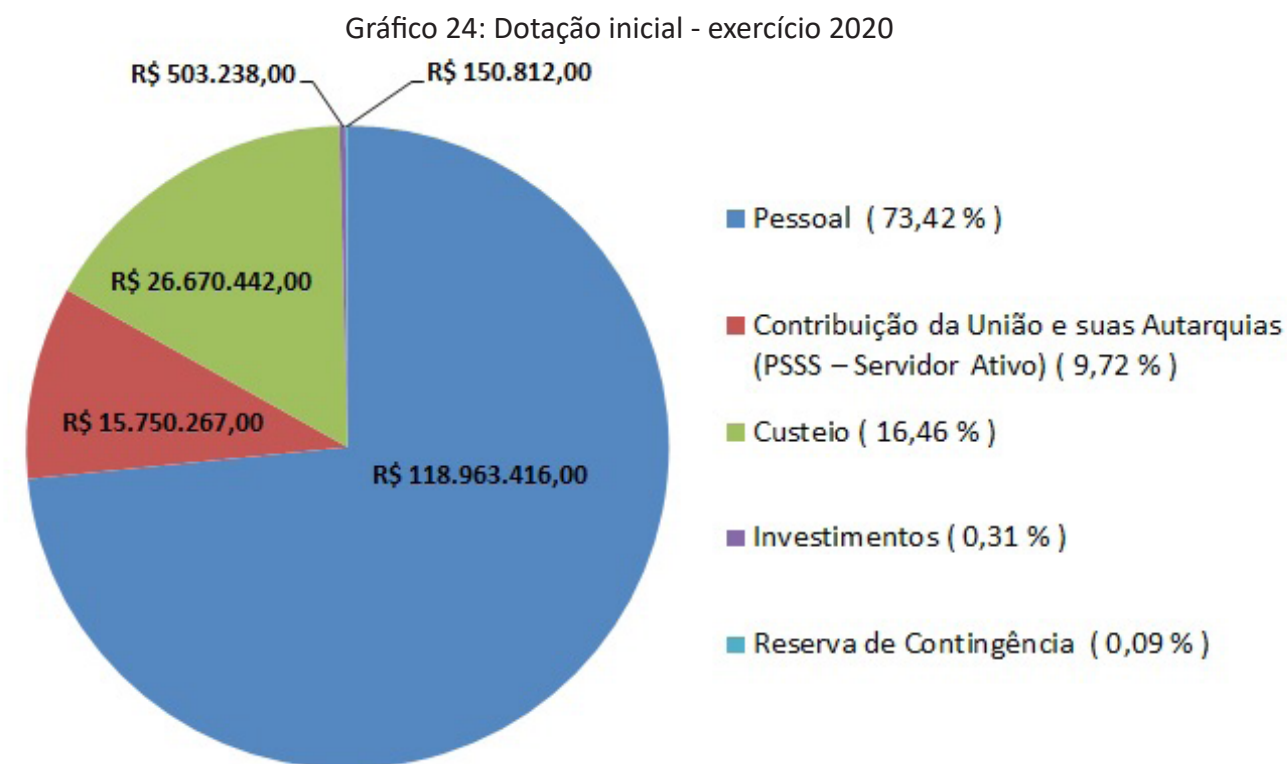


Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

Gestão Orçamentária e Financeira

Dotação Inicial

A Lei Orçamentária Anual de 2020 – LOA/2020 consignou para o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, para atender as despesas do exercício 2020, o valor inicial de R\$ 162.038.175,00 (cento e sessenta e dois milhões, trinta e oito mil, cento e setenta e cinco reais), assim distribuído:



Créditos Adicionais Suplementares

Durante o exercício	montante de R\$	ocorreram suplementações no
	10.698.634,00	distribuídos nos grupos:
- "Pessoal"	R\$ 9.083.804,00	
- "Custeios"	R\$ 728.618,00	
- "Investimentos"	R\$ 886.212,00	

Decréscimos

Ocorreram bloqueios de créditos orçamentários deste TRE/PB em favor da Secretaria de Orçamento e Finanças/TSE (SOF/TSE) no montante de R\$ 4.090.003,00 nas Ações: Pessoal Ativo (R\$ 1.243.669,00), Capacitação da Escola Judiciária (R\$ 7.577,00), Capacitação de Recursos Humanos (R\$ 369.020,00), Julgamento de Causas (R\$ 2.268.925,00), Reserva de Contingência Fiscal (R\$ 150.812,00), Assistência Pré-escolar (R\$ 22.000,00), Auxílio-transporte (R\$ 3.000,00), Auxílio-funeral e Natalidade (R\$ 25.000,00) identificados como sobras orçamentárias e devolvidos à SOF/TSE para aproveitamento dos recursos.

Descentralização de créditos

O TRE/PB efetuou descentralização de créditos em favor da Secretaria de Orçamento e Finanças/TSE (SOF/TSE) no valor de R\$ 1.980.000,00 referente a devolução de valores não utilizados na Ação Pleitos Eleitorais identificados como sobra de orçamento e devolvidos para aproveitamento dos recursos.

Execução

A dotação total autorizada foi de R\$ 168.646.806,00 e corresponde a dotação inicial na LOA (R\$ 162.038.175,00) + Suplementação (R\$ 10.698.634,00) - Movimentação Interna Líquida (R\$ 4.090.003,00). Ainda, o TRE/PB recebeu provisões de créditos orçamentários da SOF/TSE que consistiram efetivamente na dotação do programa de trabalho “Pleitos Eleitorais” no valor de R\$ 13.646.360,90. Os créditos utilizados (empenhados) no exercício 2020 somaram R\$ 175.880.629,06, tendo sido pagos R\$ 174.877.816,34.

Gráfico 25: Despesas do Tribunal por grupo em 2020

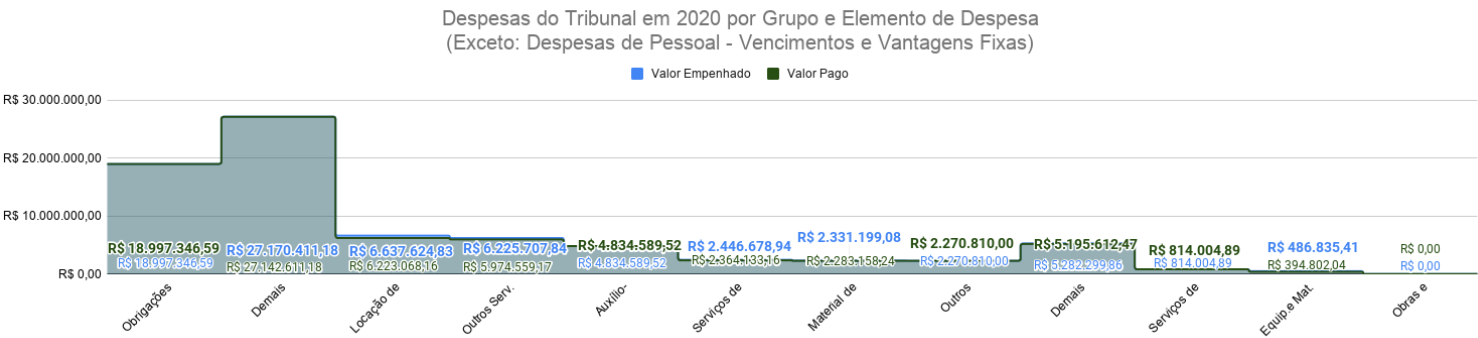


Gráfico 26: Despesas por modalidade de contratação em 2020

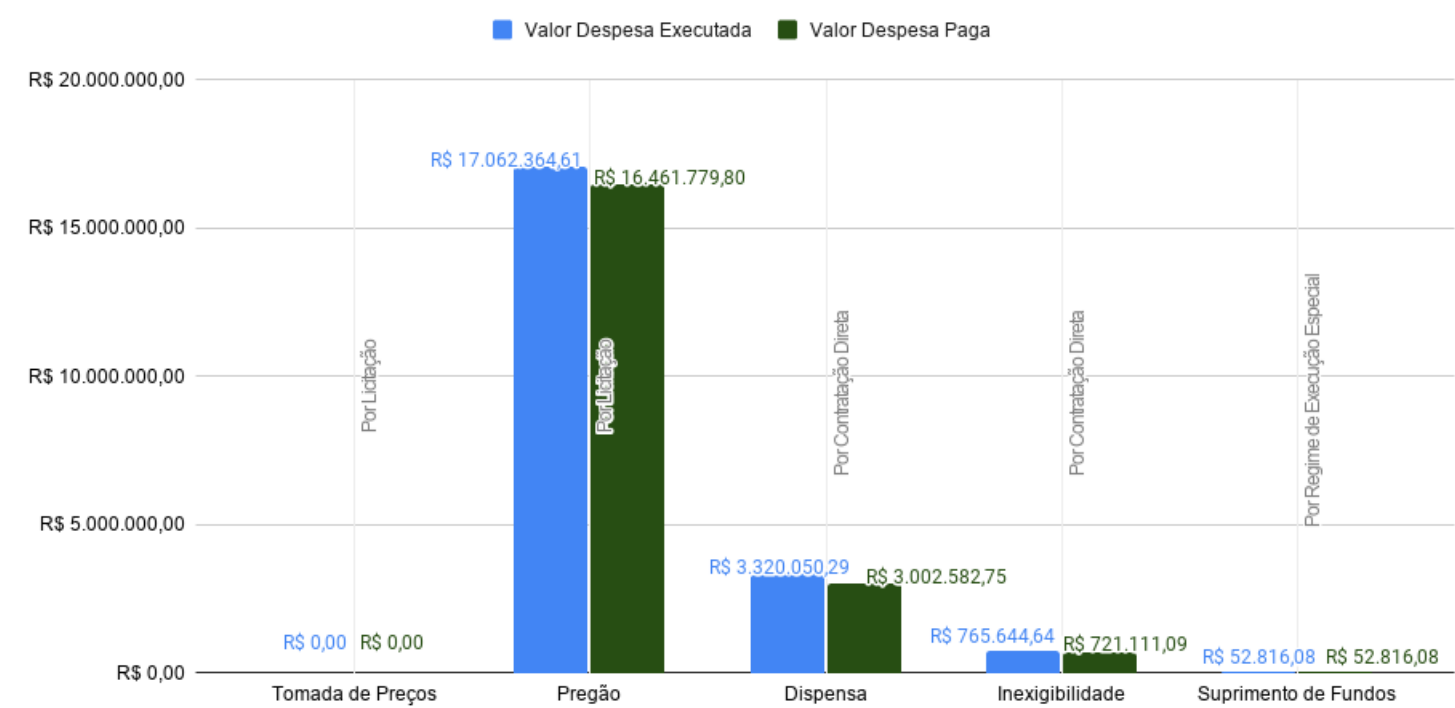


Gráfico 27: Evolução da execução orçamentária entre 2016 2020 - Função: 02

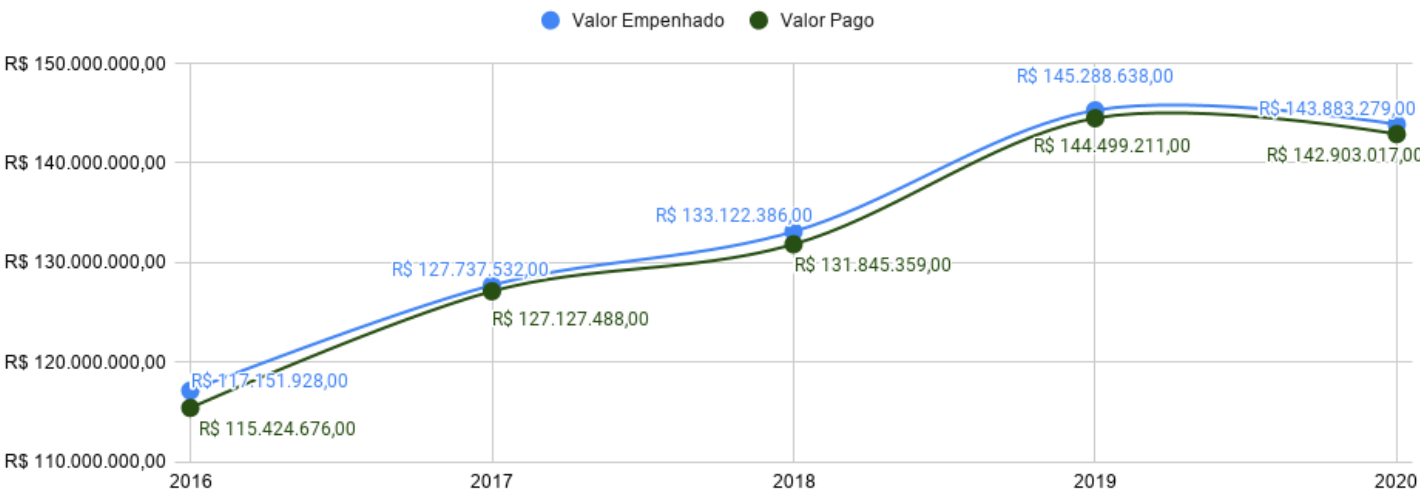


Gráfico 28: Evolução da execução orçamentária entre 2016 2020 - Função: Previdência Social

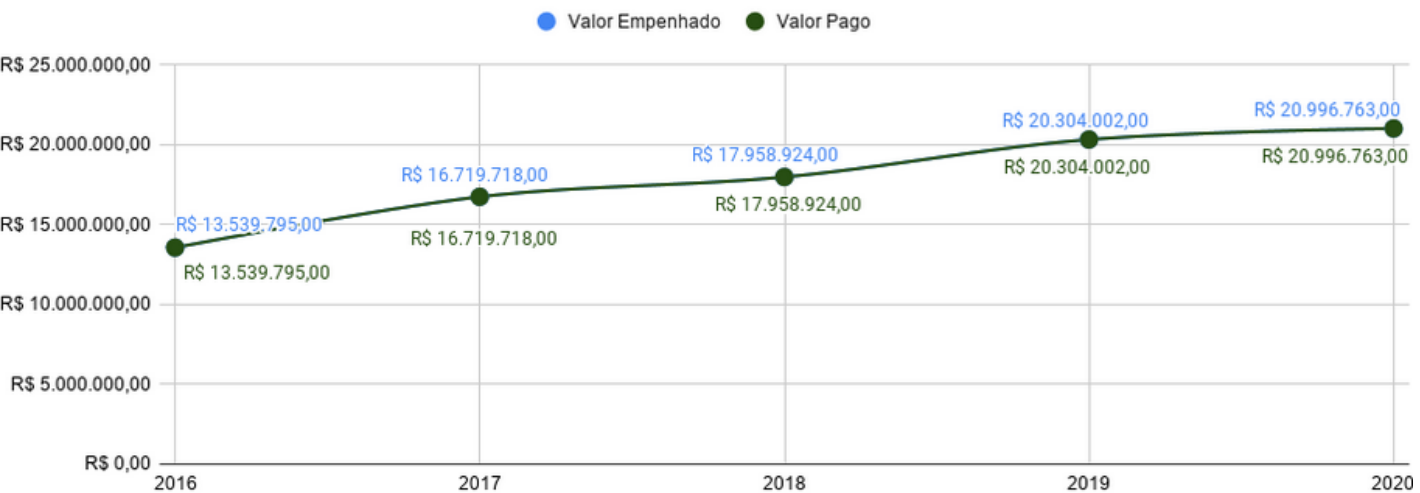


Gráfico 29: Execução orçamentária das principais ações em 2020 com ênfase na redução de perdas orçamentárias

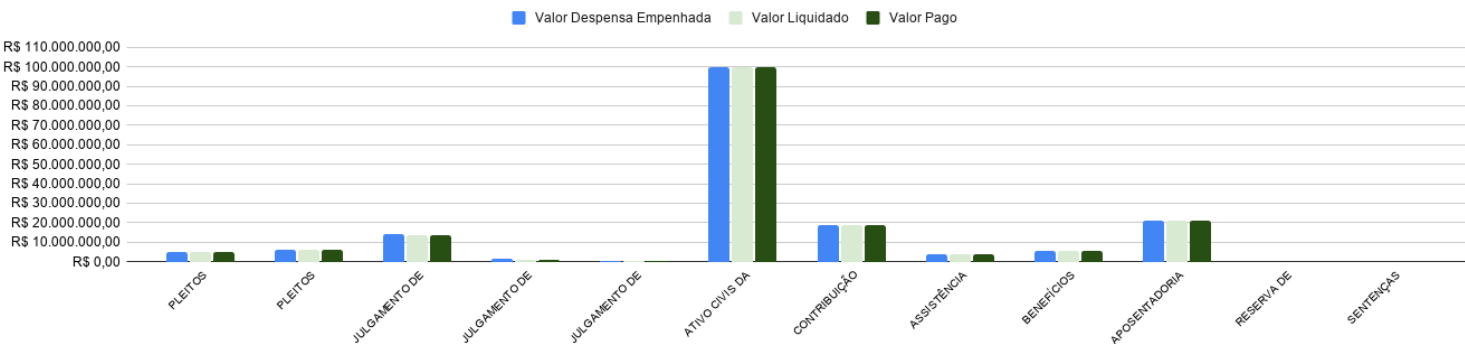


Gráfico 30: Investimentos do Tribunal no ano de 2020

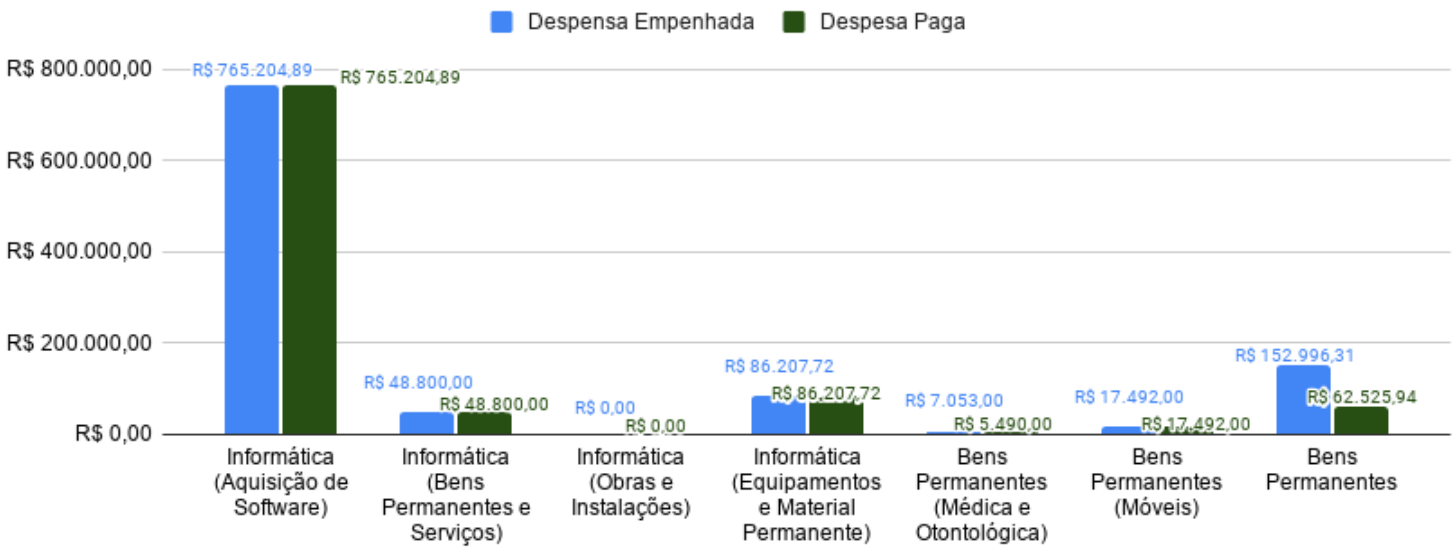


Gráfico 31: Valores Inscritos em restos a pagar em 2020



Despesa Extraorçamentária

A despesa extraorçamentária corresponde à execução dos Restos a Pagar relativos à execução do exercício 2020. A execução no presente exercício pode ser assim demonstrada:

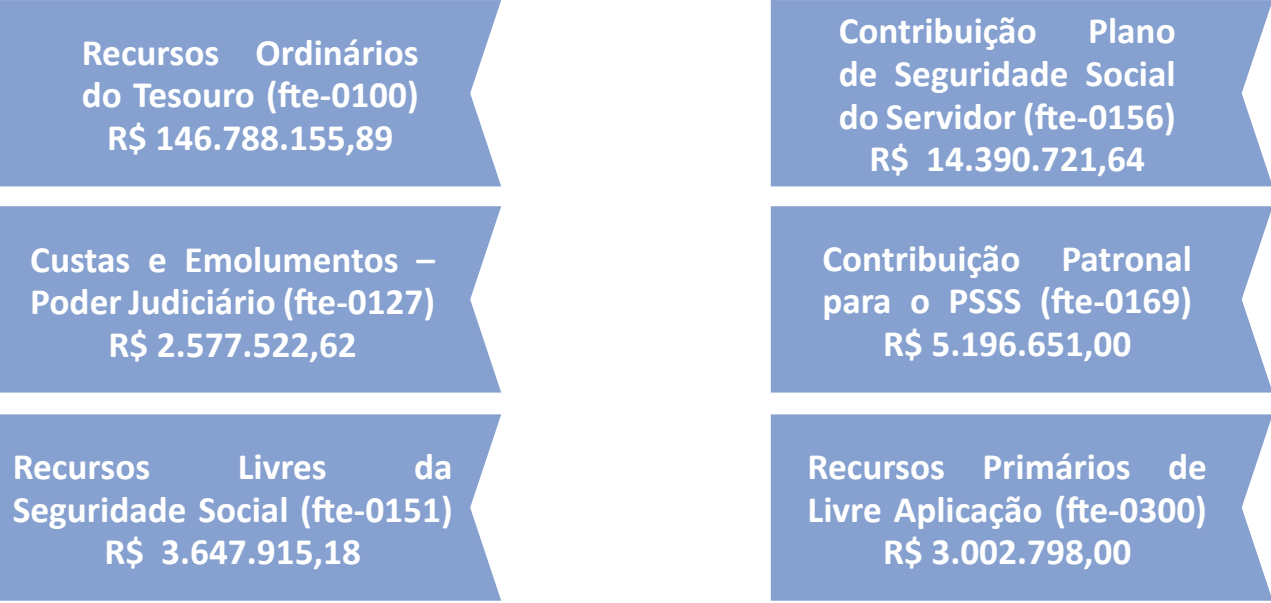


Inscrições em Restos a Pagar

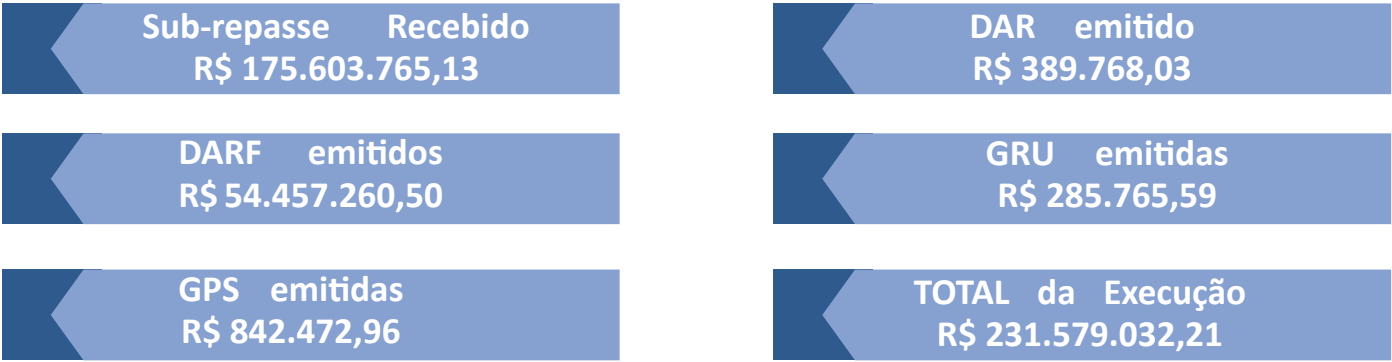
Ficaram inscritos à conta de Restos a Pagar o valor de R\$ 1.002.812,72 sendo R\$ 29.640,25 processados, ou seja, liquidado ainda no exercício 2020 e R\$ 973.172,47 não processados que correspondem àquelas despesas cuja liquidação ocorrerá em 2021.

Execução Financeira

Os recursos financeiros alocados em favor do TRE/PB, mediante sub-repasse do TSE, somaram R\$ 175.603.765,13 sendo especificados por Fonte de Recursos, como segue:



A execução da programação financeira segue demonstrada abaixo:



Saldo da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, por ocasião do encerramento do exercício: R\$ 787.330,25.

Análise de Tendências Orçamentárias

Assim como no exercício anterior, o desempenho ainda não nos pareceu ideal em relação ao esperado. A execução orçamentária do exercício de 2020 foi severamente afetada pela pandemia ocasionada pela disseminação dos vírus do COVID-19 quando, em boa parte do ano, a instituição funcionou em trabalho remoto (home office). Como consequência, foram canceladas atividades que ensejassem deslocamento de servidores, treinamentos presenciais foram cancelados e substituídos pelo formato de ensino à distância, houve sensível redução nas despesas relacionadas aos gastos de energia elétrica, água e esgoto, os contratos com mão de obra residente foram diminuídos, dentre outras atividades postergadas ou canceladas, com vistas a favorecer o distanciamento social. Tudo isso, contribuiu para a diminuição dos índices de execução orçamentária.

Ainda, em razão da especificidade da nossa justiça eleitoral, o exercício de 2020 foi voltado especialmente para a realização das eleições, eleições atípicas, em razão da pandemia, que nos forçou a reavaliar e desenvolver operações distintas, nunca realizadas anteriormente, como a inclusão dos materiais sanitizantes e de proteção individual, em grande escala, para a realização de uma eleição segura para todos os envolvidos, principalmente o eleitor.

Registre-se que persistem as dificuldades de ordem operacional, em função da carência do elemento humano. A força de trabalho nos órgãos públicos normalmente é insuficiente ou mal distribuída e isso dificulta sobremaneira o desenvolvimento de projetos e ações.

Principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios

Em razão dos desafios impostos à Administração pública federal, após a implementação da EC nº 95/16, a Justiça Eleitoral tem procurado reduzir as despesas fixas de modo a não comprometer os orçamentos futuros. Desde a suspensão de provimentos de cargos vagos a proibição de novas obras, as diretrizes traçadas pelo TSE tem encontrado respaldo nas decisões deste Tribunal, que tem se orientado por: reduzir as despesas com energia elétrica (com o desligamento do sistema de refrigeração nos horários de pico), permanente busca por tipos de contratações mais econômicas sem perder a eficiência, implementação do teletrabalho, implementação dos processos administrativo e judicial eletrônicos, concepção de vigilância eletrônica nas diversas unidades e cartórios eleitorais, em detrimento à vigilância ostensiva, compartilhamento/cessão de prédios públicos para o funcionamento desta justiça, dentre outras iniciativas que visam criar uma infraestrutura mais eficiente para o futuro.

Essa é a direção imposta a toda a administração pública, buscando um melhor planejamento de suas despesas, coibindo a expansão dos gastos e buscando diminuir e estabilizar o dispêndio público.

Nesse diapasão, o desafio é administrar o orçamento de forma a manter em bom funcionamento de toda a estrutura administrativa, aprimorando a qualidade e a transparência dos gastos públicos, focando o aprimoramento da gestão orçamentária e financeira, com especial atenção à aderência da despesa.

Desta forma, aponta-se como ações futuras da gestão, especialmente no alcance do objetivo estratégico de “Aperfeiçoamento da gestão orçamentária”, a adoção de medidas de racionalização de gastos, mediante a revisão de contratos contínuos, controle

das despesas com o funcionamento da infraestrutura e manutenção dos serviços administrativos, como, telefonia e material de consumo e ampliação do uso das informações de custos como ferramenta essencial ao planejamento e execução do orçamento e alocação de recursos, voltados à aderência da execução ao planejamento orçamentário, com a

Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade Legal

AQUISIÇÕES e SERVIÇOS – Lei nº 10.520 (Pregão), de 17/07/2002, regulamentada pelo Decreto n.º 3.555, de 08/08/2000 (alterado pelos Decretos n.ºs 3.693, de 20/12/2000, e 3.784, de 06/04/2001), Decreto nº 10.024/2019, de 20/09/2019 (pregão eletrônico), Decreto nº 7.892, de 23/01/2013 - Sistema de Registro de Preços (alterado pelo Decreto n.º 8.250, de 23/05/2014 e pelo Decreto n.º 9.488, de 30/08/2018), Lei Complementar n.º 123 de 14/12/2006 (alterada pela Lei Complementar n.º 147 de 07/08/2014), regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 06/10/2015, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21/06/93, Instrução Normativa n.º 05 – MPDG, de 26/05/2017, o Decreto n.º 7.174, de 12/05/2010 (aquisição de bens e serviços de TI, Lei n.º 12.305, de 02/08/2010, regulamentada pelo Decreto n.º 7.404, de 23/12/2010 (trata da política de resíduos sólidos) e a Lei nº 13.979/2020 para aquisição de bens para enfrentamento do novo corona vírus.

NORMA INTERNA – Instrução Normativa 01/2018 – TRE/PB

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

No exercício de 2020 foram realizadas 212 (duzentos e doze) contratações, sendo que somente 47 (quarenta e sete) foram celebradas por meio de instrumentos de contrato, as demais foram formalizadas por intermédio da emissão de notas de empenho, como faculta o art. 62, da lei nº 8.666/93, tendo como fundamento pregões eletrônicos/atas de registro de preços, contratações diretas por dispensa e inexigibilidade de licitação. Dos contratos formalizados, 08 (oito) deles foram para atender demanda das eleições municipais.

Foram realizadas 60 (sessenta) contratações diretas (16 instrumentalizadas no termo de contrato e as demais por meio de notas de empenho), sendo 36 (trinta e seis) com fundamento em dispensa de licitações e 24 (vinte e quatro) com fulcro em inexigibilidade de licitação.

Foram realizadas 39 (trinta e nove) licitações por meio de pregão eletrônico, concluindo-se, no exercício, 36 certames e 01 (uma) de tomada de preços, que foi frustrada. Foram emitidas 101 Atas de registro de Preços.

Principais gastos por finalidade

Quadro 10: Gastos com Tecnologia da informação

1. Tecnologia da informação (fonte SIAFI)
R\$ 3.178.138,00, sendo R\$ 2.364.133,16 em custeio e R\$ 814.004,84 em investimento

Quadro 11: Gastos com funcionamento administrativo

2. Funcionamento Administrativo (fonte SIGEC)	
Locação de imóveis	R\$ 431.956,25
Energia e água	R\$ 1.868.415,02
Vigilância ostensiva	R\$ 1.723.116,37
Limpeza, asseio, conservação e copeiragem	R\$ 2.037.321,95
Manutenção predial	R\$ 1.328.732,00
Aquisição de material de consumo	R\$ 2.283.158,24
Combustível	R\$ 312.819,62
Aquisição de bens permanentes	R\$ 394.802,04

A despesa com contratações oriundas de pregões eletrônicos foi de R\$ 16.461.779,80 (valor efetivamente pago), tendo sido empenhado o montante de R\$ 17.062.363,61.

Os desafios em sede de licitações e contratos, também se relacionam às limitações de despesas com custeio dos serviços públicos. Conforme já destacado, os gestores terão que se reinventar em busca de novos processos de trabalho objetivando adequação a essa realidade.

Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização

Como relatado, foram realizadas 60 (sessenta) contratações diretas, cujo valor contratado foi de R\$ 4.085.694,93 e pago R\$ 3.723.693,84, sendo esse montante, em sua grande maioria, correspondente ao:

- Fornecimento dos serviços de água/esgoto (R\$ 234.724,76),
- Fornecimentos dos serviços de energia elétrica (R\$ 1.633.690,26),
- Capacitação de servidores (R\$ 408.656,61),
- Contrato de limpeza, asseio, conservação e copeiragem dos prédios da Justiça Eleitoral em João Pessoa (contrato 15/2020, no valor de R\$ 514.412,61) firmado em razão da assunção do remanescente de um contrato rescindido - art. 24, XI, da lei nº 8.666/93.
- Contrato de limpeza, asseio, conservação e copeiragem dos prédios da Justiça Eleitoral no município de Campina Grande, contrato emergencial nº 21/2020, no valor de R\$ 102.499,73,00, celebrado em razão da rescisão unilateral de um contrato - art. 24, IV, da lei nº 8.666/93,) e
- A aquisição de 02 veículos, por meio do contrato nº 42/2020, assinado em razão de reiteradas licitações para essa aquisição, mas que lograram desertas - art. 24, V, da lei nº 8.666/93.

Mecanismos de controle e prevenção de irregularidades ou falhas

- Análise prévia pela Assessoria Jurídica das minutas dos contratos e seus aditivos, conforme preceitua a Lei 8.666/93; e,
- Utilização de check list da unidade para verificar se todos os procedimentos atinentes à Seção de Contratos foram observados na formalização dos contratos.

Infraestrutura e Gestão Patrimonial

Conformidade Legal

Os atos de gestão patrimonial estão vinculados à Lei nº 8.666/93, ao Decreto nº 9.373/18, ao Manual SIAFI e à IN do TRE/PB nº 03/2016, bem como a orientação Normativa da SPU.

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

As dotações aprovadas para o exercício 2020 permitiram o investimento na área de tecnologia da informação, no montante de R\$ 814.004,89, sendo que desse montante, a despesa mais expressiva foi a aquisição de licenças de atualização (upgrade) do Windows 10 Pro, no valor de R\$ 546.720,00. Em serviços de tecnologia da Informação (custeio) foram despendidos R\$ 2.364.133,16.

Também foram investidos R\$ 394.802,04 na aquisição de mobiliário, com vista a dotar as unidades de uma infraestrutura física mínima para desenvolver suas atribuições, sendo que desse total foi destinado R\$ 223.086,28 para aquisição de 02 (dois) veículos institucionais.

Tais investimentos guardam perfeita sintonia não só com os objetivos específicos do Plano Estratégico de TIC da UPC, como também em relação ao Plano Estratégico da própria UPC. Observe-se que dentre os objetivos estratégicos de TIC do TRE/PB para o período 2016/2021, os investimentos ora destacados visam garantir a satisfação dos usuários internos de TIC.

No que pertine aos objetivos estratégicos da própria UPC o alinhamento das iniciativas voltadas aos investimentos aqui arrolados se configura em relação a:

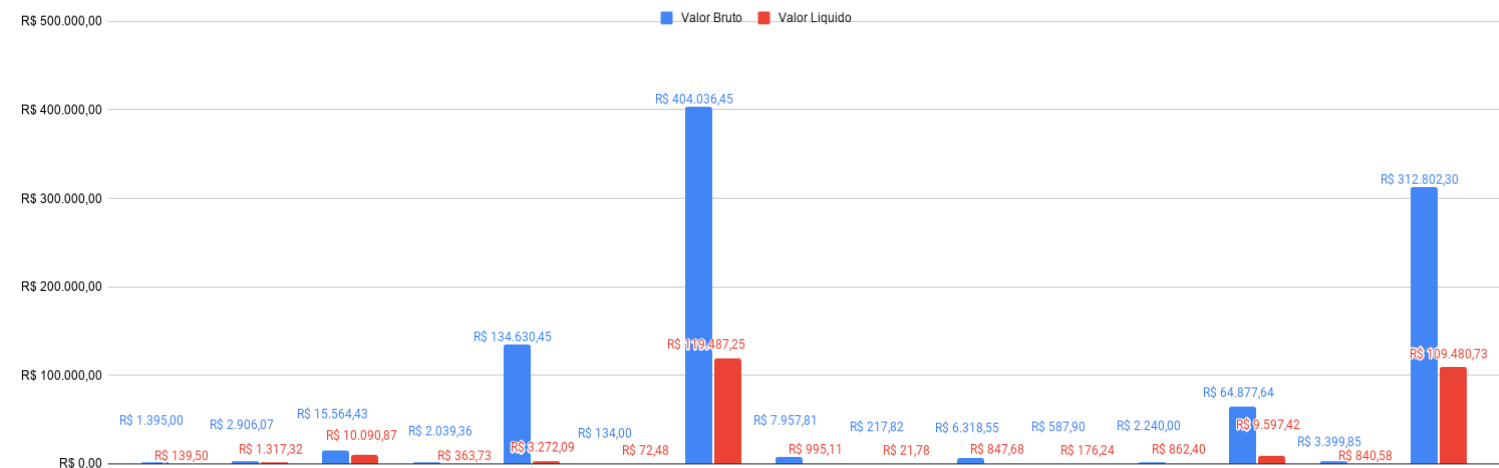
- 1. Garantia dos direitos de cidadania;
- 2. Fortalecimento da segurança e da transparência dos processos institucionais;
- 3. Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;
- 4. Fortalecimento da governança;
- 5. Aperfeiçoamento da gestão de logística e infraestrutura.

A relação custo-benefício de tais investimentos encontra-se perfeitamente caracterizada, na medida em que foram consideradas durante o desenvolvimento das soluções, o atendimento das demandas com eficiência e eficácia, mas considerando-se os menores custos dentre as opções disponíveis no mercado.

Desfazimento de ativos

O valor total de baixa patrimonial no exercício de 2020 foi de R\$ 257.565,18, correspondente a mobiliário e equipamentos que não estavam mais em uso pelo TRE/PB, seja por ociosidade, seja porque já findaram sua vida útil e foram, como rege o Decreto nº 9.373/2018, classificados como irre recuperáveis.

Gráfico 32: Desfazimento de bens em 2020



Gestão Imobiliária

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

O TRE/PB, em 2020, só celebrou um contrato de locação, que foi do hangar do aeroclube da Paraíba, para abrigar os EPIs destinados aos colaboradores das Eleições 2020, como medida sanitária de prevenção ao novo Corona vírus. Iniciou-se o ano com 19 contratos de locação de prédios de terceiros para funcionamento dos Cartórios Eleitorais, tendo sido rescindida duas avenças, findando o ano com 17 contratos de locação, vez que os Cartórios foram instalados nos prédios onde funcionavam as extintas Varas de Trabalho de Picuí e Itabaiana. A despesa total com locação no exercício foi de R\$ 431.956,25.

Tais imóveis encontram-se distribuídos no interior do Estado da Paraíba. A política de locação de imóvel é adotada quando a sede da Zona Eleitoral não possui prédio próprio ou quando há a necessidade de desocupação do prédio próprio para fins de manutenção ou reformas. Antes da locação, entretanto, verifica-se junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) sobre a disponibilidade de prédios da União na localidade, bem como sobre a possibilidade de cessão de algum imóvel eventualmente existente. Somente após esta fase é que é liberada a pesquisa de mercado para o aluguel.

Com relação às despesas com benfeitorias em imóveis locados, a UPC adota a política de que as benfeitorias necessárias devam ser de responsabilidade do proprietário, bem como algumas benfeitorias úteis, tais como as relacionadas à acessibilidade. Até o momento, ações deste tipo são executadas diretamente pelo proprietário, sem que a Justiça Eleitoral faça quaisquer deduções nos valores do aluguel.

Quanto às benfeitorias úteis, o TRE sempre tem exigido dos proprietários as intervenções voltadas à garantia de acessibilidade, tais como: rampas de acesso, corrimãos, Wc's com apoio e portas com larguras dentro dos padrões legais para portadores de necessidades especiais, antes de alugar os imóveis.

Relação dos contratos, referentes à locação de imóveis, com a fundamentação legal – Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/1993, Lei nº 8.245/1991:

Tabela 11: Relação de imóveis locados

Relação de Imóveis Locados		
Cidade	Descrição	Situação
AROEIRAS, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE AROEIRAS, Situação:LOCADO, Propriedade:JOSE GOMES DA SILVA, Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:8716,29	LOCADO
BAYEUX, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE BAYEUX, Situação:LOCADO, Propriedade:DEMOSTENES EVANGELISTA DOS SANTOS JUNIOR, Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:49616,56	LOCADO
ESPERANÇA, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE ESPERANÇA, Situação:LOCADO, Propriedade:ADEILSON TORRES GALDINO, Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:12250,42	LOCADO
GURINHÉM, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE GURINHÉM, Situação:LOCADO, Propriedade:LISSANDRA DE SOUZA ALMEIDA, Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:11083,24	LOCADO
JUAZEIRINHO, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE JUAZEIRINHO, Situação:LOCADO, Propriedade:FRANCISCO DE SOUZA, Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:8748,97	LOCADO
PATOS, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE PATOS, Situação:LOCADO, Propriedade:MARGARETH LEAL ALMEIDA COSTA, Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:64776,87	LOCADO
PRINCESA ISABEL, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE PRINCESA ISABEL, Situação:LOCADO, Propriedade:ANTÔNIO FERNANDES NETO, Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:12987,91	LOCADO
QUEIMADAS, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE QUEIMADAS, Situação:LOCADO, Propriedade:OSEMAR ANGELIO DA SILVA, Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:24540,19	LOCADO
SANTA RITA, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE SANTA RITA, Situação:LOCADO (ARQUIVO), Propriedade:KLEBER FERREIRA DA SILVA, Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:8005,4	LOCADO (ARQUIVO)
SÃO BENTO, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE SÃO BENTO, Situação:LOCADO, Propriedade:JOSE FERREIRA DA COSTA, Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:10766,16	LOCADO
SERRA BRANCA, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE SERRA BRANCA, Situação:LOCADO, Propriedade:REGINALDO TRAJANO RODRIGUES, Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:11293,33	LOCADO
SOLÂNEA, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE SOLÂNEA, Situação:LOCADO, Propriedade:FLÁVIO SOUZA AZEVEDO, Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:13215,36	LOCADO
SOLEDADE, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE SOLEDADE, Situação:LOCADO, Propriedade:MONA LISA RAMOS DE LIMA OLIVEIRA GOUVEIA, Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:6000	LOCADO
TAPEROÁ, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE TAPEROÁ, Situação:LOCADO, Propriedade:GILSON TRAJANO RODRIGUES, Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:6000	LOCADO
TEIXEIRA, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE TEIXEIRA, Situação:LOCADO, Propriedade:RENNAN CÁSSIO MAIA DE OLIVEIRA, Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:8062,08	LOCADO
UIRAÚNA, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE UIRAÚNA, Situação:LOCADO, Propriedade:RAIMUNDO CEZÁRIO DE FREITAS, Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:7470	LOCADO
UMBUZEIRO, PB	Imóvel: ZONA ELEITORAL DE UMBUZEIRO, Situação:LOCADO, Propriedade:ESPÓLIO DE ANTÔNIO CABRAL E ABÍLIA GOMES DA COSTA , Valor Imóvel Próprio / Valor Aluguel:5184,94	LOCADO

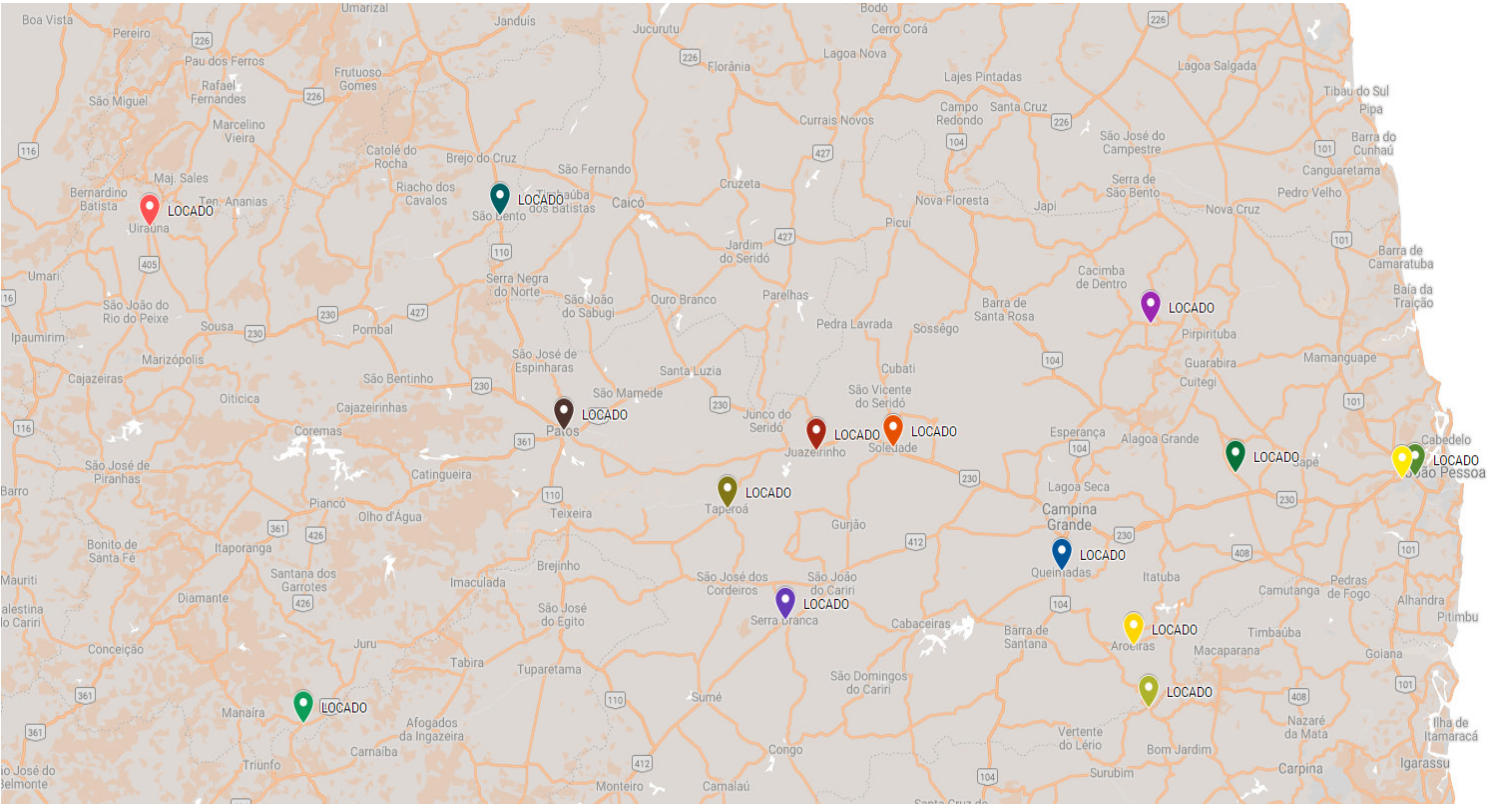


Figura 12: Mapa dos Imóveis

Imóveis próprios e cedidos

Imóveis próprios: 46 (quarenta e seis)

Imóveis cedidos: 06 (seis)

Quadro 12: Situação imóveis

Regularizados junto a SPU	Em fase de regularização	Desocupado para realização de serviço de recuperação estrutural
29	17	06

O TRE/PB possui 46 imóveis próprios, sendo que 05 (cinco) foram desocupados para realização de serviços de recuperação estrutural, tendo sido necessária a locação de prédios para abrigar esses Cartórios. Possui funcionamento, ainda, em 06 (seis) imóveis cedidos, sendo 05 pelo Tribunal de Justiça e 01 pela Prefeitura local.

Outras informações:

- É importante registrar o desafio enfrentado pela Administração no ano de 2020 frente à pandemia da covid 19, principalmente para garantir uma eleição segura, com relação às medidas sanitárias necessárias para o pleito.
- Nesse sentido o TSE disponibilizou ao TRE's EPI's, que foram doados por diversas empresas do Brasil, para serem utilizados pelos mesários e colaboradores nas eleições municipais de 2020.
- Para o TRE-PB os EPIs foram:

Item	Quantidade
Álcool gel 215ml	39.602 unidades
Álcool gel 500 ml	39.468 unidades
Álcool líquido 500ml	8.232 unidades
Máscaras descartáveis	142.356 unidades
Face shield	37.640
Posters orientativos	14.179 unidades

Quadro 13: Quantitativo EPIs

Os Cartórios Eleitorais foram orientados para reservar um espaço seguro para esse armazenamento, bem como receberam um treinamento de segurança de combate a incêndio. Para o transporte dos álcoois foram adotados os protocolos de segurança que a situação exigia: carros com licença específica, condutor com curso de formação para esse caso, carro de apoio com extintores de incêndio específico, etc. Concluído o envio dos supracitados EPI's e considerando que não houve 2º turno das eleições em Campina Grande, bem como que alguns Cartórios Eleitorais não utilizaram a totalidade dos álcoois estimados, remanesceu um quantitativo considerável que, por medida de segurança de armazenamento e com um olhar social para as carências de várias instituições filantrópicas hospitalares e de acolhimento a idosos e de crianças portadoras de neoplasia, frente ao combate ao corona vírus, foram doados 4.000 (quatro mil) unidades de álcool em gel de 500 ml e 4.199 (quatro mil, cento e noventa e nove) álcoois líquidos de 500 ml a 08 (oito) instituições carentes.

A gestão administrativa do TRE/PB, com a percepção da necessidade de proporcionar às suas unidades condições seguras e salubres para o desenvolvimento das atividades cotidianas, garantindo bem-estar aos servidores e ao público em geral, vem envidando esforços na busca de melhorias para o seu acervo imobiliário, investindo na realização de reparos construtivos, condições de acessibilidade e em manutenção predial, com alcance sobre todas as edificações em uso especial pela Justiça Eleitoral na Paraíba, sejam as cedidas pela Superintendência do Patrimônio da União ou outros órgãos Públicos, sejam locadas junto a particulares. Os reparos construtivos são ajustados por demanda, gerando contratações pontuais de acordo com as necessidades do Tribunal.

Por outro lado, foram desenvolvidas, ainda, ações voltadas à manutenções prediais, objeto de outro contrato também específico. Diferentemente do contrato de reparos construtivos, o relativo à manutenção predial é executado por meio de mão de obra terceirizada residente, portanto, utilizando-se equipe multiprofissional constantemente à disposição do Órgão como: eletricitas, encanadores, pedreiros, mecânicos de refrigeração, serralheiros, marceneiros, etc.

Outras contratações específicas se inserem no contexto de manutenção imobiliária e se incorporam ao custo total desses serviços, tais como: desinsetização, recarga de extintores e manutenção de elevadores. As despesas para o atendimento desses serviços de reparos construtivos e manutenções prediais durante o exercício 2020 corresponderam a R\$1.328.732,49 (Um milhão trezentos e vinte e oito mil setecentos e trinta e dois reais e quarenta e nove centavos).

Gestão da frota de veículos

A gestão da frota de veículos do TRE/PB é regulada por meio da Portaria TRE-PB/PTRE/ASPRE nº 412/2016, de 14.04.2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônica no dia 03.06.2016. Tal norma disciplina a utilização, a guarda e a manutenção dos veículos que compõem a frota própria ou à disposição do Tribunal.

Os serviços de transportes, por meio da frota oficial, são imprescindíveis e de alta relevância ao desenvolvimento da missão institucional, propiciando o deslocamento de magistrados, servidores, documentos e materiais diversos entre as unidades administrativas espalhadas por todo Estado. Todos os veículos que integram a frota própria do TRE possuem cobertura por seguros e são rastreados via satélite. Por meio desse sistema, torna-se possível a localização em tempo real de cada um deles, bem como a aferição da velocidade de deslocamento ou mesmo se estão em funcionamento ou desligados. Existe ainda, sistema terceirizado de controle de abastecimento da frota, a partir do qual torna-se possível o acompanhamento da média de consumo por veículo. As requisições para a utilização da frota também são processadas por meio de sistema eletrônico desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do próprio Tribunal. Referido sistema impõe à unidade ou servidor requisitante do veículo o esclarecimento do serviço a ser realizado, o destino pretendido, o tipo de veículo a ser utilizado, além da data e horário da saída e retorno. A partir de então outros controles complementares são desenvolvidos como: quilometragem de saída e retorno, monitoramento pelo rastreador, vistorias quando da troca de condutores, etc.

Atualmente existe uma Comissão de Estudos instituída por meio da Portaria 39/2020 TRE-PB/PTRE/DG, cuja atribuição é avaliar a logística de transportes atualmente praticada pelo Tribunal, que se baseia na preservação de uma frota própria de veículos. O objetivo do

trabalho dessa Comissão é verificar a eventual vantagem na substituição do modelo adotado por outras opções, tais como: a locação, a utilização de aplicativos de transportes, taxi, etc.

Abaixo é apresentado o demonstrativo das despesas com veículos pertencentes à frota oficial do Tribunal durante o exercício de 2020, com destaque para a sua elevação nos meses de outubro e novembro, em função das locações de veículos para o atendimento das demandas das Eleições:

Gráfico 33: Manutenção de veículos em 2020 com peças e serviços

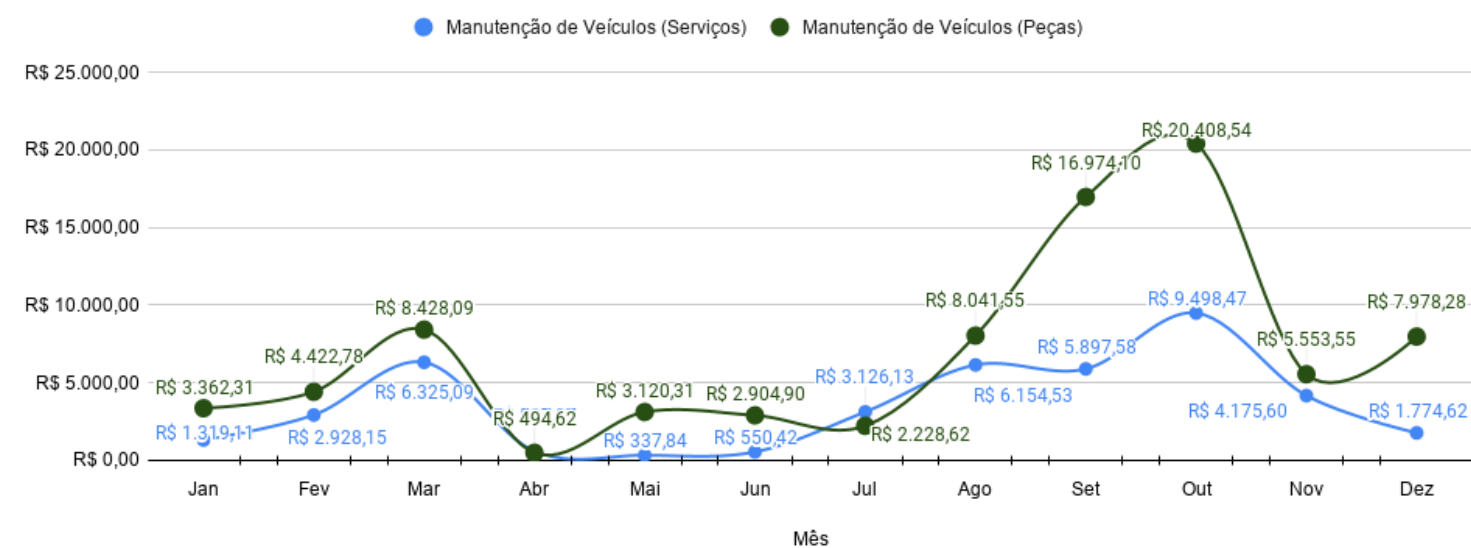
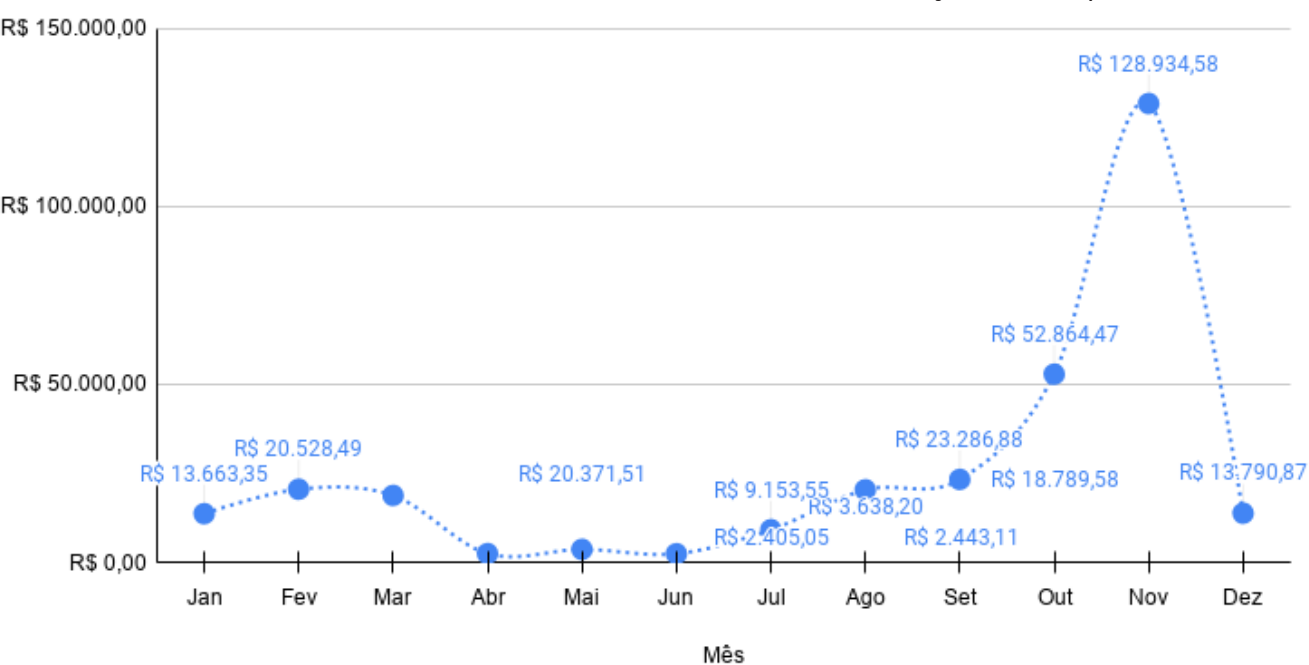


Gráfico 34: Gastos com combustíveis em 2020 - Ano de Eleições Municipais



Valor Gasto com Licenciamento em 2020

R\$ 6.901,30

Mecanismos de controle e prevenção de irregularidades ou falhas

Análise prévia pela Assessoria Jurídica nos desfazimentos de bens;

Conformidade das Notas de Lançamentos, relatórios Mensais de Movimentação Patrimonial e de Depreciação à Análise da Seção de contabilidade/Setorial Contábil;

Utilização de Checklists de Desfazimento e Entrada de Bens e Regularização de Imóveis, estando o Manual de Gestão em Bens Imóveis, em atualização, juntamente com a COMAT.

QUANTO AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL

1. Utilização de ferramenta de TIC denominada OcoMon - Monitoramento de Ocorrências de manutenção predial, por meio da qual cada servidor do tribunal, em qualquer ponto do Estado, pode abrir chamado solicitando a presença do pessoal da manutenção, objetivando a resolução dos mais variados problemas, tais como: Manutenções elétrica, hidráulicas, conserto de aparelhos de ar condicionado, pinturas, eliminação de infiltrações, serviços de pedreiros, serralheiros, marceneiros, etc. As ocorrências registradas no OcoMon são submetidas à triagem e classificadas segundo a gravidade do problema. A partir de então são incluídas em Plano Mensal de Manutenção ou submetidas de imediato a uma equipe técnica, de acordo com a natureza do problema e urgentemente atendidas, quando for o caso.
2. Outro mecanismo de controle é a edição mensal do próprio Plano de Manutenção referenciado acima. Por meio desse plano, torna-se possível a programação de atendimento das diversas demandas de manutenção predial surgidas em todas as unidades administrativas do Estado.
3. Considerando que os serviços de manutenção predial são prestados por empresa terceirizada com mão de obra residente no tribunal, todos os serviços são acompanhados por servidores do quadro do TRE, lotados na Seção de Manutenção. São os denominados fiscais de manutenção. Esses fiscais monitoram a qualidade dos serviços, tempo de execução, qualidade e custo dos materiais empregados e, por fim, são responsáveis pela liquidação das despesas decorrentes de tais serviços.
4. Finalmente, convém ser destacado que a Seção de Manutenção já dispõe de um Manual de Gerenciamento de Serviços de Manutenção Predial, com todo o mapeamento da atividade, o que permite aos líderes das equipes técnicas

(fiscais) a adoção de rotinas uniformes, eficientes e eficazes no dia a dia da Unidade.

Quanto aos serviços de reparos construtivos e obras de engenharia

No que concerne às atividades desenvolvidas pela Seção de Engenharia e Arquitetura - SEARQ, outra Unidade Administrativa muito importante nas ações de apoio e preservação da infraestrutura imobiliária do tribunal, podemos citar como **mecanismos de controle e prevenção de falhas os seguintes aspectos:**

- 1. O monitoramento e controle de serviços e projetos de engenharia e arquitetura é realizado por meio de engenheiros e técnicos em edificações do quadro próprio do Tribunal. São esses profissionais que avaliam projetos de obras e serviços de engenharia contratados pelo tribunal e desenvolvem alguns projetos em determinadas ações específicas de menor complexidade.
- 2. Por outro lado, a SEARQ também elabora Planos Mensais de atividades, escalonando a ordem de prioridades de acordo com a Metodologia GUTE (gravidade, urgência e tendência).
- 3. Finalmente, torna-se importante destacar, que os Planos de Atividades da SEARQ são previamente submetidos ao Conselho de Governança do Tribunal e após aprovados, são postos em prática pela unidade, que fica também responsável pela elaboração dos Termos de Referências, análises de riscos e Estudos de Viabilidade em cada um dos projetos programados.

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

Conformidade Legal

A resolução CNJ nº 211/2015, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), apresenta requisitos a serem observados pelos Órgãos do Poder Judiciário no que concerne à tecnologia da informação e comunicação. O aferimento dos requisitos são estabelecidos na ENTIC-JUD, realizado através do Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário iGovTIC-JUD 2020, onde o TRE-PB obteve índice 0,75, numa escala que varia de 0 a 1.

Modelo de Governança de TIC

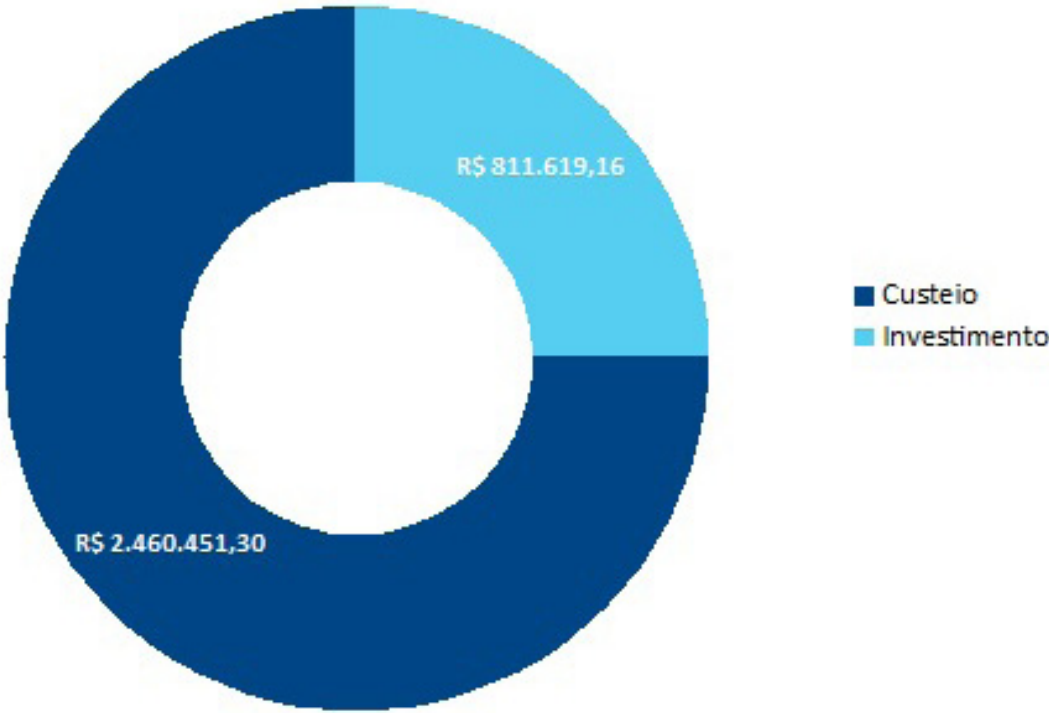
O modelo de governança de TIC está inserido na governança institucional, estabelecido na Res. TRE-PB nº 10/2017. Como instância interna de governança, há o Comitê de Governança de TIC, responsável pelo monitoramento, avaliação e direcionamento das atividades e investimentos relacionados à TIC e formado por representantes da Diretoria Geral, Secretaria Judiciária, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Administração e Orçamento, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação e Corregedoria Regional Eleitoral. Como instância

interna de apoio à governança, há o Comitê de Gestão de TIC - formado pelo Secretário e Coordenadores da área de TIC, responsável por elaborar, monitorar, avaliar e revisar os planos táticos e operacionais, além de acompanhar os processos, projetos e riscos da área.

Montante de recursos aplicados em TIC

Em 2020, foram aplicados R\$ 3.272.070,46 em TIC

Gráfico 35: Valores aplicados em TIC



Contratações mais relevantes de recursos de TIC

Contratações	Contrato	Valor
Renovação da solução de virtualização	40/2020	R\$ 327.500,00
Subscrição de ferramenta de gestão de vulnerabilidades	46/2020	R\$ 211.160,00
Subscrição de ferramenta de filtragem de e-mails/antispam	47/2020	R\$ 129.000,00
Contratação de licenças Windows 10	27/2020	R\$ 546.720,00

Quadro 14: Contratações de recursos TIC

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TIC

Quadro 15: Iniciativas e resultados na área de TIC

Iniciativas	Principais resultados atingidos (benefícios e impactos)
BI de Orçamento, Finanças e Pessoas	Estabelecimento de ferramenta para tomada de decisões baseadas em dados, criação de fonte de referência para prestação de informações, aumento de transparência e facilidade de acesso a dados para o público interno (servidores e magistrados).
SEI - Ouvidoria	Aumento de segurança, devido à substituição de sistema legado com conhecidas vulnerabilidades. Contribuição para celeridade no tratamento das demandas recebidas, devido à integração da solução utilizada pela Ouvidoria com o sistema de processos administrativos (SEI).
Voluntários Cadastramento de voluntários para atuar no suporte à preparação de urnas e votação nas eleições 2020.	Melhoria nos mecanismos de controle na gestão dos voluntários. Melhoria na gestão dos recursos financeiros para pagamento de vale alimentação. Diminuição de tempo/esforço das unidades envolvidas no processo de recrutamento e seleção. Facilitação da interação voluntário x TRE-PB nas fases do processo.
Atena Sistema de gestão de dados estatísticos de processos	Aumento de conformidade de dados e metadados de processos judiciais em relação a regras estabelecidas pelo DataJud - Base Nacional de Dados do Poder Judiciário.
Controle de Propaganda de Rua	Contribuição a medidas de combate a COVID-19, pela eliminação de comparecimento presencial ao cartório para agendamento de eventos de propaganda. Eliminação de papel no processo de agendamento de eventos. Simplificação da análise, por meio de uso de coordenadas geográficas para detecção de choques de horário. Aumento de transparência, pela possibilidade de consulta à agenda de eventos de propaganda por qualquer cidadão.
Diplomas Solução para emissão e validação online de diplomas	Contribuição a medidas de combate a COVID-19, pela possibilidade de eliminação de cerimônias presenciais de diplomação. Melhoria de atendimento a candidatos, pela possibilidade de emissão e validação online de diploma em qualquer hora ou local. Estímulo a práticas sustentáveis, por meio da redução ou completa eliminação de uso de papel no processo de diplomação.
Monitoramento de infraestrutura para segurança	Aumento da segurança da informação, com a implantação de ferramentas para gestão de vulnerabilidades, filtragem de e-mails/antispam, monitoramento em tempo real do tráfego de rede e da segurança dos servidores.
Escritório Virtual	Contribuição a medidas de combate a COVID-19 por garantir, aos servidores da Justiça Eleitoral da Paraíba, o acesso remoto seguro aos serviços da rede interna.

Segurança da informação

- Implantação de ferramentas para gestão de vulnerabilidades e monitoramento de segurança da infraestrutura de TIC.
- Implantação da autenticação em dois fatores no serviço de correio eletrônico e no acesso remoto VPN.
- Instituição de normativos com regras de acesso à Internet pelos usuários da rede corporativa (Portaria Nº 63/2020 TRE-PB/PTRE/ASPRE); sobre o uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação (Portaria Nº 87/2020 TRE-PB/PTRE/ASPRE) e dispoendo sobre a política de utilização do serviço de correio eletrônico (Portaria Nº 62/2020 TRE-PB/PTRE/ASPRE).

Resultados estratégicos de TIC

Unidade	Indicador	Meta	Resultado	Comentários
COSIS	1. Serviços lançados ou aperfeiçoados	2	4	Diplomas; Controle de Propaganda de Rua; Voluntários; SEI Ouvidoria;
COSIS	2. Iniciativas efetivadas para a tomada de decisão	1	2	Atena; BI de Orçamento, Finanças e Pessoas;
COSIS	3. Interessados satisfeitos com a utilidade e confiabilidade das iniciativas efetivadas	80%	71,75%	
COSIS	4. Iniciativas aprovadas resultantes de ideias inovadoras de TIC	1	1	BI de Orçamento, Finanças e Pessoas;
NAG	5. Índice de satisfação dos usuários internos de TIC	90	97,5%	
NAG	6. Processos e serviços de TIC abrangidos por avaliação de risco	35	7	- Elaboração do PETIC; - Monitoramento e revisão do PETIC; - Elaboração do PDTIC; - Monitoramento e revisão do PDTIC; - Gerenciamento das capacitações de TIC;
COINF	7. Aderência da execução ao planejamento orçamentário de TIC	85%	19%	

Quadro 16: Resultados estratégicos de TIC

Unidade	Indicador	Meta	Resultado	Comentários
COINF	8. Perdas orçamentárias de TIC	20%	1,6%	
COINF	9. Disponibilidade de serviços essenciais	99%	98,63%	
NAG	10. Cumprimento dos requisitos de infraestrutura de TIC	95%	96%	
SGP	12. Capacitação da equipe de TIC	80%	63%	
SGP	13. Índice de execução do Plano Anual de Capacitação de TIC	100%	100%	

Quadro 17: Resultados estratégicos de TIC

Sobre as metas estratégicas não alcançadas:

Indicador 3. Interessados satisfeitos com a utilidade e confiabilidade das iniciativas efetivadas:

As iniciativas efetivadas para a tomada de decisão foram avaliadas abaixo do planejado nos aspectos de disponibilidade e confiabilidade de suas informações.

Indicador 6. Processos e serviços de TIC abrangidos por avaliação de risco:

Apenas os processos voltados à governança e gestão de TIC foram abrangidos por avaliação de risco. Os demais processos ainda carecem dessa avaliação.

Indicador 7. Aderência da execução ao planejamento orçamentário de TIC:

Um novo aporte orçamentário do TSE e o remanejamento de créditos decorrentes da redução do trabalho presencial permitiram contratações previstas apenas para 2021, antecipando soluções mas impactando negativamente o indicador.

Indicador 12. Capacitação da equipe de TIC:

31 dos 49 servidores da STIC participaram de alguma capacitação.

Projeto	Descrição	Situação
BI de Orçamento, Finanças e Pessoas	Implantação de solução de bussiness intelligence para análise de informações para a gestão orçamentária, financeira e de pessoas.	Concluído
SEI - Ouvidoria	Implantação do módulo SEI voltado às atividades desempenhadas pela Ouvidoria Eleitoral.	Concluído
Voluntários	Solução para cadastramento e gerenciamento de voluntários que trabalharão no suporte à preparação de urnas e votação durante as eleições 2020.	Concluído
Autorize-se	Melhorias no sistema de autorização de serviço extraordinário a partir dos requisitos estabelecidos pela Diretoria Geral.	Concluído
Atena	Implantação de ferramenta para extração de informações estatísticas dos processos judiciais, especialmente as solicitadas regularmente pelo Conselho Nacional de Justiça.	Concluído
SINPLES	Melhorias nos sistema de apoio ao planejamento e logística das eleições a partir dos requisitos estabelecidos pela Coordenadoria de Eleições.	Concluído
Controle de Propaganda de Rua	Solução para o gerenciamento de eventos de propaganda eleitoral realizados pelos partidos políticos.	Concluído
Conectividade das Unidades Remotas	Instalação de racks e adequar as redes lógicas dos cartórios eleitorais.	Em andamento
Atualização da infraestrutura de armazenamento de dados nas zonas eleitorais	Substituição dos equipamentos de armazenamento de arquivos das zonas eleitorais.	Concluído
Infraestrutura de TIC nas Eleições 2020	Disponibilização da infraestrutura de TIC necessária à execução dos projetos integrantes do Programa Eleições 2020.	Concluído
Implantação de gerenciamento remoto de computadores	Solução para possibilitar o gerenciamento remoto de computadores por meio do aplicativo Client Automation Standard HP.	Suspenso
Manutenção Preventiva de Urnas 2019-2020	Manutenção preventiva das urnas eletrônicas, com o objetivo de mantê-las em perfeito estado para serem utilizadas nas Eleições 2020	Concluído

Quadro 18: Situação de projetos

Projeto	Descrição	Situação
Melhoramento do Cadastro Biométrico do eleitor	Otimização do cadastro biométrico através da correção dos procedimentos de coleta nos cartórios e centras de atendimento assim como correção dos dados hoje existentes com qualidade insatisfatória, através da convocação dos eleitores	Suspenso
Execução Simulados de Hardware	Simulados de Hardware com foco em urna eletrônica, simulando votação com identificação biométrica.	Concluído
Preparação de Urnas 2020	Preparação das urnas eletrônicas para 1º e 2º turnos das Eleições 2020.	Concluído
Apoio Logístico (urnas, votação e resultado)	Apoio na arregimentação e capacitação dos voluntários que atuarão na preparação de urnas, suporte à votação e transmissão de arquivos de urna nas Eleições 2020	Concluído
Transmissão de Resultados 2020	Implantação e suporte para uso dos sistemas para transmissão de arquivos de urna nas Eleições 2020	Concluído
Geração de Mídias 2020	Geração dos cartões de memória e mídias de resultados a serem utilizados nas Eleições 2020.	Concluído
Totalização de Resultados 2020	Implantação e suporte para uso dos sistemas para totalização e divulgação dos resultados nas Eleições 2020	Concluído
Suporte de TIC 2020	Suporte de TI nos dias que antecedem a realização das Eleições 2020	Concluído
Avaliação de riscos dos ativos de TIC	Análise e avaliação de riscos dos ativos de TIC, sob gestão da STIC, nos termos da Res. TRE-PB nº 11/2017 e das normas ABNT ISO/IEC27.001 e 27.005.	Suspenso
Implementação de processos ITIL - fase 1	Implementação dos processos ITIL de cumprimento de requisição de serviços, de gerenciamento de incidentes e gerenciamento de configuração e ativo de serviços.	Concluído
Monitoramento de infraestrutura para segurança	Implementação de solução de monitoramento de eventos de segurança da infraestrutura de TIC.	Concluído
Aprimoramento dos processos de governança e gestão de TIC- fase 2	Aprimoramento dos processos de governança e gestão de TIC para atendimento dos requisitos estabelecidos na res. CNJ nº211.	Concluído
Continuidade dos Serviços Essenciais de TIC	Elaboração do processo de continuidade dos serviços essenciais de TIC.	Em andamento

Quadro 18: Situação de projetos

Principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios

A pandemia de Covid 19, pela qual estamos passando há um ano, forçou a rápida adequação da tecnologia da informação e comunicação para atender aos novos processos de trabalho, em especial os relacionados à disponibilização de serviços informatizados pela Internet.

A Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026 tem como macrodesafio para a área de tecnologia da informação e comunicação o “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e a Proteção de Dados” e o objetivo da nova Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (Entic-Jud) é constituir o principal instrumento de promoção da governança ágil e da transformação digital do Poder Judiciário por meio de serviços e soluções digitais inovadoras que impulsionem a evolução tecnológica. Nesse contexto, o desafio para os próximos exercícios será promover a transformação digital garantindo a necessária proteção de dados.

Sustentabilidade Socioambiental

A sustentabilidade ambiental no TRE-PB é conduzida através do Plano de Logística Sustentável (PLS/TRE-PB) instituído pela Resolução 17/2017/TRE-PB, para o triênio 2017-2019. Prorrogada a vigência para 2020, em razão da expectativa de atualização da Resolução CNJ nº 201/2015, o PLS pode ser consultado neste [link](#)

Considerando as particularidades da Justiça Eleitoral, comparações de desempenho ocorrem entre anos eleitorais e anos não eleitorais.

Crítérios de Sustentabilidade nas contratações e aquisições

Em 2020 foi publicado o Guia de inclusão de critérios sustentáveis para compras e contratações do TRE-PB, que pode ser acessado [aqui](#). Trata-se de ferramenta auxiliar para a consolidação de práticas de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços, junto com a capacitações de servidores na área de compras, visando o cumprimento da legislação pertinente.

A capacitação de servidores na área de compras prevista para se realizar em 2020 não foi possível devido à pandemia de Covid-19.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

As ações para redução do consumo de recursos naturais se concentraram em cinco itens considerados de maior impacto em termos ambientais e orçamentários: papel, copo descartável, energia, água e combustível.

Papel

Houve redução de 61% no consumo de papel em relação a 2018, ultrapassando significativamente a meta estabelecida. Concorreram para o resultado a implantação definitiva do Processo Judicial Eletrônico (PJE) e o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) no 1º e 2º graus de jurisdição, bem como a pandemia do Covid-19 e a consequente adoção do teletrabalho para a maioria dos servidores.



Redução de 61% no consumo,
em relação a 2018

Água

Registrou-se redução de 24% no consumo de água também em razão da pandemia, que induziu o Tribunal a adotar o teletrabalho no período de março a agosto, retomando o expediente presencial nos meses de outubro e novembro, para a realização das eleições municipais, e, por fim, o trabalho híbrido (remoto e presencial) em dezembro, adotados os protocolos recomendados pelas autoridades sanitárias. Não houve campanha de conscientização para o consumo racional de água.



Redução de 24% no consumo
em razão da pandemia

Copos descartáveis

O consumo desse item foi reduzido em 41% em relação a 2018, ultrapassando a meta de 10% em razão de dois fatores principais: o trabalho remoto por causa da pandemia e a Portaria nº 827/2019, que regulamenta o uso de copos descartáveis no TRE-PB. No início de 2020 foram distribuídas canecas para os motoristas terceirizados, com o objetivo de abranger todo o corpo funcional, uma vez que os demais servidores e terceirizados já vinham utilizando canecas fornecidas em campanhas anteriores.



Redução de 41% no consumo,
em relação a 2018

Combustível

A meta de aumento do consumo de etanol, em relação ao consumo de combustíveis fósseis, em 20% não foi atingida. O objetivo era aumentar a adoção do etanol como principal combustível e reduzir o uso de gasolina e diesel, mais poluentes. O percentual de consumo de etanol em 2020 foi de 1,88%, em razão de não compensar financeiramente. O Tribunal não possui veículos movidos a GNV nem elétricos.

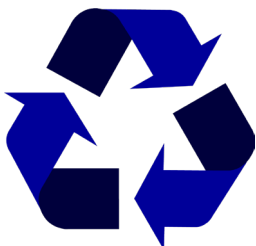


Energia

Houve redução de 27% no consumo, em razão também da pandemia, que provocou o fechamento de Cartórios Eleitorais durante alguns meses, substituindo o expediente presencial pelo remoto nesse período que antecedia às semanas de preparativos para as eleições municipais. Contribuíram também para a redução algumas medidas adotadas no final de 2019, a exemplo da instalação de sensores de presença em elevadores e o prosseguimento na substituição gradual de lâmpadas fluorescentes por outras de LED. Não houve campanha de conscientização para o consumo racional de energia.



Redução de 27% no consumo
em razão da pandemia



Redução de resíduos poluentes

O TRE-PB possui uma gestão de resíduos sólidos relativamente consolidada. Desde 2012 é realizada regularmente a coleta seletiva solidária na sede do Tribunal, em parceria com associações e cooperativas de catadores de resíduos recicláveis, conforme regras estabelecidas no Decreto nº 5.940/2006. Nas Zonas Eleitorais do interior são feitas coletas locais. Apenas resíduos documentais (papel) são enviados à capital, para destinação à reciclagem mediante descaracterização.

Foram produzidos os seguintes resíduos poluentes, classificados como perigosos (Classe I), segundo a ABNT NBR 10004:



Pilhas e pequenas baterias

Produzidas em quantidades muito reduzidas, são recolhidas por servidores das unidades que as utilizam e depositadas em pontos de coleta espalhados na cidade.

Resíduos hospitalares

Produzidos na unidade de assistência à saúde (gabinetes odontológicos e de clínica médica), são coletados regularmente, mediante contrato de prestação de serviço, por empresa especializada. Em 2020 foram recolhidos apenas 45,5 quilos, uma vez que não houve produção nos meses de março a agosto. Para efeito comparativo quanto ao impacto da pandemia, em 2018 registrou-se um total de 282 quilos.



Lâmpadas fluorescentes

O TRE-PB ainda mantém estocados cerca de 1.090 lâmpadas para descarte, uma vez que vem substituindo esses insumos por lâmpadas de LED. Em 2020, apenas 75 lâmpadas foram descartadas em coletores apropriados, localizados em redes de supermercados. Encontra-se em andamento processo administrativo para contratação de empresa especializada em transporte, descaracterização e destinação final desses resíduos, para execução em 2021.

Tôner

Em 2020 foram devolvidos 276 cartuchos de tônner originais Samsung ao fabricante, mediante logística reversa. Há um passivo ambiental de centenas de cartuchos de tônner genéricos, de aquisições anteriores à vigência da Lei nº 12.305/2010, que deverão ser entregues a empresa especializada em coleta de resíduos perigosos através de processo administrativo em tramitação, para execução em 2021.



Baterias automotivas

Devolvidas ao fornecedor, no ato da aquisição de uma nova bateria.

Baterias de no-break

Devolvidas ao fornecedor, conforme cláusula contratual de logística reversa. Quando não é possível devolver ao fornecedor, são doadas a cooperativas de catadores de recicláveis.





Demonstrações Contábeis


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70000 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 01/02/2021	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias
Ordinárias	-	-	Ordinárias
Vinculadas	-	-	Vinculadas
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas
Transferências Financeiras Recebidas	176.104.844,90	166.377.808,87	Transferências Financeiras Concedidas
Resultantes da Execução Orçamentária	175.603.765,13	164.865.379,96	Resultantes da Execução Orçamentária
Sub-repasso Recebido	175.603.765,13	164.865.379,96	Independentes da Execução Orçamentária
Independentes da Execução Orçamentária	501.179,77	512.226,91	Transferências Concedidas para Pagamento de RP
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	500.000,00	510.000,00	Movimento de Saldos Patrimoniais
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.179,77	2.226,91	Aporte ao RPPS
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS
Aporte ao RGPS	-	-	
Recebimentos Extraorçamentários	3.184.612,16	2.180.083,77	Pagamentos Extraorçamentários
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	29.640,25	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	973.172,47	799.460,97	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	602.061,42	354.279,85	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.579.638,01	1.036.322,95	Outros Pagamentos Extraorçamentários
Arrecadação de Outra Unidade	1.578.065,95	1.035.951,80	
Demais Recebimentos	1.572,06	371,15	
Saldo do Exercício Anterior	129.886,71	868.798,64	Saldo para o Exercício Seguinte
Caixa e Equivalentes de Caixa	129.886,71	859.796,54	Caixa e Equivalentes de Caixa
TOTAL	179.419.142,78	168.427.487,18	TOTAL


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70000 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 01/02/2021	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70000 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 01/02/2021	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	176.886.829,08	176.886.829,08
TOTAL	-	-	176.886.829,08	176.886.829,08
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO	-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	161.384.126,00	167.328.881,00	174.878.788,78	173.886.849,88	173.886.849,88	-7.261.107,78
Pessoal e Encargos Sociais	134.713.889,00	142.663.818,00	144.660.878,89	144.623.078,89	144.623.078,89	-1.997.080,89
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	26.670.442,00	24.774.883,00	30.228.910,07	29.176.670,97	29.146.980,72	-6.264.047,07
DESPESAS DE CAPITAL	603.238,00	1.318.126,00	1.300.840,30	1.208.806,93	1.208.806,93	17.284,70
Investimentos	603.238,00	1.318.126,00	1.300.840,30	1.208.806,93	1.208.806,93	17.284,70
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	160.812,00	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	162.038.176,00	168.646.806,00	176.880.829,08	174.907.466,89	174.907.466,89	-7.233.823,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	162.038.176,00	168.646.806,00	176.880.829,08	174.907.466,89	174.907.466,89	-7.233.823,08
TOTAL	162.038.176,00	168.646.806,00	176.880.829,08	174.907.466,89	174.907.466,89	-7.233.823,08

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

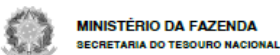
TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70000 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 01/02/2021	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	787.821,01	666.780,11	666.780,11	221.933,11	29.697,79
Pessoal e Encargos Sociais	-	36.188,82	10.608,77	10.608,77	24.877,86	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	787.821,01	646.271,34	646.271,34	196.956,25	29.697,79
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.539,98	-	-	1.539,98	-
Investimentos	-	1.539,98	-	-	1,539,98	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	789.460,97	666.780,11	666.780,11	223.473,07	29.697,79

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

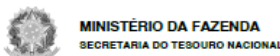


TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70000 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO	2020	PERÍODO	Anual
EMISSION	01/02/2021	PÁGINA	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	2.873.828,27	1.820.725,41	PASSIVO CIRCULANTE	12.328.393,98	8.768.181,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	787.330,26	128.886,71	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	12.328.761,43	8.764.084,80
Créditos a Curto Prazo	202.784,16	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	202.784,15	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	91.842,53	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	260.638,91	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoque	1.077.481,41	1.103.641,17	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	14.088,20
VPDs Pagas Antecipadamente	808.062,48	338.866,82			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	48.162.488,99	48.629.086,85	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoque	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	12.328.393,98	8.768.181,00
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	42.688.800,36	48.710.826,10	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	19.601.842,80	23.839.758,87	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	40.894.342,80	51.895.200,76	Resultados Acumulados	38.897.703,30	44.681.828,26
(-) Depreciação/Amortização/Exatidão Acum. de Bens Móveis	-21.282.500,00	-28.045.441,89	Resultado do Exercício	-8.125.051,75	-5.606.357,85
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	44.581.628,26	51.353.458,95
Bens Imóveis	22.966.960,55	22.870.866,23	Ajustes de Exercícios Anteriores	241.126,79	-1.165.472,84
Bens Imóveis	26.288.683,85	26.288.683,85	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exatidão Acum. de Bens Imóveis	-3.321.723,30	-3.417.817,62	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.897.703,30	44.681.828,26
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	3.688.886,84	2.818.480,75			
Softwares	3.593.665,64	2.818.480,75			
Softwares	3.593.665,64	2.818.480,75			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			



TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70000 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO	2020	PERÍODO	Anual
EMISSION	01/02/2021	PÁGINA	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	48.928.087,28	61.348.809,28	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48.928.087,28	61.348.809,28

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	787.330,26	128.886,71	PASSIVO FINANCEIRO	1.023.328,61	813.667,17
ATIVO PERMANENTE	48.238.787,01	61.220.123,66	PASSIVO PERMANENTE	12.288.763,71	8.764.084,80
			SALDO PATRIMONIAL	36.704.823,04	43.782.187,29

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.888.322,80	1.460.338,21	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	28.886.928,82	29.917.977,61
Atos Potenciais Ativos	3.668.322,60	1.450.338,21	Atos Potenciais Passivos	26.695.928,52	29.917.977,51
Garantias e Contragarantias Recebidas	3.668.322,60	1.450.338,21	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conventadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	26.695.928,52	29.917.977,51
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	3.888.322,80	1.460.338,21	TOTAL	28.886.928,82	29.917.977,61

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-260.876,28
Recursos Vinculados			14.885,00
Previdência Social (RPPS)			-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog			14.685,00
TOTAL			-236.890,28

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

O Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB do mês de dezembro de 2020 apresentou diferença na movimentação e no saldo das contas 12311.0102, no valor de R\$35,70; 12311.0103, no valor de R\$ 5.490,00; 12311.0201, no valor de R\$7.734,11; 12311.0301, no valor de R\$ 49.593,90; 12311.0303, no valor de R\$ 70.497,61; 12311.0405, no valor de R\$ 31.216,40; 12311.0503, no valor R\$ 223.086,38; de 12311.0801, no valor de R\$ 1.245.258,26 e 12311.9909, no valor de R\$ 234,00, quando comparados os registros efetuados nos sistemas SIAFI e ASIWEB.

O valor dos encargos de depreciação dos bens móveis lançados no SIAFI durante o exercício diverge do que consta nos relatórios emitidos pelo aplicativo ASIWEB, sendo que uma justificação hipotética ensejaria alteração no resultado econômico e também na situação patrimonial.

João Pessoa – Paraíba, 09 de fevereiro de 2021

Contador Responsável
EDIMAR JOSÉ DE SOUZA CRC-CE nº 016547/-O



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2020

PERÍODO

Anual

TÍTULO

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO

01/02/2021

PÁGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ÓRGÃO SUPERIOR

14000 - JUSTICA ELEITORAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	178.987.874,32	168.988.870,17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	60,00	-
Impostos	-	-
Taxas	50,00	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	10.511,21	10.044,20
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	10.511,21	10.044,20
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	73,93	67,91
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	73,93	57,91
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	177.167.281,18	166.933.711,37
Transferências Intragovernamentais	176.104.944,90	165.377.606,87
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.052.346,28	556.104,50
Valorização e Ganhos e/ou Ativos e Desincorporação de Passivos	252.313,69	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	252.313,69	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.687.434,31	1.026.868,89
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2020

PERÍODO

Anual

TÍTULO

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO

01/02/2021

PÁGINA

2

SUBTÍTULO

70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ORGÃO SUPERIOR

14000 - JUSTICA ELEITORAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2020	2019
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.567.434,31	1.025.856,69
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	187.112.728,07	172.678.028,02
Pessoal e Encargos	194.281.826,18	123.676.811,62
Remuneração a Pessoal	108.294.862,10	101.472.551,67
Encargos Patronais	19.413.747,46	16.027.157,10
Benefícios a Pessoal	6.266.565,05	5.850.496,75
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	316.650,57	226.606,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21.117.146,28	20.281.979,43
Aposentadorias e Reformas	14.023.745,56	13.382.685,09
Pensões	7.019.731,14	6.862.811,09
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	73.668,53	15.883,25
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	27.634.788,12	26.842.708,28
Uso de Material de Consumo	3.076.744,02	1.256.289,76
Serviços	19.629.381,57	17.564.709,00
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.828.637,53	6.821.710,52
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	162,08	1.263,08
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	152,09	1.256,09
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	7,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.870.678,81	2.084.306,88
Transferências Intragovernamentais	1.577.673,66	1.040.705,39
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.292.905,15	1.043.600,30
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	446.880,79	382.782,16
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	45.988,75	1.204,84
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	399.905,04	381.557,31

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2020

PERÍODO

Anual

TÍTULO

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO

70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

ÓRGÃO SUPERIOR

14000 - JUSTICA ELEITORAL

EMISSÃO

01/02/2021

PÁGINA

3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
Tributárias	180.182,80	186.061,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	35.421,02	33.322,19
Contribuições	124.771,58	151.739,33
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	702.176,26	442.735,34
Premiações	4.730,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	697.445,25	442.735,34
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-8.126.961,76	-6.808.267,86

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2020	2019



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2020

PERÍODO

Anual

TÍTULO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO

01/02/2021

PÁGINA

1

SUBTÍTULO

70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ÓRGÃO SUPERIOR

14000 - JUSTICA ELEITORAL

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.888.461,47	4.282.418,78
INGRESSOS	178.288.844,33	188.788.208,87
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	178.288.844,33	188.788.208,87
Ingressos Extraorçamentários	602.051,42	354.279,85
Transferências Financeiras Recebidas	176.104.944,90	165.377.606,87
Arcuação de Outra Unidade	1.578.065,95	1.035.951,80
Demais Recebimentos	1.572,06	371,15
DESEMBOLSOS	-178.420.182,88	-182.486.780,91
Pessoal e Demais Despesas	-166.218.486,88	-146.380.321,88
Legislativo	-	-
Judiciário	-134.195.239,85	-125.086.319,63
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-20.996.762,64	-20.304.002,05
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 01/02/2021	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70000 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

	2020	2019
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-27.463,49	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-19.005.323,54	-15.714.209,04
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-19.005.323,54	-15.714.209,04
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-2.185.403,34	-1.381.280,18
Despêndios Extraorçamentários	-616.157,62	-340.183,65
Transferências Financeiras Concedidas	-1.579.245,72	-1.041.076,54
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.208.808,83	-5.012.628,68
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.208.808,83	-5.012.628,68
Aquisição de Ativo Não Circulante	-384.802,04	-4.241.885,63
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-814.004,88	-770.844,08
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	867.844,64	-730.110,83
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	128.886,71	868.788,54
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	787.330,26	128.886,71

Notas Explicativas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
SETORIAL DE CONTABILIDADE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DE 31 DE
DEZEMBRO DE 2020

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é órgão da Justiça Eleitoral, conforme previsto no art. 118, inciso II da Constituição Federal. Suas competências estão elencadas nos arts. 29 e 30 da Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral) e artigos. 23 a 25 da Resolução TRE/PB nº 09/2015 (Regimento Interno).

Tem por finalidade garantir, no âmbito do Estado da Paraíba, a eficiência, a lisura e a legitimidade do processo eleitoral, assegurando a plena manifestação da vontade do cidadão pelo exercício do direito de votar e de ser votado, contribuindo para o fortalecimento da democracia e a consolidação do Estado de Direito.

NOTA 02 - ENCARGOS DE DEPRECIAÇÃO

Obedecendo o princípio contábil da competência, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba reconhece a necessidade de apropriar, ao resultado do período, as despesas decorrentes da redução do valor dos componentes patrimoniais pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência ao longo da vida útil dos citados componentes. Essas despesas são denominadas encargos de depreciação e somente deixam de ocorrer quando do término do período de vida útil do ativo. Nesse momento, seu valor contábil será igual ao seu valor residual, ou na falta deste, igual a zero. A partir daí, cada componente patrimonial somente poderá ser depreciado se houver uma reavaliação, acompanhada de uma análise técnica que defina o seu tempo de vida útil restante. A depreciação cessa quando o ativo é baixado. Entretanto, não cessa quando o ativo se torna ocioso ou é retirado de uso.

Em função de suas características, alguns itens do ativo não são depreciados. Como exemplos de bens que não se encontram sujeitos à depreciação têm-se os terrenos e os bens de natureza cultural.

Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto dos bens móveis e imóveis registrados no imobilizado obedecem às disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª Edição, Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, item 5.2.1, com reconhecimento inicial baseado no valor de aquisição, produção ou construção. Tratando-se de

ativo imobilizado obtido a título gratuito, é considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos do instrumento de doação.

O valor bruto contábil é o valor do bem registrado na contabilidade, em uma determinada data, no presente caso, 31 de dezembro de 2020, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

A vida útil é o período de tempo durante o qual a entidade pública espera utilizar o ativo ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes, cuja obtenção é esperada em decorrência da utilização do ativo.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado é o das quotas constantes, excetuando os bens de uso especial registrados no SPIUNET, cuja realização do cálculo da depreciação e respectivo registro contábil automático no SIAFI estão a cargo do próprio SPIUNet – Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União.

De acordo com o artigo 7º da Portaria Conjunta SPU/STN Nº 703, de 10 de dezembro de 2014, O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, será apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação: $Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

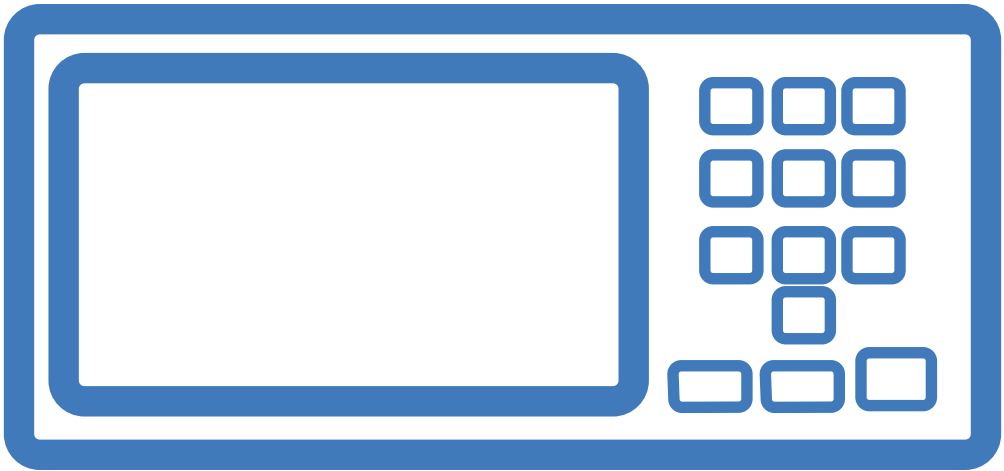
n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis, conforme dispõe o Parágrafo primeiro do artigo 7º acima citado.

Na forma do Parágrafo terceiro do mesmo artigo sétimo, o valor residual será estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e comunicado à Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

É oportuno registrar que o exercício de 2020 foi encerrado com saldo de R\$6.901.824,13 na conta contábil - 12321.9905 Bens Imóveis a Classificar / a Registrar, valor que se refere a 27 construções de edifícios com destinação ao funcionamento das atividades da Justiça Eleitoral na Paraíba, que pendem de verificação a respeito dos registros cadastrais no SPIUNet – Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União, em função do que poderão ser objeto de reclassificação contábil.



Outras informações relevantes

Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Seguem, abaixo, as informações acerca dos acórdãos do TCU direcionados ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba:

1. Ofício 38316/2020 - TCU/Seproc, de 21/07/2020 (Processo SEI nº 0008736-42.2020.6.15.8000)

O documento citado encaminha, para conhecimento e adoção das providências pertinentes, o Ofício eletrônico nº 10127/2020, de 14/7/2020 (0762180)– por meio do qual o Ministro Dias Toffoli, comunica que, nos autos do MS 37.251, impetrado por Anne Elizabeth Souto Maior, o STF concedeu a liminar “para assegurar, relativamente à impetrante, a suspensão dos efeitos dos acórdãos TCU nº 1504/2018 e nº 4443/2020, até nova apreciação pelo Relator da causa”. CUMPRIDO - Após tramitação dos autos neste Regional, registra-se que foi devidamente cumprida a solicitação do TCU com o restabelecimento da pensão civil de ANNE ELIZABETH SOUTO MAIOR em 24/07/2020.

2. Ofício 57047/2020 - TCU/Seproc, de 14/10/2020 (Processo SEI nº 0014779-92.2020.6.15.8000)

Determinação para manifestação acerca do cumprimento do subitem 9.1.2 do Acórdão 199/2011-TCU-Plenário (9.1.2. façam constar dos processos de requisição de pessoal justificativa acerca das necessidades enfrentadas pelo cartório eleitoral, bem como a relação entre as atividades desenvolvidas pelo servidor no órgão de origem e aquelas a serem desempenhadas no serviço eleitoral, assim como o período necessário para realizar a atividade, caso ainda não o façam). CUMPRIDO - enviado Ofício ao TCU, com evidências, informando o total cumprimento ao que determina o TCU.

3. Instrução Normativa (IN) TCU nº 84/2020 e Decisão Normativa (DN) TCU nº 187/2020 (Processo SEI nº 0012032-72.2020.6.15.8000)

A DN 187 estabelece os elementos de conteúdo do relatório de gestão e define os prazos de atualização das informações e da IN TCU nº 84/2020, que estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União. EM PERMANENTE CUMPRIMENTO - o trabalho encontra-se em andamento, inclusive a auditoria financeira, e passou a ser permanente.

4. Ofício 44878/2020 TCU/Seproc, de 24/08/2020 (Processo SEI nº 0012468-31.2020.6.15.8000)

Encaminhando para conhecimento e adoção das providências que julgar cabíveis, o Acórdão nº 1345/2020 TCU Plenário, por meio do qual o Tribunal de Contas da União solicita especial atenção às informações complementares que acompanham o referido ofício, bem como para a necessidade de utilizar os serviços da plataforma Conecta-TCU ou do protocolo eletrônico, acessíveis pelo Portal do TCU (www.tcu.gov.br) para resposta a comunicações e envio de documentos ao Tribunal.

CUMPRIDO - ciência e cumprimento do determinado.

5. Acórdão 9.480/2015 – 2ª Câmara – Guia de contratações sustentáveis

Processo TC-025.863/2014-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013). Comunicação recebida oficialmente por este TRE no dia 02/12/2015. ACÓRDÃO Nº 9480/2015 - TCU – 2ª Câmara. Item 1.7. Recomendar ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TRE/PB que: [g) institua uma comissão específica, ou, caso entenda pertinente, se valha da Comissão Permanente de Meio Ambiente já existente, visando à elaboração de um guia de contratações sustentáveis do TRE/PB, para o qual se indicou como modelo o “Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho”, instituído pela Resolução CSJT 103/2012 e regulamente, internamente, os critérios de sustentabilidade a serem exigidos nas contratações do Tribunal, visando uniformizar o procedimento e efetivar a previsão já existente na IN 01/2012 – TRE/PB.

Quanto à alínea “g”: Destaca-se que o guia de inclusão de critérios sustentáveis para compras e contratações foi concluído e aprovado, tudo conforme se observa do Processo SEI nº 0002047-21.2016.6.15.8000 e Portaria nº 266/2020 TRE/PB/PTRE. CUMPRIDO - Desse modo, informa-se que, após tramitação neste Regional, os 7 (sete) itens recomendados ao TRE-PB pelo TCU, por meio do Acórdão 9.480/2015 – 2ª Câmara, foram cumpridos.

6. Resposta a 13 indícios registrados pelo TCU no sistema e-Pessoal.

6.1 - 3 (três) no processo 0001390-40.2020.6.15.8000;
6.2 - 2 (dois) no processo 0007424-31.2020.6.15.8000;
6.3 - 8 (oito) no processo 000661-30.2020.6.15.8000 (5 (cinco) atos de pessoal que se encontravam no TCU com data de entrada neste Tribunal entre 3 e 4 anos e que foram devolvidos ao Gestor de Pessoal – Prazo de 90 dias; 3 (três) atos de pessoal que se encontravam no TCU com até 3 anos da data de entrada neste Tribunal e que foram devolvidos ao Gestor de Pessoal – Prazo 180 dias. EM PERMANENTE CUMPRIMENTO - após análise e tratamento pelo TRE dos indícios registrados pelo TCU no sistema e-Pessoal, o órgão de controle externo colocou-os em monitoramento ou os arquivou.

No caso dos atos de pessoal, foi realizado novo cadastro no sistema, nova análise, e novo envio ao TCU eletronicamente.

7. Envio mensal ao TCU, até o dia 15 de cada mês, via sistema e-Pessoal, de arquivos com dados da folha de pagamento dos servidores do TRE/PB

EMPERMANENTECUMPRIMENTO-AtualmenteesteTribunalvemcumprindorotineiramenteadeterminação do TCU quanto ao envio de arquivos com dados da folha de pagamento dos servidores do TRE/PB.

8. Processo TCU 008.860/2020-3, Acórdão TCU 8009/2020 - 2ª Câmara - (Processo SEI nº 0009493-36.2020.6.15.8000)

Julgamento ilegal do ato de aposentadoria de servidor: determinação ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba que adote as seguintes providências: 9.3.1. suspender os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado; 9.3.2. emitir novo ato de aposentadoria escoimado da irregularidade apontada, submetendo-o a este Tribunal no prazo de trinta dias, pelo sistema e-Pessoal; CUMPRIDO - adotadas as providências, foi suspenso o pagamento de verba e emitido no ato no sistema e-Pessoal.

9. Processo TCU 028990/2019-6, Acórdão 3353/2020 - 2ª Câmara - (Processo SEI nº 0011280-03.2020.6.15.8000)

Julgamento ilegal do ato de aposentadoria de servidor: determinação ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba que adote as seguintes providências: 9.3.1. suspenda os pagamentos realizados com base no ato ora impugnado; 9.3.2. emita novo ato de aposentadoria escoimado das irregularidades apontadas, submetendo-o a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, pelo sistema e-Pessoal; CUMPRIDO - adotadas as providências, foi suspenso o pagamento de verba e emitido no ato no sistema e-Pessoal.

10. Processo TCU 008.863/2020-2, Acórdão 8434/2020 - 2ª Câmara - (Processo SEI nº 0010435-68.2020.6.15.8000)

Julgamento ilegal do ato de aposentadoria de servidor: determinação ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba que adote as seguintes providências: 9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, o pagamento decorrente da vantagem “opção” de que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006), do ato considerado ilegal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU; 9.3.2. promova o destaque da parcela de quintos incorporada com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 a 4/9/2001, mantendo-se o pagamento da vantagem até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE; 9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, emita novo ato de concessão de aposentadoria e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade. CUMPRIDO - adotadas as providências, foi suspenso o pagamento de verba e emitido no ato no sistema e-Pessoal.

Auditorias e Consultorias Internas

A Resolução TRE/PB nº 26/2018 disciplina o Estatuto da unidade de auditoria interna do TRE/PB, chamada de Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUDI). Essa unidade administrativa, vinculada administrativamente ao Presidente do Tribunal e funcionalmente ao Plenário, instância de apoio a governança, é responsável por realizar uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.

Os resultados dos trabalhos de auditoria e consultoria são encaminhados para deliberação da Presidência e as recomendações são monitoradas. Eles estão disponíveis no menu Transparência e Prestação de Contas: [Relatórios de auditorias](#)

A COAUDI também quantifica e divulga os benefícios advindos pelas recomendações implementadas: [Benefícios](#)

Desafio: Aperfeiçoar a avaliação da qualidade e melhoria dos trabalhos de auditoria, de maneira a formalizar um programa de qualidade mais estruturado.

A COAUDI em números:

Figura 13: Auditorias

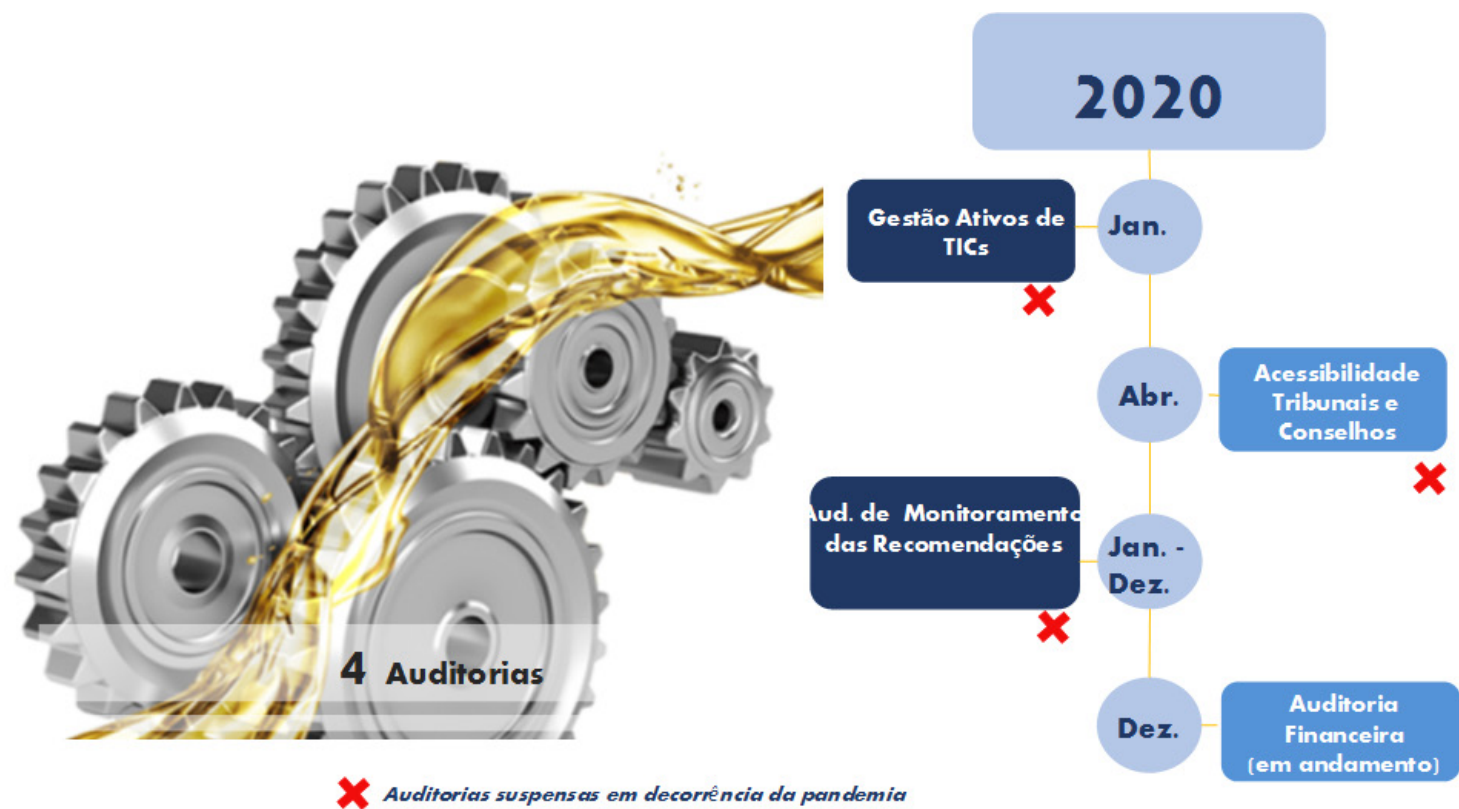


Figura 14: Quantitativo consultorias, constatações e sugestões de melhoria



Figura 16: Recomendações implementadas

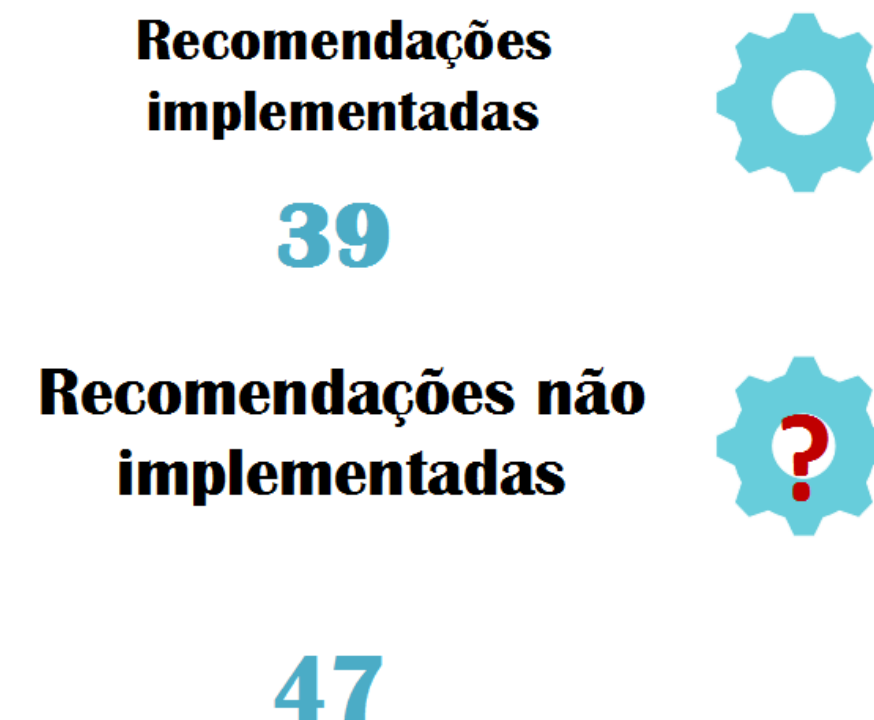


Figura 15: Evolução do indicador 23

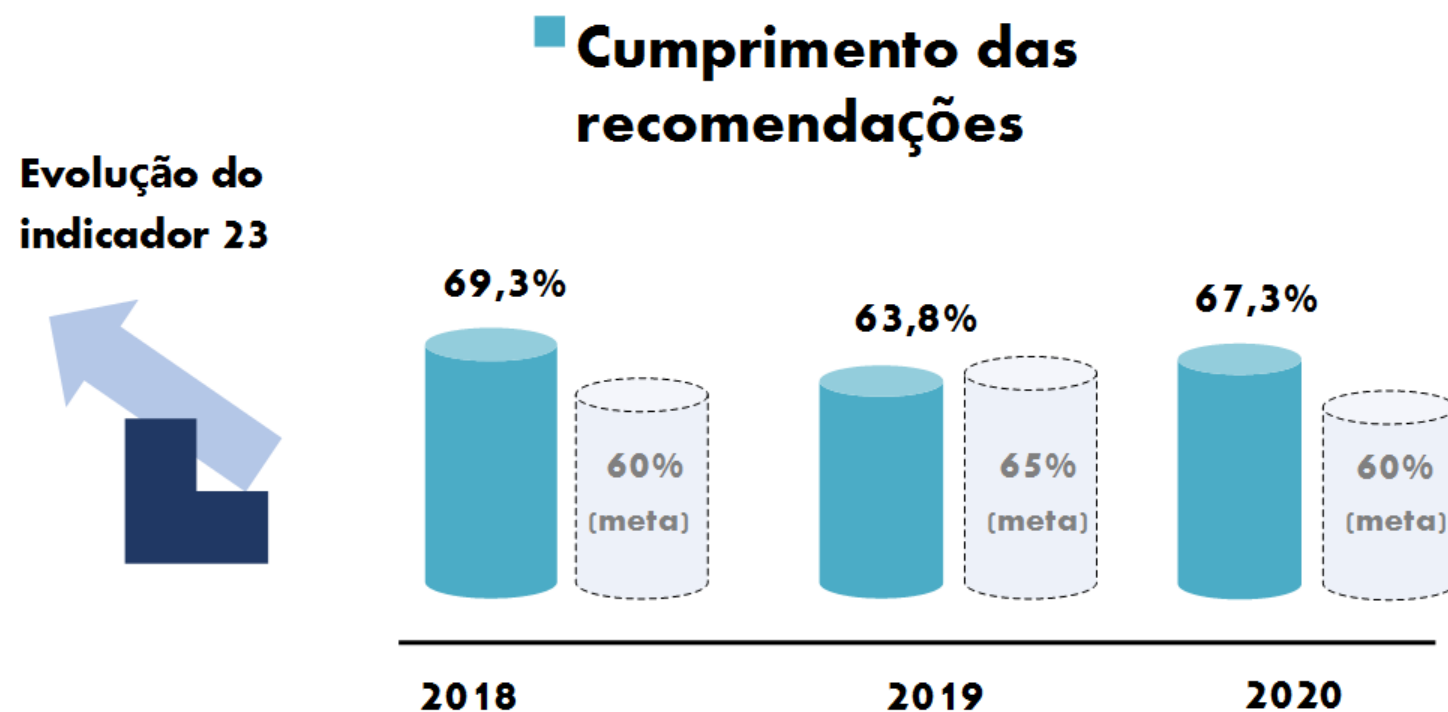
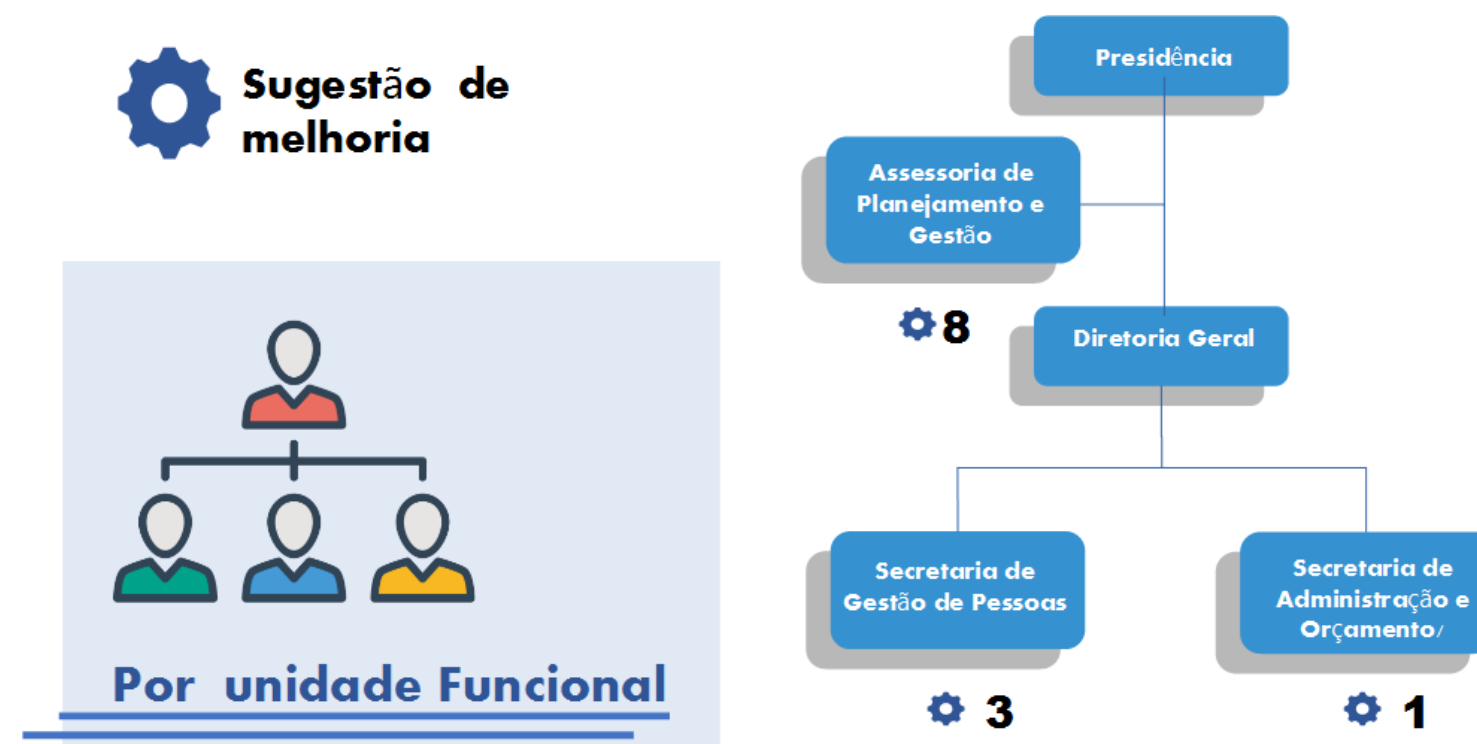
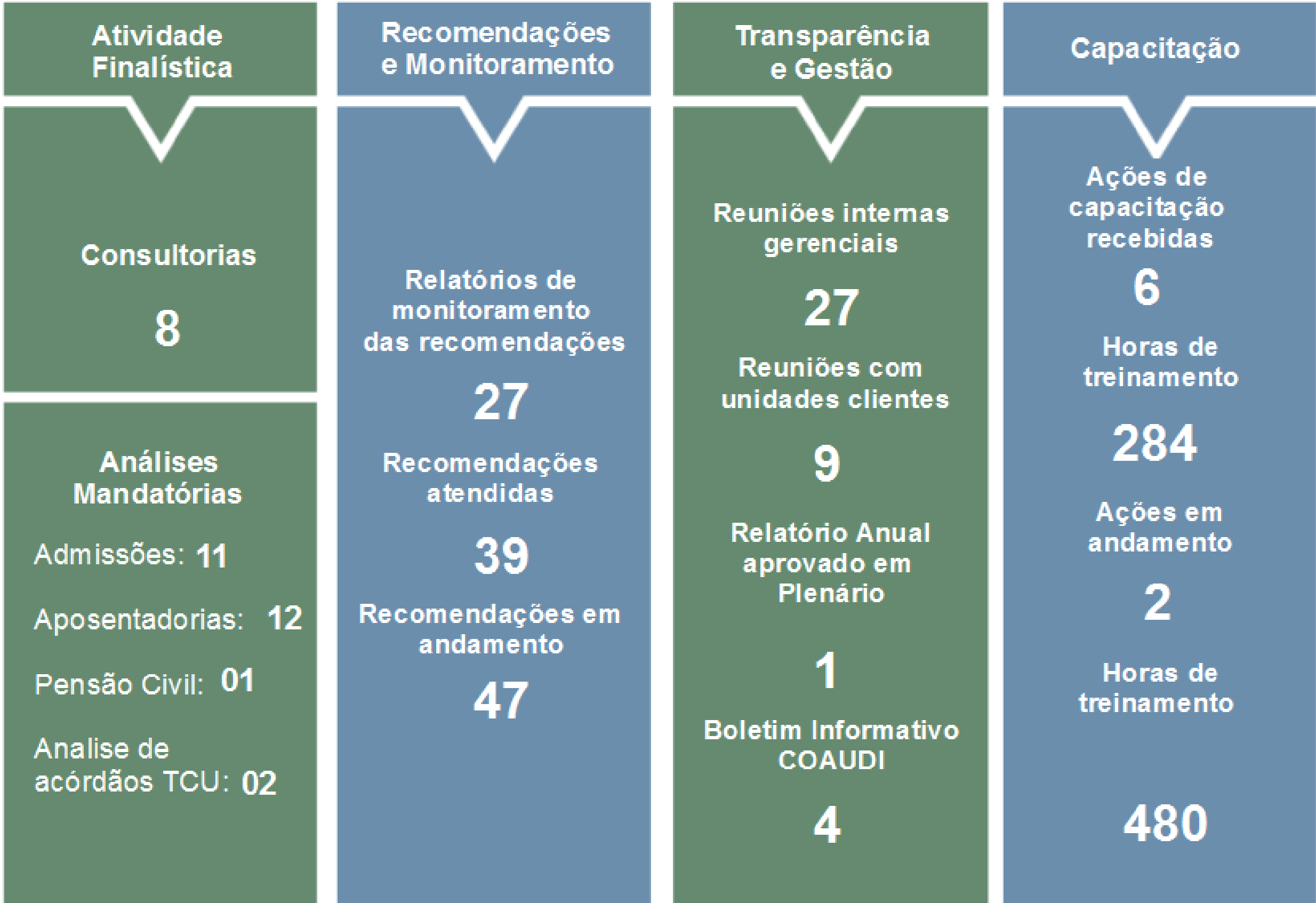
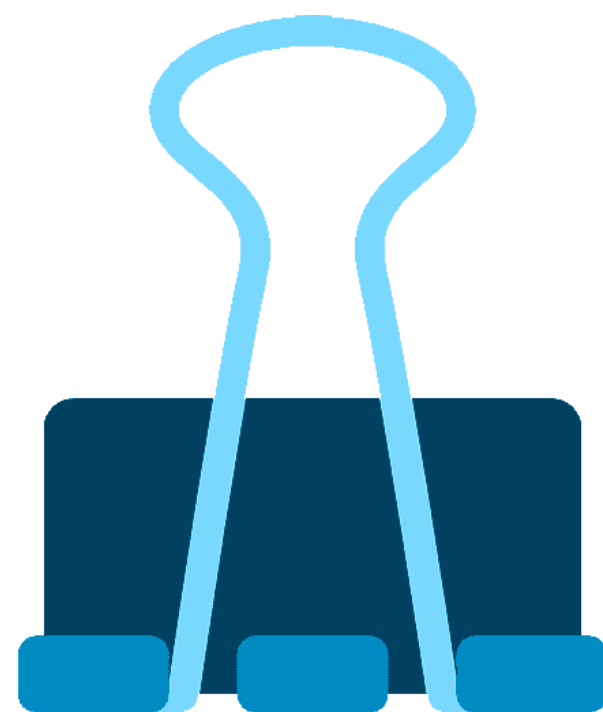


Figura 17: Sugestão de melhoria por unidade funcional



Quadro 19: COAUDI em números





Anexos e Apêndices

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASIWeb - Sistema de Almoxarifado / Sistema de Patrimônio (bens móveis)
ASPLAN – Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão
ASPRE – Assessoria da Presidência
BSC - Balanced Scorecard
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
COAUDI – Coordenadoria de Auditoria Interna
COBIT - Control Objectives for Information and Related Technology
COF – Coordenadoria de Orçamento e Finanças
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPEs – Coordenadoria de Pessoal
COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission
CRC-CE – Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará
DG – Diretoria-Geral
EAD – Educação a distância
EC – Emenda Constitucional
EJE – Escola Judiciária Eleitoral
ELO – Cadastro Nacional de Eleitores
Igov – Índice de Governança
iGovTIC-JUD – Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário
IE – Indicador Estratégico
ISO – Organização Internacional de Normalização
ITIL - IT Infrastructure Library
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MP – Ministério Público
MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPE – Ministério Público Eleitoral
NVI – Núcleo de Voto Informatizado
NATT – Núcleo de Apoio Técnico e Treinamento
OE – Objetivo Estratégico
PA – Processo Administrativo
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PCT’s – Pólos de Contingência e Transmissão
PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI – Plano Estratégico do TRE-PB
PETIC – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PGP – Proposta Geral de Projeto
PJE – Processo Judicial Eletrônico
PLS/TRE-PB – Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
PO – Proposta Orçamentária
PROCONVE – Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores
PTRE – Presidência do Tribunal Regional Eleitoral
RAE – Reunião de Análise da Estratégia

RES – Resolução
RFID - “Radio Frequency Identification”
RMB – Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RPPS – Regime Próprio de Previdência Social
SADP – Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos
SAO – Secretaria de Administração e Orçamento
SEBMI – Seção de Biblioteca e Memória Institucional
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SECON – Seção de Contabilidade
SERF – Seção de Registros Funcionais
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SGRH – Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIGEC – Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos
SOF/TSE – Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
STN- Secretaria do Tesouro Nacional
SPIUNET – Sistema de Gestão dos Imóveis de uso especial da União
STRE – Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
TCA – Termo Circunstanciado Administrativo
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TRE/PB – Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UG – Unidade Gestora
UPC – Unidade Prestadora de Contas

Lista de Figuras

Figura 1: Referencial Estratégico - Página 6
 Figura 2: Mapa das Zonas Eleitorais - Página 7
 Figura 3: Sistema de Governança - Página 8
 Figura 4: Modelo de Negócio - Página 9
 Figura 5: Cadeia de Valor - Página 10
 Figura 6: Modelo de Gerenciamento de Riscos das “Três Linhas de Defesa” - Página 18
 Figura 7: Mapa Estratégico - Página 24
 Figura 8 - Prêmio CNJ de Qualidade - Página 29
 Figura 9 - Fluxo do processo - Página 38
 Figura 10 - Destino dos recursos - Página 39
 Figura 11 - Retorno à sociedade - Página 39
 Figura 12 - Mapa dos imóveis - Página 46
 Figura 13: Auditorias - Página 63
 Figura 14: Quantitativo consultorias, constatações e sugestões de melhoria - Página 64
 Figura 15: Evolução do indicador 23 - Página 64
 Figura 16: Recomendações implementadas - Página 64
 Figura 17: Sugestão de melhoria por unidade funcional - Página 64

Lista de Quadros

Quadro 1: Quantitativo por atendimento - Página 13
 Quadro 2: Oportunidades e Ameaças - Página 21
 Quadro 3: Principais planos do TRE/PB - Página 25
 Quadro 4: Metas para 2020 - Página 29
 Quadro 5: Metas específicas - Página 29
 Quadro 6: Faixa etária força de trabalho - Página 34
 Quadro 7: Ocupação de cargos em comissão e funções comissionadas - Página 35
 Quadro 8: Gasto com pessoal em 2020 - Página 35
 Quadro 9: Faixas salariais - Página 37
 Quadro 10: Gastos com tecnologia da informação - Página 44
 Quadro 11: Gastos com funcionamento administrativo - Página 44
 Quadro 12: Situação dos imóveis - Página 46
 Quadro 13: Quantitativo EPIs - Página 47
 Quadro 14: Contratações de recursos TIC - Página 49
 Quadro 15: Iniciativas e resultados na área de TIC - Página 50
 Quadro 16: Resultados estratégicos de TIC - Página 50
 Quadro 17: Resultados estratégicos de TIC - Página 51
 Quadro 18: Situação de projetos - Página 51
 Quadro 19: COAUDI em números - Página 65

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Postagens nas redes sociais - Página 11
 Gráfico 2: Quantitativo de atendimentos - Página 12
 Gráfico 3: objetivos estratégicos - Página 27
 Gráfico 4: Resultado geral dos indicadores estratégicos 2020 - Página 27
 Gráfico 5: Perspectiva sociedade - Página 27
 Gráfico 6: Processos internos - Página 28
 Gráfico 7: Pessoas e recursos - Página 28
 Gráfico 8: Números de visualizações - Página 28
 Gráfico 9: Eleitorado e comparecimento - Página 31
 Gráfico 10: Zonas eleitorais, municípios, locais de votação e seções eleitorais - Página 31
 Gráfico 11: Voluntários - Página 32
 Gráfico 12: Mesários - Página 32
 Gráfico 13: Mídias - Página 32
 Gráfico 14: Urnas - Página 32
 Gráfico 15: Horário de votação - Página 33
 Gráfico 16: Comparecimento de eleitores - Página 33
 Gráfico 17: Quantidade de contingências - Página 33
 Gráfico 18: Horário de encerramento de votação - Página 33
 Gráfico 19: Quantitativo de treinamento de servidores/magistrados - Página 37
 Gráfico 20: Maiores custos em 2020 - Página 39
 Gráfico 21: Custos por subgrupos - Página 39
 Gráfico 22: Custos por atividades/serviços - Página 39
 Gráfico 23: Funcionamento da secretaria x atendimento ao público - Página 40
 Gráfico 24: Dotação inicial - exercício 2020 - Página 40
 Gráfico 25: Despesas do Tribunal por grupo em 2020 - Página 41
 Gráfico 26: Despesas por modalidade de contratação em 2020 - Página 41
 Gráfico 27: Evolução da execução orçamentária entre 2016 -2020 Função: 02- Página 41
 Gráfico 28: Evolução da execução orçamentária entre 2016 -2020 Função: Previdência Social - Página 41
 Gráfico 29: Execução orçamentária das principais ações em 2020 com ênfase na redução de perdas orçamentárias - Página 41
 Gráfico 30: Investimentos do Tribunal no ano de 2020 - Página 42
 Gráfico 31: Valores inscritos em restos a pagar em 2020 - Página 42
 Gráfico 32: Desfazimento de bens em 2020 - Página 45
 Gráfico 33: Manutenção de veículos em 2020 com peças e serviços - Página 48
 Gráfico 34: Gastos com combustíveis em 2020-Ano de eleições municipais - Página 48
 Gráfico 35: Valores aplicados em TIC - Página 49

Lista de Tabelas

- Tabela 1: Quantitativo quanto à clareza de resposta - Página 13
- Tabela 2: Quantitativo quanto à qualidade da resposta - Página 13
- Tabela 3: Riscos - Página 19
- Tabela 4: Tipo de remuneração para servidores ativos - Página 35
- Tabela 5: Remuneração para servidores inativos e pensionistas - Página 36
- Tabela 6: Gastos com pessoal - Página 36
- Tabela 7: Estágio probatório - Página 36
- Tabela 8: Progressão/Promoção Funcional - Página 36
- Tabela 9: Progressão/Promoção Funcional - Página 37
- Tabela 10: Capacitações -pagina 37
- Tabela 11: Relação de imóveis locados - Página 46



TRE-PB

<https://www.tre-pb.jus.br/>